

4. Empresas — Registo comercial

LISBOA

LISBOA — 1.ª SECÇÃO

BCP INVESTIMENTO — BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção). Matrícula n.º 59 521; identificação de pessoa colectiva n.º 501451250; data da inscrição: 29 de Março de 2004.

Maria da Graça Mendes Zuzarte, primeira-ajudante do Quadro de Pessoal Paralelo do Município de Lisboa, afecto à Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção), ao abrigo do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro:

Certifica que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas, da sociedade em epígrafe, do ano de 2003.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção), 8 de Março de 2005. — A Primeira-Ajudante, *Maria da Graça Mendes Zuzarte*.

Relatório e contas de 2003

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Miguel António Monteiro Galvão Teles.
Secretários:

João Frederico Lino de Castro.
José João Silva Ribeiro da Costa Morais.

Conselho fiscal:

Presidente: Ricardo Manuel Simões Bayão Horta.
Vogal: Mário Augusto de Paiva Neto.
Revisor oficial de contas: Mário Branco Trindade.
Revisor oficial de contas suplente: José Eduardo Faria Neiva dos Santos.

Conselho de administração:

Presidente: Jorge Manuel Jardim Gonçalves.
Vice-presidente: Christopher de Beck.
Vogais:

Leandro Abílio Brandão Delgado.
Acácio Jaime Liberado Mota Piloto.
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves.
Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary.
Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis.

Uma palavra do presidente

Desde a integração da banca de investimento no Grupo Banco Comercial Português em 1990, que por este foi assumido como uma das suas metas estratégicas, o reforço e consolidação de uma posição de liderança nesta área de negócio em Portugal.

Apesar de o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 se ter caracterizado por um contexto macroeconómico condicionado pelo elevado défice orçamental e pela desaceleração da actividade produtiva, associada a uma significativa volatilidade dos mercados financeiros e cambiais, ao analisarmos a actividade desenvolvida pelo BCP Investimento e os resultados alcançados, destacamos que, pese embora a crescente concorrência associada à actividade de banca de investimento e da eclosão de conflitos de impacto global, o banco conseguiu apresentar um crescimento dos seus resultados líquidos em cerca de 12,3%.

O aumento de notoriedade e capacidade evidenciada pelo BCP Investimento nos últimos anos, no domínio da banca de investimento em Portugal, permitiu que o banco se evidenciasse como a entidade de

referência nomeadamente na montagem das operações dos Estádios para o Euro 2004, e no domínio da assessoria e financiamento de projectos estruturantes à economia nacional, nomeadamente nos sectores rodoviários e energéticos.

Durante o exercício de 2003, o BCP Investimento viu uma vez mais a sua dinâmica e inovação no desenvolvimento de produtos estruturados, a par da consolidação da sua posição de liderança no Mercado de Capitais ser reconhecida internacionalmente através da atribuição do prémio Best Domestic Securities Firm in Portugal pela Euromoney.

A dimensão e notoriedade alcançadas pelo BCP Investimento, alicerçado no suporte do Grupo Banco Comercial Português permitiram-nos encarar com determinação e confiança nas nossas capacidades a manutenção de uma posição de referência no nosso sistema financeiro.

Estrutura do negócio da banca de investimento

A actividade de banca de investimento do Grupo BCP é conduzida pelo BCP Investimento, e encontra-se estruturada nas seguintes áreas de negócio: acções, tesouraria e obrigações, *corporate finance* e *project finance*.

Acções:

Organização e montagem de ofertas de acções;
Corretagem;
Introduções em Bolsa;
Privatizações;
Derivativos e produtos estruturados.

Tesouraria e obrigações:

Mercado monetário e cambial;
Produtos estruturados;
Programas de papel comercial;
Organização e montagem de emissões de obrigações;
MTN (Medium Term Notes);
Trading de dívida pública e privada.

Corporate finance:

Avaliação de empresas;
Fusões e cisões;
Aquisição e alienação de empresas;
Estruturação de *joint-ventures*;
Organização e montagem de aquisições alavancadas;
Análises económico-financeiras;
Reestruturação financeira.

Project finance:

Assessoria;
Estruturação de operações;
Financiamento de operações.

A actividade de capital de risco é desenvolvida pela BCP Capital. Esta subsidiária é detida a 100% pelo Grupo BCP, sendo gerida pelo BCP Investimento de uma forma integrada.

Relatório do conselho de administração

Dando cumprimento às exigências legais, estatutárias e de mercado sobre a prestação de informação rigorosa, completa e oportuna, vem o conselho de administração apresentar às autoridades, aos clientes, aos mercados de capitais e ao público em geral, o relatório de gestão e contas de 2003 do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A.

Introdução

A evolução da actividade do BCP Investimento ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, permitiu a consolidação do negócio associado à prestação de serviços de banca de investimento, mercado de capitais e serviços financeiros.

O ano de 2003 ficará caracterizado pelo enquadramento competitivo em que decorreu a actividade do BCP Investimento, tendo a

mesma sido influenciada pelo abrandamento pronunciado da economia europeia e pela instabilidade dos mercados financeiros internacionais, que motivaram a adopção de programas de reestruturação por parte de numerosas empresas e suscitaram maior prudência por parte das instituições financeiras.

Em termos sectoriais, assistiu-se a uma pausa na tendência de integração dos mercados e dos movimentos de concentração nacionais e internacionais, a que não terá sido alheio o contexto macroeconómico adverso vivido pela economia portuguesa, o qual foi fortemente condicionado pela necessidade da consolidação das finanças públicas e pela quebra dos volumes e dos níveis de rentabilidade, com efeitos negativos para a actividade da banca de investimento.

Seguidamente, são abordadas em detalhe as áreas mais relevantes, constando uma síntese de actuação e indicadores e uma enumeração dos principais factos ocorridos no exercício, que, como anexo, constituem parte integrante deste relatório.

Enquadramento económico

O panorama político e económico internacional foi muito diferenciado durante 2003. Os primeiros meses foram afectados pela incerteza associada à guerra no Iraque, pela volatilidade dos mercados financeiros e pelo clima de estagnação económica generalizada. A resolução rápida do conflito militar no Iraque, a natureza expansionista das políticas macroeconómicas nos principais países industrializados e o elevado grau de correcção de alguns excessos verificados ao longo da década de 90 contribuíram para que na segunda metade do ano se assistisse à consolidação da retoma da economia norte-americana, à estabilização das economias na área do euro, ao crescimento superior às expectativas no Japão e à melhoria das condições económicas nos países emergentes.

A intensificação de alterações estruturais associadas à globalização económica, as perspectivas de alargamento da União Europeia a países do centro e leste europeu e a melhoria da situação económica e financeira de numerosos países em vias de desenvolvimento contribuíram para intensificar a competição pela atracção de investimento directo estrangeiro bem como a tendência de deslocalização de centros de produção. Apesar destas pressões, não se verificaram progressos assinaláveis em termos de reformas estruturais no conjunto da União Europeia, com vista ao aumento da flexibilidade e da eficiência económica.

O comportamento da generalidade dos mercados financeiros foi muito positivo em 2003, beneficiando da dissipação da incerteza com o fim da guerra no Iraque, da natureza expansionista da política monetária nos principais países industrializados e da retoma económica internacional. As taxas de juro de curto prazo nos EUA e na área do euro mantiveram-se relativamente estáveis, após as reduções das taxas directoras no 1.º semestre, enquanto as *yields* de longo prazo evidenciaram uma tendência de subida a partir do Verão, reflectindo os sinais de aceleração da actividade económica, a deterioração dos desequilíbrios orçamentais e a recomposição de carteiras de investimentos no sentido de uma maior preferência pelo risco, influenciando, deste modo, favoravelmente, a evolução dos mercados accionistas. Em 2003, o índice DowJones apreciou-se 25,3%, enquanto que o índice Eurostoxx50 aumentou 15,7%; em Portugal, após três anos consecutivos de quebras, o índice PSI-20 registou uma valorização de 15,8%.

As perspectivas económicas internacionais para 2004 apontam para uma recuperação generalizada da actividade nos países mais industrializados, suportada pelo maior dinamismo da economia norte-americana, pela evolução favorável dos mercados financeiros, pela redução das tensões militares e pela natureza expansionista das políticas macroeconómicas nos EUA e na União Europeia. A continuação da ausência de pressões inflacionistas, a melhoria sustentada do clima de confiança económica e o aumento do volume de vendas e dos níveis de rentabilidade empresarial poderão contribuir para a redinamização do investimento produtivo e a criação do emprego, indispensáveis para assegurar a sustentabilidade da expansão económica a médio prazo. Contudo, a persistência de riscos como o desequilíbrio externo e orçamental dos EUA poderá condicionar a robustez e sustentabilidade da expansão económica mundial a médio prazo.

O produto interno bruto em Portugal contraiu-se cerca de 1% em 2003, essencialmente devido ao impacto da redução do consumo privado, da forte contracção do investimento e dos esforços de contenção dos gastos públicos, que foi apenas parcialmente contrariado pelo contributo positivo da procura externa em termos líquidos. Na segunda metade do ano evidenciaram-se sinais de inversão da tendência de deterioração da actividade, tendo o PIB registado taxas de variação homólogas menos

negativas, beneficiando da evolução favorável do enquadramento internacional, do considerável grau de ajustamento da despesa das famílias e empresas já efectuado, da natureza estimuladora da política monetária e da ligeira recuperação dos indicadores de confiança.

A conjuntura de recessão económica espelhou a continuação do processo de ajustamento do sector privado, corrigindo desequilíbrios estruturais acumulados no final da década de 90, relacionados com a evolução diferenciada do rendimento e despesa face à produção e a disparidade entre a remuneração e a produtividade dos factores produtivos, originando um padrão de evolução insustentável que teve repercussões negativas no elevado défice externo, no aumento do endividamento dos agentes económicos e na interrupção da trajetória de consolidação orçamental. Dada a impossibilidade de recorrer aos mecanismos de ajustamento tradicionais, a correcção dos desequilíbrios macroeconómicos apoiou-se quer na contenção do consumo privado, das despesas públicas e do endividamento interno, quer na moderação salarial e no investimento empresarial, com o objectivo de assegurar ganhos sustentáveis de produtividade e competitividade. O grau de correcção de desequilíbrios económicos já alcançado, a natureza acomodatória da política monetária, a expectativa de uma recuperação da procura externa e a ligeira melhoria de alguns indicadores económicos perspectivam a retoma económica em Portugal a partir do início de 2004.

A taxa média de inflação situou-se em 3,3% em 2003 (3,6% em 2002). A desaceleração dos preços no consumidor beneficiou do efeito desinflationista da contracção da procura interna, do abrandamento dos preços dos bens energéticos e do esbatimento do efeito da subida do IVA em 2002. No mercado do trabalho, verificou-se um aumento do desemprego, que atingiu cerca de 6,2%, em face da contracção do crescimento económico, do congelamento das admissões no sector público e da reestruturação do sector empresarial.

A actividade das instituições financeiras portuguesas desenvolveu-se num ambiente que continuou a ser influenciado por diversas tendências estruturais: integração das economias e mercados financeiros europeus, esta última sendo impulsionada pelo plano de acção comunitário para os serviços financeiros com vista à criação de um mercado único europeu de serviços financeiros a retalho e por grosso, favorecendo a uniformização do funcionamento dos mercados e a homogeneização dos produtos e serviços financeiros; a desregulamentação sectorial; a inovação tecnológica, que tem contribuído para a intensificação da concorrência e o estreitamento das margens de intermediação; a introdução de produtos e serviços financeiros inovadores; e o crescente enfoque nas iniciativas de gestão do capital, reflectindo a menor apetência pelo risco por parte dos investidores e a exigência de criação de valor por parte dos accionistas, consubstanciadas no esforço de racionalização das operações e no enfoque no *core business*.

O exercício de 2003 foi condicionado pela intensificação do processo de ajustamento financeiro do sector privado, que se traduziu numa redução mais acentuada da procura interna relativamente ao previsto, com repercussões no crescimento moderado do saldo médio de activos remunerados, no estreitamento da margem de intermediação financeira e no aumento do crédito em situação de incumprimento. Apesar deste contexto desfavorável, a actividade do sector bancário português denotou uma evolução globalmente positiva, beneficiando da recuperação dos mercados financeiros internacionais e da implementação de programas de dinamização comercial e de racionalização operativa, contrabalançando os efeitos do ciclo económico.

Segundo a informação disponível, o crédito interno (excluindo a administração pública e instituições financeiras monetárias) cresceu, em termos homólogos, cerca de 6,5% em 2003, face a 9,8% em 2002. O crédito concedido a empresas desacelerou para 3% em Novembro (7,5% em 2002), enquanto que o crédito concedido a particulares desacelerou para próximo de 10% (+ 12% em 2002). O adiamento de decisões de investimento e de consumo de bens duradouros bem como uma maior restituidade nos critérios de decisão por parte das instituições de crédito têm contribuído para a desaceleração do crédito interno, que tem sido atenuada pela persistência das taxas de juro em níveis mínimos históricos, bem como pelo alargamento do limite máximo da maturidade dos empréstimos à habitação e a intensificação da concorrência entre as instituições de crédito.

Actividade das principais áreas de negócio

Acções

A realização de algumas ofertas tanto no âmbito de processos de privatização, como no sector privado tem sido condicionada pelas

condições desfavoráveis do mercado accionista. Deste modo, a consolidação da recuperação, iniciada em 2003 após um movimento de quebra que dominou a generalidade dos mercados desde o 1.º trimestre de 2000, poderá proporcionar condições para a concretização de novas ofertas.

Mercado primário de acções:

Com o surgimento de novas ofertas ainda bastante condicionado, o ano de 2003 acabou por ficar marcado pelo aumento de capital do BCP, concluído ainda durante 1.º trimestre. Esta oferta, liderada pelo BCP Investimento, em conjunto com duas instituições internacionais, foi a maior oferta pública de subscrição até hoje realizada fora do âmbito das privatizações.

O aumento de capital do BCP:

Apesar da sua dimensão — a maior oferta pública de subscrição realizada em Portugal — e de se ter realizado em condições de mercado particularmente adversas, o aumento de capital contou com o apoio dos accionistas do Banco e da generalidade dos investidores.

Das 930,7 milhões de acções objecto de oferta, 915,6 milhões de acções foram subscritas no exercício de direitos de subscrição (o que corresponde a 98,4% de exercício de direitos).

As restantes 15,1 milhões de acções foram atribuídas em rateio aos accionistas que manifestaram intenção de subscrever um número de acções superior àquele a que teriam proporcionalmente direito.

Os pedidos de subscrição totalizaram 3427,3 milhões de acções, ou seja, cerca de 3,7 vezes o número de acções objecto de oferta.

O interesse dos investidores na operação reflectiu-se também no mercado de direitos de subscrição. A forte procura registada sustentou a cotação dos direitos e apesar do curto período de negociação disponível, foram transaccionados cerca de 50% dos direitos existentes, evidenciando uma liquidez em linha com os mais elevados níveis do mercado internacional. O aumento de capital do BCP contribuiu assim para a renovação da base de accionistas com a entrada de 30 mil novos accionistas e o reforço da componente accionista institucional.

Durante o 2.º trimestre, o BCP Investimento liderou a oferta pública de venda da Gescartão, correspondente à 2.ª e 3.ª fases de privatização da empresa. Apesar da dimensão — cerca de 45 milhões de euros — a operação gerou um forte interesse por parte de investidores. Esta operação merece também destaque por se tratar da primeira oferta pública inicial ou IPO realizada na bolsa nacional desde a oferta inicial da Novabase em Julho de 2000.

O ano de 2003 foi também marcado pela saída de bolsa de algumas empresas através da realização de ofertas públicas de aquisição (OPA) seguidas de aquisição potestativa e exclusão de negociação, como foi o caso da BA — Fábrica de Vidro Barbosa & Almeida, que passou a ser integralmente detida por uma sociedade constituída para o efeito, a Bar-Bar Idade Glass. Esta oferta foi liderada pelo BCP Investimento.

Barbosa & Almeida: concentração de participações na sociedade Bar-Bar-Idade Glass:

O BCP Investimento liderou a estruturação da operação de aquisição pela Bar-Bar-Idade Glass da totalidade do capital social da BA — Fábrica de Vidros Barbosa & Almeida, empresa líder no sector de embalagens de vidro em Portugal e um dos principais *players* na Península Ibérica, operação que ascendeu a um valor global de aproximadamente 130 milhões de euros e foi concluída no 4.º trimestre de 2003.

O envolvimento do BCP Investimento neste processo englobou a assessoria no lançamento da oferta pública de aquisição e subsequente aquisição potestativa e a organização e montagem das operações de suporte financeiro à Bar-Bar-Idade Glass com vista à referida aquisição.

Várias empresas internacionais com presença em Portugal realizaram ofertas destinadas exclusivamente aos seus trabalhadores, tendo o BCP Investimento sido nomeado como intermediário financeiro da oferta dirigida aos trabalhadores portugueses nas ofertas da BP PLC e da Renault, S. A.

Mercado secundário de acções:

Após três anos de quedas consecutivas, o ano de 2003 caracterizou-se por uma recuperação dos mercados accionistas e uma ligeira melhoria da confiança dos investidores.

A liquidez no mercado nacional registou um acréscimo significativo. Fez-se notar o impacto da adesão da nossa Bolsa ao Euronext, aumentando-se a concentração do volume de negócios num número

mais restrito de empresas, tendência que já vinha do ano anterior, nomeadamente aquelas que fazem parte do índice Euronext 100.

O ano de 2003 voltou a ser marcado por um grande esforço na dinamização do aconselhamento e execução de títulos internacionais. A percentagem actual do negócio internacional — que inclui os principais mercados europeus e americanos — foi superior a 30%.

Ao nível da actividade de *trading*, assegurou-se um bom serviço de ordens electrónicas para clientes institucionais e melhorou-se a oferta junto dos clientes de retalho através do desenvolvimento de ordens *stop loss*. Com o objectivo de ir ao encontro das necessidades dos clientes, foi ainda disponibilizado o serviço de acompanhamento e operação nos mercados norte-americanos, similar ao existente para os mercados europeus.

BCP Investimento adere à Euronext:

O BCP Investimento foi o primeiro Banco nacional a anunciar publicamente a adesão ao Euronext, tendo completado com sucesso o processo de migração da Bolsa nacional para o Euronext Lisbon a 7 de Novembro e o acesso directo ao Euronext Paris a 8 de Dezembro. Tratou-se de um projecto que durou mais de 18 meses, e que implicou grandes alterações comerciais e operacionais e um investimento substancial em recursos técnicos e humanos.

Em 2004 o objectivo consistirá em responder às necessidades dos diversos segmentos de clientes institucionais nacionais e estrangeiros, particulares de segmento alto, e retalho, tendo consciência que o factor globalização se vai acentuar com o aumento da concorrência internacional e com a continuação de uma maior procura de títulos internacionais.

Research:

As actividades de *research* desenvolvidas ao longo de 2003 possibilitaram o reforço do seu posicionamento como umas das principais referências de *research* de acções a nível nacional. Para além da contínua aposta na qualidade do *research* desenvolvido, salienta-se o elevado número de relatórios produzidos e a publicação de relatórios semanais de estratégia sobre acções europeias, bem como a elaboração de análise técnica diária dos principais índices accionistas. Merece igualmente destaque o fornecimento de conteúdos sobre mercados financeiros para o Millennium BCP e para o ActivoBank7, em estreita colaboração com as várias redes comerciais e assegurando a adequação às particularidades de cada um dos canais.

A interacção com a força de vendas foi de igual modo reformulada no sentido de proporcionar um nível de serviço mais adequado aos diferentes segmentos de clientes. Foram efectuados contactos junto de clientes institucionais na Espanha e na Grécia. A realização de apresentações sectoriais e a organização de *roadshows* com algumas das principais empresas cotadas merece ser destacada, fruto do bom relacionamento existente com as equipas de gestão dessas mesmas empresas.

Derivados de acções:

Ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 o BCP Investimento desenvolveu um grande esforço comercial de penetração no mercado dos produtos de negociação em bolsa, nomeadamente no segmento de *warrants*. Em 2003, este segmento apresentou um forte crescimento tendo atingido um volume de negociação de 1000 milhões de euros. No universo Euronext, o mercado Português de *warrants* ocupa um lugar de destaque com 33% do volume negociado, que compara com uma quota de 2% no segmento de acções.

No final do ano, o BCP investimento atingiu uma quota de mercado de 15%, à frente da Merrill Lynch, UBS e Société Générale, e ganhando terreno ao líder mundial e nacional Citigroup. Assinala-se também a colocação de certificados sobre o índice PSI20 que se juntam aos produtos já existentes ligados à Portugal Telecom, DAX, Euro Stoxx e Dow Jones. Em 2004 a oferta do BCP será complementada com *warrants* sobre Nokia, PT Multimédia e Nasdaq.

Igualmente foram lançadas 16 novas emissões de produtos estruturados de acções, no montante global superior a 300 milhões de euros, que embora abaixo do valor registado no ano anterior, permitiu a manutenção da liderança do Grupo BCP neste segmento de captação de recursos. Vincando o contributo decisivo da área no alargamento da oferta de produtos de investimento com valor acrescentado, estes foram vendidos nas diversas redes do BCP, quer domésticas quer internacionais.

Num ano particularmente difícil, em resultado das baixas taxas de juro e das desvalorizações acumuladas nos últimos anos nos mercados

accionistas, a nossa estratégia pautou-se por diversificar e inovar ao nível dos produtos oferecidos, consoante os diversos perfis de risco. A este propósito destacamos:

6 em Linha, uma emissão de 50 milhões de euros cuja estrutura obedeceu ao equilíbrio entre uma remuneração fixa no curto prazo e uma remuneração variável mais vocacionada para médio prazo. A remuneração variável reflecte uma aposta na recuperação dos mercados accionistas mundiais.

Diversos produtos representando investimentos direccionais nos principais índices mundiais: S&P500, Nikkei e EuroStoxx 50. Nestas emissões o capital encontrava-se parcialmente em risco, apelando a investidores com um perfil, nesta matéria, menos conservador.

Obrigações

Mercado obrigacionista:

Em 2003 o BCP Investimento manteve uma posição de liderança indiscutível, a qual foi determinante para a obtenção do prémio Best Domestic Securities Firm in Portugal atribuído pela prestigiada publicação internacional, Euromoney.

No plano das operações centradas no mercado doméstico o Banco liderou sete empréstimos obrigacionistas para empresas clientes no valor agregado de 401 milhões de euros. Neste âmbito salientou-se o papel desempenhado na estruturação e colocação de emissões para a EDP, SAG, Mota-Engil, Jerónimo Martins e Modelo Continente, bem como a liderança conjunta de um empréstimo obrigacionista para o Futebol Clube do Porto SAD, a única emissão por subscrição pública realizada em 2003 por uma empresa não-financeira em Portugal. Por outro lado, no segmento de papel comercial, evidenciaram-se pela sua dimensão os programas organizados para a Estoril Sol, Cofina, Compal e PT/TMN, num montante total de 295,5 milhões de euros.

Emissão de obrigações para o FC Porto SAD:

O BCP Investimento foi líder conjunto de uma oferta pública de obrigações para o Futebol Clube do Porto — Futebol, SAD, no montante de 11 500 000 euros. Tratou-se da única oferta pública de obrigações realizada durante o ano de 2003, no mercado português, por uma entidade não-financeira.

O período de comercialização da emissão decorreu durante três semanas, no mês de Novembro, tendo, no final, a colocação das obrigações sido sujeita a rateio. Refira-se ainda que a *performance* do Grupo Banco Comercial Português na colocação das obrigações contribuiu decisivamente para o sucesso da operação.

No mercado internacional de rendimento fixo o BCP Investimento manteve uma postura de activa intervenção, tendo-se evidenciado neste contexto a liderança de operações para a CP (400 milhões de euros) e Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infra-estruturas, S. A. (50 milhões de euros) e a participação no sindicato de 21 emissões de *eurobonds* e de acções preferenciais para entidades como o Banco Popular Espanhol, ABN, República da Polónia, Deutsche Bank e HBOS. Ainda no plano internacional o BCP Investimento co-liderou uma emissão de medium term notes emitidas pela Brisa Finance BV (500 milhões de euros).

Titularização:

No âmbito das operações de titularização de activos, o BCP Investimento liderou operações de titularização originadas pelo Interbanco (Silk Finance n.º 2: 263 milhões de euros), BCP/BII (Magellan n.º 2: 1 000 000 de euros) e Inapa (Gama Finance: 70 milhões de euros).

Gama Receivables, plc:

Em Dezembro de 2003 o BCP Investimento foi líder conjunto de uma titularização de *trade receivables* originados pela Inapa — Investimentos, Participações e Gestão, S. A., provenientes de diferentes jurisdições, incluindo a portuguesa. Tratou-se de uma operação inovadora quer pela sua complexidade quer, sobretudo, pelo seu carácter multi-jurisdicional.

O montante emitido foi de 70 milhões de euros, o qual poderá ser aumentado para 140 milhões de euros, previsivelmente, num horizonte temporal de seis meses. Uma vez mais ficou vincado o pioneirismo do BCP Investimento no que respeita a operações de mercado de capitais e, em particular, no que respeita à titularização de créditos.

O BCP Investimento participou ainda no sindicato de colocação de cinco operações estruturadas originadas por instituições financeiras não residentes.

Produtos estruturados:

O alargamento da oferta de soluções de investimento foi a nota mais saliente no período em análise. Em 2003 estruturou-se e colocou-se, pela primeira vez, produtos com *performance* indexada a *commodities*, depósitos com o reembolso de capital como função directa da evolução de câmbios de divisas e emissões de obrigações amortizáveis quando for atingido um determinado valor de rendibilidade acumulada (Obrigações de Caixa BCP Investimento Rendimento 8). Por outro lado, manteve-se a oferta recorrente de produtos com estruturas de taxas de juro crescentes, *range accrual* e *credit linked notes*. No ano de 2003 o BCP Investimento foi responsável pela organização e liderança de 66 operações de produtos estruturados no montante de 1154 milhões de euros

Project finance

Durante o ano 2003, apesar da conjuntura económica desfavorável, a área de *project finance* do BCP Investimento esteve directamente envolvida na concretização de seis operações tendo a tomada de crédito de longo prazo por parte do Grupo BCP ascendido a 155,5 milhões de euros. Os proveitos originados pelas operações de *project finance* durante o ano de 2003, registado um crescimento na ordem dos 50% face ao ano transacto.

Destacam-se a liderança relativa às operações de financiamento do novo Estádio do Futebol Clube do Porto, do novo Estádio do Sport Lisboa e Benfica, bem como a extensão do financiamento ao novo Estádio José Alvalade relativa às novas valências que complementam as infra-estruturas desportivas (*health club*, clínica e zona comercial e de lazer).

No âmbito do sector energético o destaque vai para o financiamento de uma nova Central de Ciclo em Espanha (CCGT), com uma capacidade prevista de 1,200 MW a par da construção e financiamento do Parque Eólico das Trandeiras com uma capacidade projectada de 18,5 MW.

No tocante ao sector das Telecomunicações, o destaque vai para a participação do Banco como *co-arranger* da operação de refinanciamento do passivo bancário de longo prazo do operador de telefones móveis Optimus.

O BCP Investimento participou activamente na estruturação do financiamento da construção do novo complexo desportivo da Luz. O *financial close* da operação ocorreu em Junho de 2003, tendo o BCP Investimento assumido uma posição de *lead arranger*.

Novo Estádio do Sport Lisboa e Benfica:

O complexo desportivo da Luz é um projecto desenvolvido pela Benfica Estádio, sociedade detida a 100% pelo clube e criada especificamente com o objectivo de construir e explorar o projecto. Com um investimento total de 160 milhões de euros, o complexo inclui um estádio com uma capacidade aproximada de 65 000 lugares, espaços comerciais nas zonas envolventes e um polidesportivo apto para a prática de várias modalidades *indoor*.

A estrutura de financiamento implementada caracteriza-se por uma componente de fundos próprios que representa cerca de 60% do investimento total. Incluem-se nesta componente os subsídios estatais e os fundos resultantes da venda de terrenos para desenvolvimento imobiliário, a cedência de terrenos a uma empresa gasoleira para a exploração de um posto de abastecimento e na venda de *seat rights*, produto, neste caso, denominado por Título Fundador.

Os restantes 40% das necessidades de financiamento são supridas com recurso a facilidades de crédito de médio/longo prazos, reembolsáveis em função do *cash flow* gerado pelo projecto, o qual é suportado por três fontes principais:

Rendas provenientes da exploração dos espaços comerciais e do arrendamento do estádio à Benfica SAD para a realização dos jogos de futebol;

Receitas da venda de bilhetes de época associados aos Títulos Fundador e de camarotes empresariais;

Receitas do patrocínio do estádio, ou *naming rights*. Este conceito, inovador em Portugal, traduz-se resumidamente na aquisição por uma empresa do direito a publicitar uma das quatro bancadas do novo estádio em regime de exclusividade.

O BCP Investimento participa, em co-liderança, no sindicato bancário de financiamento deste projecto, assumindo um conjunto de funções que permitem um acompanhamento numa base diária e uma participação activa na evolução de cada um dos projectos.

O BCP Investimento prestou ainda assessoria financeira em vários projectos para os quais foi mandatado, designadamente à Luanda Waterfront, o projecto que visa a reabilitação da baía de Luanda, em Angola, à EDP, na estruturação do financiamento da nova central termoelétrica do Carregado, à Amper Central Solar, promotora da central fotovoltaica de Moura, ao Agrupamento Brisal, vencedor da Concessão Rodoviária do Litoral Centro, ao Agrupamento Vias de São Miguel, um dos seleccionados para apresentar a proposta final no concurso da SCUT dos Açores e, na Madeira, às sociedades de desenvolvimento da Ponta do Oeste e do Porto Santo.

Corporate finance

Nesta área o BCP Investimento, pese embora os efeitos de uma conjuntura marcadamente recessiva esteve envolvido em 50 projectos de assessoria financeira, na sua maioria respeitantes a processos de fusões e aquisições.

Neste âmbito é de realçar a intervenção do BCP Investimento na assessoria financeira prestada à Citrotejo, Comércio e Serviços, S. A., na aquisição do Grupo Fonsecas. Esta aquisição consubstanciou a maior operação realizada no sector automóvel desde o ano de 2000.

Entre as operações efectuadas destacam-se ainda o Grupo Inapa no processo de análise da estrutura de capitais, a Singer na reestruturação do passivo, e o Grupo Fernando Simão numa operação de consolidação de passivo.

O BCP Investimento assessorou o Grupo Barraqueiro no processo de análise de risco económico-financeiro das diferentes unidades empresariais, o Grupo Nutrinveste no âmbito do seu processo de desenvolvimento estratégico, o Sporting Clube de Portugal no processo de reestruturação financeira e o Futebol Clube do Porto no processo de emissão de obrigações. Destaque ainda para assessoria financeira aos promotores de um projecto de investimento estruturante no Porto Santo.

Fruto da decisão estratégica de recentragem no seu *core business*, o Grupo EDP mandou o BCP Investimento para o assessorar no processo de reposicionamento da empresa no sector das tecnologias de informação.

O BCP Investimento encontra-se ainda a assessorar o BCP no desenvolvimento de parcerias na actividade seguradora.

Antecipamos para 2004 uma melhoria das condições económicas nacionais e internacionais e do clima de confiança dos diversos agentes económicos, o qual traduzirá um entorno mais propício à tomada de decisões de investimento. É assim, expectável um incremento da actividade do Banco ao nível da assessoria financeira, com especial destaque no domínio das operações de fusões e aquisições e de concentrações de empresas.

Capital de desenvolvimento

A actividade desenvolvida ao longo de 2003 foi naturalmente condicionada pela manutenção de um clima de retracção do investimento, numa conjuntura caracterizada pela continuação do abrandamento generalizado da actividade económica. Esta actividade centrou-se numa

política muito selectiva de análise e de realização de novos investimentos e de acompanhamento sistemático da carteira de participações, tendo como objectivo a optimização e a maximização do retorno ajustado ao risco dos capitais investidos, sendo de salientar as seguintes acções:

A análise e tomada de três participações num montante global de aproximadamente 10,5 milhões de euros;

A avaliação das oportunidades de desinvestimento, tendo-se procedido neste âmbito ao desinvestimento de quatro participações no montante global de aproximadamente 6,1 milhões de euros;

A representação ao nível dos órgãos sociais de participações institucionais do sector, salientando-se o FIEP, a PME Investimentos, a PME Capital, a SDEM e a AP CRI;

Internacionalização

A nível internacional, a actuação do Grupo BCP Investimento esteve centrada em Moçambique através do BIM Investimento.

Apesar das difíceis condições de mercado, 2003 foi um ano de concretizações para o BIM Investimento tendo em conta a qualidade de serviço alcançada e reconhecida pelos clientes, a conclusão do processo de reorganização interna e de contenção e racionalização de custos e o apoio determinante dado ao BIM — Banco Internacional de Moçambique, S. A. R. L. em várias transacções.

O adverso enquadramento económico mundial fez-se também sentir na África Austral e em Moçambique, em particular. De facto, expurgando o efeito dos mega projectos — investimentos superiores a 500-1000 milhões de dólares, integralmente estruturados no mercado internacional — o investimento e o crédito à economia registaram significativas retracções. Por outro lado, o mercado de capitais manteve-se estagnado e com os investidores fundamentalmente orientados para o curto prazo. Durante este período foi também notória a maior influência dos investidores sul-africanos, bem como, a maior concorrência dos seus bancos e consultores.

Da actividade desenvolvida pelo BIM Investimento em 2003, que envolveu um considerável número de operações de banca de investimento, merecem particular destaque as seguintes transacções:

Ao nível do *corporate finance*: assessoria financeira à Nacala Comércio Internacional (enquanto um dos promotores do projecto do Corredor de Nacala), à Fundação Portugal-África (no projecto de cultura do arroz no Chókwé) e ao Grupo Entrepósito (na conclusão com sucesso da aquisição da participação detida pelo Estado de Moçambique na empresa Toyota de Moçambique);

Ao nível do mercado de capitais: organização e liderança das únicas operações realizadas no mercado em 2003, dois empréstimos obrigacionistas para o BIM, de 65 e 85 mil milhões de meticais cada (respectivamente 2,72 e 3,56 milhões de dólares), tendo esta última sido a primeira emissão de obrigações subordinadas em Moçambique;

Ao nível da sindicância de créditos: organização e liderança de duas operações para o Hotel Avenida (Grupo Teixeira Duarte) e Parque Industrial da Matola, de respectivamente 5 milhões de dólares e 600 000 dólares.

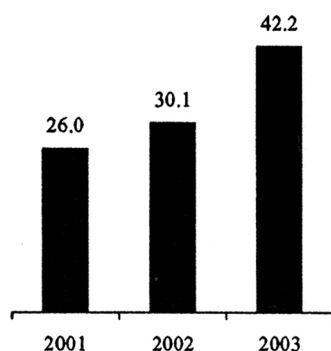
Síntese de indicadores consolidado

(Em milhares de euros)

	2003	2002	2001	Varição 2003-2002 (porcentagem)
Activo total	3 884 548	3 335 083	2 715 323	16,48
Crédito sobre clientes	320 201	360 406	363 945	— 11,16
Carteira de títulos	650 102	672 967	589 076	— 3,40
Empréstimos obrigacionistas e passivos subordinados	2 435 668	2 361 646	2 065 357	3,13
Passivo total	3 696 049	3 153 424	2 543 103	17,21
Situação líquida	188 500	181 659	172 221	3,77
Margem financeira	19 099	15 340	9 607	24,50
Proveitos de comissões	42 175	30 097	25 999	40,13
Resultados de operações financeiras	6 037	22 050	16 746	— 72,62
Amortizações do exercício	1 823	2 121	879	— 14,07
Provisões do exercício	17 527	18 773	383	— 6,64
Resultados líquidos	39 870	35 485	26 959	12,36
Cash-flow	54 001	53 366	33 510	1,19

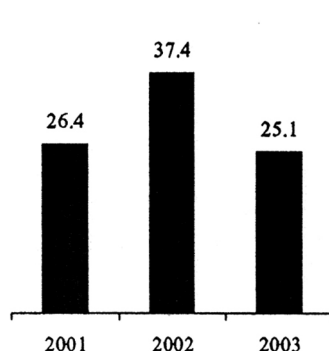
Proveitos de comissões

Milhões de euros



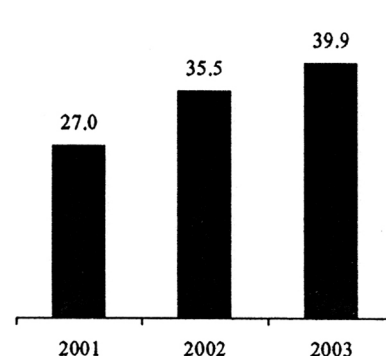
Margem e resultados de operações financeiras

Milhões de euros



Resultados líquidos

Milhões de euros



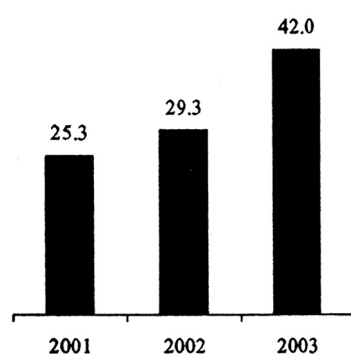
Síntese de indicadores individual

(Em milhares de euros)

	2003	2002	2001	Varição 2003-2002 (porcen- tagem)
Activo total	3 880 002	3 331 935	2 573 618	16,45
Crédito sobre clientes	320 201	360 406	348 124	— 11,16
Carteira de títulos	645 590	668 456	584 508	— 3,42
Empréstimos obrigacionistas e passivos subordinados	2 407 692	2 361 646	2 065 357	1,95
Passivo total	3 691 550	3 147 718	2 399 726	17,28
Situação líquida	188 452	184 216	173 892	2,30
Margem financeira	18 824	11 596	10 807	62,34
Proveitos de comissões	42 049	29 326	25 267	43,38
Resultados operações financeiras	6 160	22 076	11 863	— 72,10
Amortizações do exercício	1 820	1 988	874	— 8,44
Provisões do exercício	17 512	13 757	400	27,30
Resultados líquidos	37 154	36 587	27 506	1,55
Cash-flow	49 205	54 231	33 827	— 9,27

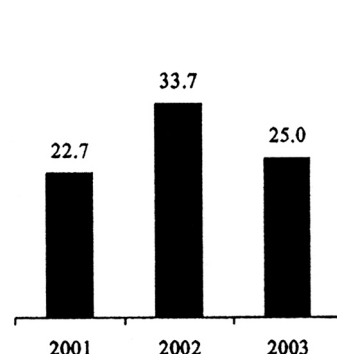
Proveitos de comissões

Milhões de euros



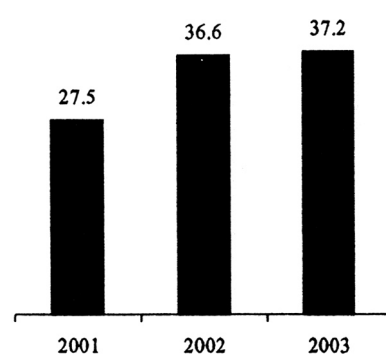
Margem e resultados de operações financeiras

Milhões de euros



Resultados líquidos

Milhões de euros



Organização e recursos

(Em percentagem)

Recursos humanos

No decorrer do ano o BCP Investimento viu o seu quadro de colaboradores diminuir 1% face ao exercício anterior, atingindo a 31 de Dezembro de 2003 o número de 293 colaboradores.

	2003	2002	2001
Número de colaboradores	293	296	284

No final de 2003 a estrutura etária do Banco possuía uma notável juventude, sendo 62% do seu quadro constituído por colaboradores com uma idade inferior a 40 anos, associado a um elevado nível de habilitações, tendo 54% formação superior.

Estrutura etária:

	2003	2002	2001
Até 24 anos	3,07	2,36	4,23
De 25 a 29 anos	15,02	16,55	15,85
De 30 a 34 anos	15,36	18,58	25,35
De 35 a 39 anos	28,67	28,04	23,59
De 40 a 44 anos	19,80	18,92	18,31
Mais de 45	18,09	15,54	12,68

Nível de habilitações:

	2003	2002	2001
Ensino básico	7,85	6,08	7,75
Ensino secundário	37,88	44,93	45,07
Ensino superior	54,27	48,99	47,18

Formação e qualificação

A constante valorização dos seus quadros manteve-se como uma das prioridades do BCP Investimento, potenciando a aquisição e aprofundamento de conhecimentos em áreas específicas, com a preocupação de proporcionar aos seus colaboradores acções complementares de formação que melhor se adaptassem às exigências das respectivas funções.

O investimento realizado no conjunto destas acções atingiu o total de 60 000 euros em 2003.

	2003	2002	2001
Acções de formação	60	87	174

Análise financeira

(Em milhares de euros)

	2003	Variação (porcen- tagem)	2002	Variação (porcen- tagem)	2001
Demonstração dos resultados (consolidado):					
Margem financeira	19 099	24,50	15 340	59,68	9 607
Provisões para riscos de crédito	- 1 589	- 185,80	1 852	77,41	1 044
Outros proveitos líquidos de outros custos	64 423	- 9,68	71 328	34,02	53 220
Produto bancário	78 150	- 13,64	90 489	97,53	45 810
Custos de transformação	37 751	- 4,01	39 327	27,92	30 743
Lucros antes de impostos	45 770	- 3,32	47 341	122,70	21 258
Provisão para impostos sobre lucros	5 901	- 50,50	11 921	9 467,49	125
Interesses minoritários	-	-	- 65	n. a.	-
Resultados líquidos	39 869	12,36	35 485	31,62	26 959
Cash-flow	54 001	1,19	53 366	59,25	33 510

Balanço:

Crédito sobre clientes	320 201	- 11,16	360 406	- 0,97	363 945
Activo total	3 884 548	16,48	3 335 083	22,82	2 715 323
Débitos para com instituições de crédito	57 082	- 66,40	169 883	31,34	129 342
Passivo total	3 696 049	17,21	3 153 424	24,00	2 543 103
Situação líquida	188 500	3,77	181 659	5,48	172 221

À data de 31 de Dezembro de 2003, o activo total do BCP Investimento ascendia a 3885 milhões de euros, contra os 3335 milhões de euros em 2002, representando um acréscimo de 16%.

As variações ocorridas ao nível da recomposição do activo e do passivo, aliadas à anulação de 1,6 milhares de euros em provisões para riscos de crédito, contribuíram positivamente para um aumento de cerca de 25% da margem financeira, registando-se 19,1 milhões de euros em 2003 face aos 15,3 milhões de euros de 2002.

O produto bancário, atingiu neste exercício 78,2 milhões de euros, contra 90,5 milhões de euros em 2002, significando um decréscimo de cerca de 14% resultante da diminuição registada ao nível dos lucros em operações financeiras.

Sendo de realçar que os proveitos líquidos em comissões representam 54% do produto bancário total.

Análise de rentabilidade**Resultados líquidos**

Os resultados líquidos consolidados atingiram 39,9 milhões de euros no final do exercício de 2003, registando um aumento de cerca de 12,4% quando comparado com idêntico período do ano anterior.

Esta evolução resultou fundamentalmente do crescimento da margem financeira (19,1 milhões de euros em 2003 contra 15,3 milhões de euros em 2002), de comissões líquidas (42,2 milhões de euros em 2003 contra 30,1 milhões de euros em 2002) e da diminuição registada nos custos operacionais (37,8 milhões de euros em 2003 contra 39,3 milhões de euros em 2002).

A rentabilidade do activo (ROA) antes de impostos situou-se nos 1,3%, registando-se uma diminuição de 24 b.p. em relação ao ano transacto, que depois de impostos se traduziu num decréscimo de 3 b.p. fixando-se nos 1,1%. Relativamente à rentabilidade dos capitais próprios (ROE) antes de impostos atingiu os 26,2%, contra 28,6% em período homólogo, depois de impostos este indicador evoluiu positivamente de 21,4% em 2002 para 22,8%.

Síntese de rentabilidade

(Em percentagem)

	2003	2002	2001
ROA	1,1	1,2	1,1
ROA antes de impostos	1,3	1,5	1,3

(Em percentagem)

	2003	2002	2001
ROE	22,8	21,4	20,3
ROE antes de impostos	26,2	28,6	24,1
Resultado líquido por acção ...	0,53	0,47	0,36

Contribuição das empresas do Grupo BCP Investimento para os resultados líquidos

(Em milhares de euros)

	2003	Peso (porcen- tagem)	2002	Peso (porcen- tagem)	2001
BCP Investimento	37 154	93	36 587	103	27 506
BCP Capital	- 313	- 1	- 1 516	- 4	- 27
Outras	3 028	8	414	1	- 520
Consolidado	39 869	100	35 485	100	26 959

Margem financeira

A diminuição dos passivos geradores de juros, associados à quebra das taxas de juro, permitiu o aumento da taxa de margem em 32 b.p. (de 0,34% em 2002 para 0,76% em 2003).

A margem financeira consolidada antes de provisões totalizou 17,5 milhões de euros, traduzindo-se num aumento de 1,85% em relação aos 17,2 milhões de euros registados em 2002, em termos líquidos a margem financeira consolidada aumentou 24,51% face ao período homólogo (15,3 milhões de euros em 2002 para 19,1 milhões de euros em 2003), fruto da anulação de provisões para riscos de crédito.

A margem financeira sofreu igualmente um impacto positivo fruto da reestruturação dos passivos geradores de juros, tendo ocorrido uma diminuição de débitos para com instituições de crédito por contrapartida de um aumento dos débitos representados por títulos, com taxas mais favoráveis.

Outros proveitos

A obtenção de proveitos associados ao *core business* do Banco, alicerçados num serviço inovador de excelência e ajustado às necessi-

dades de uma base de clientes cada vez mais exigente e sofisticada, constitui um dos pilares estratégicos e fundamentais do Banco.

Em sintonia com a conjuntura económica desfavorável que se registou quer a nível nacional, quer internacional, os outros proveitos líquidos evidenciaram uma evolução desfavorável de favorável de 6,9 milhões de euros (– 9,7%) face a 2002.

Apesar do crescimento de cerca de 40% nas comissões líquidas, registou-se simultaneamente uma diminuição de cerca de 73% nos resultados líquidos em operações financeiras. Os ganhos de *trading* em mercados de capitais espelharam a referida conjuntura económica desfavorável tendo registado 6 milhões de euros em 2003 contra 22 milhões de euros em 2002.

(Em milhares de euros)			
	2003	2002	2001
Rendimento de títulos	1 301	2 429	3 631
Comissões (líquidas)	42 175	30 097	25 999
Lucros em operações financeiras (líquidas)	6 037	22 050	16 746
Outros proveitos de exploração	16 997	31 032	7 228
Total	66 509	85 608	53 604

Outros custos

O aumento evidenciado no agregado de outros custos, foi durante o ano de 2003 influenciado pelo aumento dos prejuízos em operações financeiras (37,5%) pelo aumento registado na rubrica de outros custos de exploração (138,5%).

Ao nível dos custos de transformação (agregado constituído pelos custos com pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício), regista-se uma diminuição dos custos com pessoal na ordem dos 4,8% e das amortizações na ordem dos 14,1%, evidenciando os outros gastos administrativos uma diminuição de cerca de 1,8%, evoluindo em sentido inverso à inflação verificada.

(Em milhares de euros)			
	2003	2002	2001
Custos com pessoal	19 474	20 453	16 780
Outros gastos administrativos	16 454	16 751	13 084
Amortizações do exercício	1 823	2 121	879
Total	37 752	39 325	30 743

	2003	2002	2001
Outras provisões	2 087	14 281	3 720
Outros custos de exploração	11 641	4 880	3 036
Total	13 727	19 161	6 756

Será no entanto de realçar que as outras provisões registaram uma diminuição de 85,4% face a 2002, fruto da diminuição da rubrica de obrigações, acções e outros títulos, permitindo no entanto a manutenção de uma elevada taxa de cobertura.

Análise da estrutura patrimonial

Evolução geral

O activo total do BCP Investimento ascendeu a 3885 milhões de euros, contra os 3335 milhões de euros em 2002, representando um acréscimo de 16% face ao período homólogo.

O crescimento da rubrica de contas de regularização do activo (125%) — originado pelo crescimento da rubrica de *warrants* autónomos (95%) e despesas antecipadas referentes a prémios dos *warrants* autónomos (520%) — associado ao crescimento da rubrica de outros créditos sobre instituições de crédito (5%) estiveram na origem do aumento registado no activo total.

Em contrapartida registaram-se descidas nas rubricas de crédito sobre clientes (– 11%), obrigações, acções e outros títulos (– 3%) e na rubrica de disponibilidades à vista sobre instituições de crédito (– 31%).

Ao nível do passivo, registou-se um aumento equivalente das contas de regularização (119%) — *warrants* autónomos e receitas ante-

cipadas — e uma diminuição na rubricas de débitos para com instituições de crédito (– 68%) e passivos subordinados (– 52%).

Qualidade do crédito e política de provisionamento

O saldo de crédito sobre clientes no ano de 2003 atingiu o valor de 320 milhões de euros, valor que representa uma diminuição de cerca de 11% relativamente aos 360 milhões de euros registados em 2002.

O peso do crédito de médio e longo prazo no total de crédito representava em 31 de Dezembro de 2003 o valor de 95,38% que compara com os 96,37% em 2002, o que consolida a estratégia de especialização do Banco neste tipo de crédito, (em 1996 apresentava valores de apenas 39,9%). Em termos de vencimento, em 2003, 90,68% do crédito situava-se em prazos superiores a um ano contra 88,4% em 2002.

Em termos prudenciais verificou-se um crescimento do crédito com garantias reais que, no final de 2003 atingiu o peso de 68,8% do total de crédito face a 52,3% em 2002. Relativamente ao crédito sem garantias este registou uma diminuição para 0,5% contra os 1,1% em finais de 2002.

Por sua vez o crédito vencido total, registou um aumento de 7,3% face ao final de 2002, cifrando-se agora em 10,6 milhões de euros.

Associado ao aumento do crédito vencido em geral, regista-se um crescimento de 230 bp do peso de crédito vencido no total de crédito, evoluindo de 3,1% em 2002 para 3,3% em finais de 2003.

Aplicando uma política baseada na prudente avaliação dos riscos de crédito, O BCP Investimento mantém estes activos devidamente cobertos, verificando-se contudo uma diminuição no indicador de cobertura de crédito vencido, tendo o *ratio* de provisões para crédito sobre crédito vencido atingido 82,9% em 31 de Dezembro de 2003 comparando com 90,5% em finais de 2002.

(Em milhares de euros)			
	2003	2002	2001
Crédito vencido	10 619	9 894	15 283
Crédito vencido/crédito total (percentagem)	3,3	3,1	4,2
Provisões para crédito/crédito vencido (percentagem)	82,9	90,5	103,5

Participações financeiras e aplicações em títulos

Em 2003 registou-se uma recomposição da carteira de títulos face a 2002, face ao forte posicionamento do BCP Investimento no mercado de rendimento fixo, tendo a rubrica de obrigações e outros títulos de rendimento fixo, registado uma diminuição de 24% e a rubrica de acções e outros títulos de rendimento variável evidenciado um aumento de 62%.

O crescimento verificado em acções e outros títulos de rendimento variável é originado pelo aumento da emissão pelo BCP Investimento de certificados e produtos estruturados com indexação a índices de títulos de rendimento variável.

Reforça-se ao nível do balanço a cada vez maior focalização do BCP Investimento na área de *trading* com activos potenciadores de mais-valias.

(Em milhares de euros)			
	2003	2002	2001
Participações financeiras	24 525	20 859	31 399
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	414 327	527 097	517 493
Dos quais:			
Papel comercial	5 781	10 475	23 754
Acções e outros títulos de rendimento variável	235 774	145 872	74 373
Total	674 626	693 828	623 265

Registou-se ainda um aumento de 18% das participações financeiras.

Recursos

Em 2003 a composição dos recursos do Banco manteve-se praticamente inalterada. Os empréstimos obrigacionistas e passivos subordinados representaram um peso de 63% (2436 milhões de euros) contra 71% (2361 milhões de euros) em 2002.

Por outro lado ocorreu uma diminuição dos recursos de instituições de crédito que em 2002 detinham 5% do total dos recursos contra 1% em 2003, em contraste com o aumento do peso dos outros recursos.

(Em milhares de euros)

	2003	Peso (porcen- tagem)	2002	Peso (porcen- tagem)	2001	Peso (porcen- tagem)
Recursos de clientes	172 776	4	137 614	4	157 625	6
Recursos de instituições de crédito	57 082	1	169 883	5	129 342	5
Empréstimos obrigacionistas e passivos subordinados	2 435 668	63	2 361 646	71	2 065 357	76
Outros recursos	1 012 997	26	465 508	14	182 027	7
Fundos próprios	188 500	5	181 659	5	166 395	6
<i>Total</i>	3 867 021	100	3 316 310	100	2 700 746	100

Ratio de solvabilidade

O *ratio* de solvabilidade (base individual), calculado de acordo com a legislação nacional, era em 31 de Dezembro de 2003 de 11,7%, contra 12,8% relativamente ao valor calculado em 31 de Dezembro de 2002, reflectindo o activo total do BCP Investimento.

Proposta de aplicação de resultados

Para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação de resultados do exercício 37 154 283,01 euros:

- a) 3 715 428,31 euros para reforço da reserva legal;
- b) 1 857 714,15 euros para distribuição pelos empregados, nos termos do n.º 3 do artigo 32.º dos estatutos, correspondentes a cerca de 5% dos resultados do exercício;
- c) 31 581 140,55 euros para distribuição de dividendos.

Referências

Ao finalizar o relatório de gestão referente à actividade desenvolvida pelo BCP Investimento e suas associadas ao longo de 2003,

o conselho de administração expressa os seus agradecimentos ao conjunto de entidades, colectivas e individuais, que prestaram das formas mais diversificadas, toda a colaboração durante o período em apreço, que se revelou decisiva face aos objectivos e resultados alcançados:

Às autoridades monetárias e financeiras, pela colaboração prestada;

Aos nossos clientes, pela preferência e confiança manifestadas, em resultado da partilha conjunta de sucessos;

Aos órgãos de fiscalização, pelo acompanhamento das actividades do Banco e diálogo sempre cooperante;

E aos colaboradores, pela disponibilidade, dedicação e profissionalismo sempre demonstrados.

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecassis*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Participações de membros dos órgãos sociais de administração e fiscalização na sociedade e em sociedades em relação de domínio ou de grupo

Accionista/obligacionista	Empresa	Número de acções/obrigações		Movimentos em 2003
		2002	2003	
Membros de órgãos sociais:				
Jorge Manuel Jardim Gonçalves	BCP	3 902 000	5 509 800	(1)
	Acções Bank Millennium (Polónia)	3 000	3 000	—
	Capital BCP 2005 (a)	235 137	235 137	—
	(b) Obrigações BCP Investimento	500	500	—
	(c) Obrigações BCP	200	200	—
	(d) Obrigações BCP Finance Bank	10	10	—
Christopher de Beck	BCP	546 414	1 059 491	(2)
	Acções Bank Millennium (Polónia)	95 000	95 000	—
	Capital BCP 2005 (a)	57 073	57 073	—
Leandro Abílio Brandão Delgado	BCP	35 518	109 726	(3)
	Capital BCP 2005 (a)	2 143	2 143	—
Acácio Jaime Liberado Mota Piloto	BCP	27 441	43 000	(4)
	Capital BCP 2005 (a)	1 657	—	—
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	BCP	19 000	45 000	(5)
	Capital BCP 2005 (a)	1 243	—	—
Manuel Ravara Castel-Branco Cary	BCP	26 560	110 000	(6)
	Capital BCP 2005 (a)	1 700	—	—
Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecassis ..	BCP	30 264	182 720	(7)
	Capital BCP 2005 (a)	3 963	5 963	—
	Certificados s/ Índice DJ Industrial Average	25	25	—
	Certificados s/ Índice DJ eurostoxx 50	81	81	—
Ricardo Bayão Horta	BCP	188 173	267 607	(8)
	Capital BCP 2005 (a)	12 000	12 000	—
Mário Branco Trindade	BCP	41 085	41 085	(9)

Accionista/obligacionista	Empresa	Número de acções/obrigações		Movimentos em 2003
		2002	2003	
Mário Augusto Paiva Neto	BCP	29 733	42 000	(10)
	Capital BCP 2005 (a)	1 794	1 794	—
José Eduardo Neiva dos Santos	Obrigações BCPI Rendimento Março/05	200	200	(11)
Conjugues:				
Maria d'Assunção Jardim Gonçalves	BCP	1 550 000	2 200 000	(12)
	Capital BCP 2005 (a)	93 571	93 571	—
Teresa Maria A. Moreira Rato Beck	BCP	1 663	2 329	(13)
	Capital BCP 2005 (a)	38	38	—
Maria Clara Marques C. Moura Guedes	BCP	2 767	3 872	(14)
	Capital BCP 2005 (a)	1 620	2 051	—
	Obrigações BCPA Cap. Gar. Media 2005	400	400	—
	Obrigações de Caixa CISF Investimento Real 99/2006	150	150	—
Maria Flora Silva M. Paiva Neto	BCP	1 238	1 800	(15)
	Capital BCP 2005 (a)	74	74	—

(a) Valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis.

(b) Obrigações BCPA Capital Garantido Internet (99/04).

(c) Obrigações BCP Capital Garantido Telecomunicações Móveis (00/05).

(d) Obrigações Mello Invest. Europa 1.ª emissão.

Movimentos em 2003	Accionista/obligacionista	Empresa	Operação	Títulos	Data	Preço unitário (euros)
(1)	Jorge Manuel Jardim Gonçalves	BCP	Subscrição RP	1 560 800	31-3-2003	1,00
		BCP	Subscrição RP	47 000	3-4-2003	1,00
(2)	Christopher de Beck	BCP	Subscrição RP	486 167	31-3-2003	1,00
		BCP	Subscrição RP	26 910	3-4-2003	1,00
(3)	Leandro Abílio Brandão Delgado	BCP	Subscrição RP	74 208	31-3-2003	1,00
		Direitos BCP RP 2003	Aquisição	2	19-3-2003	0,12
		Direitos BCP RP 2003	Atribuição	150 000	28-3-2003	n. a.
		Direitos BCP RP 2003	Exercício	150 002	31-3-2003	n. a.
(4)	Acácio Jaime Liberado Mota Piloto	BCP	Alienação	5 070	13-3-2003	1,59
		BCP	Alienação	4 930	13-3-2003	1,59
		BCP	Subscrição RP	66 976	31-3-2003	1,00
		BCP	Subscrição RP	3 705	3-4-2003	1,00
		BCP	Alienação	25 000	6-5-2003	1,36
		BCP	Alienação	20 122	8-5-2003	1,40
		Capital BCP 2005	Subscrição	1 657	17-1-2003	5,00
		Direitos BCP RP 2003	Atribuição	140 000	31-3-2003	n. a.
		Direitos BCP RP 2003	Exercício	140 000	31-3-2003	n. a.
(5)	Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	BCP	Alienação	2 000	12-3-2003	1,60
		BCP	Alienação	2 000	12-3-2003	1,55
		BCP	Alienação	2 000	13-3-2003	1,56
		BCP	Alienação	2 000	13-3-2003	1,58
		BCP	Alienação	2 000	13-3-2003	1,58
		BCP	Subscrição RP	82 000	31-3-2003	1,00
		BCP	Subscrição RP	4 537	3-4-2003	1,00
		BCP	Alienação	5 000	8-4-2003	1,32
		BCP	Alienação	5 000	22-4-2003	1,24
		BCP	Alienação	5 000	23-4-2003	1,28
		BCP	Alienação	5 000	6-5-2003	1,34
		BCP	Alienação	5 000	6-5-2003	1,36
		BCP	Alienação	5 000	8-5-2003	1,40
		BCP	Alienação	5 000	2-6-2003	1,45
		BCP	Alienação	5 000	4-6-2003	1,50
		BCP	Alienação	5 000	12-6-2003	1,55
		BCP	Alienação	5 537	18-6-2003	1,72
		Capital BCP 2005	Alienação	1 243	22-1-2003	4,92
		Direitos BCP RP 2003	Aquisição	33 500	24-3-2003	0,11
		Direitos BCP RP 2003	Aquisição	12 500	24-3-2003	0,10
		Direitos BCP RP 2003	Atribuição	140 000	28-3-2003	n. a.
		Direitos BCP RP 2003	Exercício	186 000	31-3-2003	n. a.
(6)	Manuel Ravara Castel-Branco Cary	BCP	Subscrição RP	83 440	31-3-2003	1,00
		Capital BCP 2005	Alienação	600	17-1-2003	4,97
		Capital BCP 2005	Alienação	1 100	28-1-2003	4,95
		Direitos BCP RP 2003	Aquisição	32 040	24-3-2003	0,01
		Direitos BCP RP 2003	Atribuição	150 000	28-3-2003	n. a.
		Direitos BCP RP 2003	Exercício	182 040	31-3-2003	n. a.

Movi- mentos em 2003	Accionista/obligacionista	Empresa	Operação	Títulos	Data	Preço unitário (euros)
(7)	Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecassis	BCP	Subscrição RP	152 105	31-3-2003	1,00
		BCP	Subscrição RP	351	3-4-2003	1,00
		Capital BCP 2005	Subscrição	2 000	7-1-2003	5,00
		Direitos BCP RP 2003	Atribuição	350 000	28-3-2003	n. a.
		Direitos BCP RP 2003	Exercício	350 000	31-3-2003	n. a.
(8)	Ricardo Bayão Horta	BCP	Subscrição RP	75 269	31-3-2003	1,00
		BCP	Subscrição RP	4 165	3-4-2003	1,00
(9)	Mário Branco Trindade					
(10)	Mário Augusto Paiva Neto	BCP	Subscrição RP	12 267	31-3-2003	1,00
(11)	José Eduardo Neiva dos Santos	Obrigações BCPI Rendimento Março/05	Aquisições	—	—	—
(12)	Maria d'Assunção Jardim Gonçalves	BCP	Subscrição RP	620 000	31-3-2003	1,00
		BCP	Subscrição RP	30 000	3-4-2003	1,00
(13)	Teresa Maria A. Moreira Rato Beck	BCP	Subscrição RP	666	31-3-2003	1,00
(14)	Maria Clara Marques C. Moura Guedes	BCP	Subscrição RP	1 105	31-3-2003	1,00
		Capital BCP 2005	Subscrição	431	7-1-2003	5,00
		Direitos BCP RP 2003	Atribuição	4	13-3-2003	n. a.
		Direitos BCP RP 2003	Alienação	2	25-3-2003	0,10
		Direitos BCP RP 2003	Alienação	2	25-3-2003	0,11
(15)	Maria Flora Silva M. Paiva Neto	BCP	Subscrição RP	562	31-3-2003	1,00

Accionistas com participações superiores a 10% do capital social do BCP Investimento

Accionista	Número de acções
BCP Participações Financeiras — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª	75 000 000

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecassis*, vogal.

Balanco em 31 de Dezembro de 2003 e 2002**ACTIVO**

(Em milhares de euros)

	2003			2002
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	537	—	537	4 736
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	44 281	—	44 281	66 601
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	1 782 592	5	1 782 587	1 704 039
4 — Créditos sobre clientes	329 633	9 432	320 201	360 405
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	414 517	188	414 329	514 473
a) De emissores públicos	68 996	11	68 985	56 480
b) De outros emissores	345 521	177	345 344	457 993
(Dos quais: obrigações próprias)	(69 548)	—	(69 548)	(31 869)
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	232 078	818	231 260	153 982
7 — Participações	9 450	—	9 450	9 533
8 — Partes de capital em empresas coligadas	31 238	—	31 238	34 231
9 — Imobilizações incorpóreas	4 430	1 575	2 855	2 160
10 — Imobilizações corpóreas	32 746	15 003	17 743	19 647
(Dos quais: imóveis)	(20 662)	(4 614)	(16 048)	(16 858)
11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	—	—	—	—
13 — Outros activos	29 094	948	28 146	22 472
15 — Contas de regularização	997 374	—	997 374	439 653
16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	—
<i>Total do activo</i>	<i>3 907 970</i>	<i>27 969</i>	<i>3 880 001</i>	<i>3 331 932</i>

PASSIVO

(Em milhares de euros)

	2003	2002
1 — Débitos para com instituições de crédito	57 082	169 883
a) À vista	1 090	3 495
b) A prazo ou com pré-aviso	55 992	166 388
2 — Débitos para com clientes	172 776	137 614
a) Depósitos de poupança	—	—
b) Outros débitos	172 776	137 614
ba) À vista	266	263
bb) A prazo	172 510	137 351
3 — Débitos representados por títulos	2 407 692	2 303 742
a) Obrigações em circulação	2 407 692	2 303 742
b) Outros	—	—
4 — Outros passivos	24 553	15 133
5 — Contas de regularização	983 959	449 684
6 — Provisão para riscos e encargos	7 929	8 407
a) Provisões para pensões e encargos similares	4 795	4 288
b) Outras provisões	3 134	4 119
6A — Fundo para riscos bancários gerais	9 583	5 349
8 — Passivos subordinados	27 976	57 904
9 — Capital subscrito	75 000	75 000
10 — Prémios de emissão	—	—
11 — Reservas	76 297	72 629
12 — Reservas de reavaliação	—	—
13 — Resultados transitados	—	—
14 — Lucro do exercício	37 154	36 587
<i>Total do passivo e capitais próprios</i>	<i>3 880 001</i>	<i>3 331 932</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	2003	2002
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	62 485	96 952
Dos quais:		
1.1 — Aceites e endossos	—	—
(Dos quais: aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados)	—	—
1.2 — Garantias e avals	52 066	96 702
1.3 — Cauções e activos dados em garantia	10 419	250
1.4 — Outros	—	—
2 — Compromissos	65 770	83 145
Dos quais:		
2.1 — Resultantes de operações de venda com opção de recompra	—	—
	128 255	180 097

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro 2003 e 2002

DÉBITO

(Em milhares de euros)

	2003	2002
1 — Juros e custos equiparados	100 040	121 205
2 — Comissões	2 396	2 080
3 — Prejuízos em operações financeiras	171 832	124 914

(Em milhares de euros)

	2003	2002
4 — Gastos gerais administrativos	35 396	32 192
a) Custos com o pessoal	19 069	19 033
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(14 186)	(13 686)
(— encargos sociais)	(4 864)	(5 310)
Dos quais:		
(— com pensões)	(2 423)	(2 423)
b) Outros gastos administrativos	16 327	13 159
5 — Amortizações do exercício	1 820	1 988
6 — Outros custos de exploração	10 566	68
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	5 757	8 601
8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
10 — Resultado da actividade corrente	40 648	39 492
11 — Perdas extraordinárias	904	7 266
13 — Impostos sobre lucros	5 899	11 905
14 — Outros impostos	61	215
15 — Lucro do exercício	37 154	36 587
<i>Total</i>	371 825	347 021

CRÉDITO

(Em milhares de euros)

	2003	2002
1 — Juros e proveitos equiparados	117 275	134 444
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo)	(20 667)	(23 784)
2 — Rendimentos de títulos	413	2 489
a) Rendimento de acções, de quotas e outros títulos de rendimento variável	286	1 947
b) Rendimento de participações	127	51
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—	491
3 — Comissões	44 445	31 406
4 — Lucros em operações financeiras	177 992	146 990
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões por passivos eventuais e por compromissos	4 331	3 752
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	—	—
7 — Outros proveitos de exploração	23 999	11 459
8 — Resultado da actividade corrente	—	—
9 — Ganhos extraordinários	3 370	16 481
11 — Prejuízo do exercício	—	—
<i>Total</i>	371 825	347 021

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração dos resultados por funções em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de euros)

	2003	2002
Margem financeira	17 235	13 239
Provisões para riscos de crédito	1 589	(1 643)
Margem financeira líquida	18 824	11 596
Comissões líquidas	42 049	29 326
Outros resultados de exploração líquidos	15 838	22 123
Margem de serviços	76 711	63 045

(Em milhares de euros)

	2003	2002
Rendimento de títulos	413	2 489
Resultados de operações financeiras	6 160	22 076
Provisões para depreciação de títulos	1 485	(1 604)
Resultado operacional antes dos custos de transformação	84 769	86 006
Custos com pessoal	19 069	19 033
Outros custos administrativos	16 327	13 159
Amortizações	1 820	1 988
Custos de transformação	37 216	34 180
Resultado operacional	47 553	51 826
Outras provisões	(4 500)	(1 602)
Resultados na alienação de participações financeiras	—	3 268
Outros resultados extraordinários	—	(5 000)
Resultados antes de impostos	43 053	48 492
Impostos	5 899	11 905
Resultado líquido	37 154	36 587
Resultado por acção	0,495	0,488

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração de fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de euros)

	2003	2002
Fluxos de caixa de actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	165 734	165 850
Recebimentos por prestação de serviços	14 622	22 112
Pagamento de juros e comissões	(107 862)	(123 285)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	1 216	11
Pagamento (de caixa) a empregados e a fornecedores	(35 374)	(32 192)
	38 336	32 496
Diminuição/(aumento) de activos operacionais:		
Fundos adiantados a instituições de crédito	(78 548)	(623 724)
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	4 199	5 246
Fundos adiantados a clientes	40 808	(12 874)
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais:		
Débitos para com as instituições de crédito — à vista	(2 405)	—
Débitos para com as instituições de crédito — a prazo	(110 396)	41 703
Débitos para com clientes — à vista	3	(2 428)
Débitos para com clientes — a prazo	35 159	117 580
	(111 180)	(474 497)
Impostos sobre o rendimento (pagos)/recebidos	(10 888)	(11 905)
	(83 732)	(453 906)
Fluxos de caixa de actividades de investimento:		
Alienação de participações financeiras	3 085	3 268
Dividendos recebidos	413	28 349
Venda de títulos de investimento	156 387	15 059
Compra de títulos de investimento	(132 036)	(100 610)
Compra de imobilizações	(1 399)	(2 528)
Venda de imobilizações	788	25
Aumento/(diminuição) em outras contas do activo	(556 378)	(236 598)
	(529 140)	(293 035)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento:		
Emissão de empréstimos obrigacionistas	74 022	296 289
Dividendos pagos e bónus a empregados	(32 929)	(24 755)

(Em milhares de euros)

	2003	2002
Aumento/(diminuição) noutras contas de passivo	549 459	292 070
Reserva de fusão	—	(1 508)
	<u>590 552</u>	<u>562 096</u>
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	(22 320)	(184 845)
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>66 601</u>	<u>251 446</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>44 281</u>	<u>66 601</u>

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Inventário de títulos e participações financeiras em 31 de Dezembro de 2003

(Em euros)						
	Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação
A) Títulos — negociação						402 706 738,92
Títulos de rendimento fixo — emitidos por residentes						80 346 238,43
De dívida pública portuguesa						56 002 142,16
A médio e a longo prazos						56 002 142,16
BT — 19 de Novembro de 2004		30 000 000	EUR	1,00	0,98	29 436 013,54
Obrigações do Tesouro 3,625% — 1999/19-8-2004		68 088 700	EUR	0,01	0,01	696 314,68
Obrigações do Tesouro 3,95% — 1999/15-7-2009		82 042 100	EUR	0,01	0,01	844 286,26
Obrigações do Tesouro 4,375% — 2003/16-6-2014		2 000 000 000	EUR	0,01	0,01	20 049 428,32
Obrigações do Tesouro 4,875% — 2002/17-8-2007		33 500 000	EUR	0,01	0,01	359 041,06
Obrigações do Tesouro 5% — 2002/15-6-2012		155 000 100	EUR	0,01	0,01	1 673 319,50
Obrigações do Tesouro 5,15% — 2001/15-6-2011		800	EUR	0,01	0,01	8,74
Obrigações do Tesouro 5,25% — 2000/14-10-2005		50 937 400	EUR	0,01	0,01	538 469,02
Obrigações do Tesouro 5,375% — 1998/23-6-2008		2 064 229	EUR	0,01	0,01	22 820,59
Obrigações do Tesouro 5,45% — 1998/23-9-2013		19 595 105	EUR	0,01	0,01	215 229,14
Obrigações do Tesouro 5,85% — 2000/20-5-2010		24 213 500	EUR	0,01	0,01	276 678,37
Obrigações do Tesouro 6,625% — 1997/23-2-2007		9 714 439	EUR	0,01	0,01	113 086,62
Obrigações do Tesouro 9,5% — 1996/23-2-2006		145 562 517	EUR	0,01	0,01	1 773 017,25
Obrigações do Tesouro L P 11,875% — 1995/23-2-2005		279 780	EUR	0,01	0,01	3 373,25
Obrigações do Tesouro L P 8,875% — 1994/23-1-2004		97 199	EUR	0,01	0,01	1 055,82
De outros emissores públicos nacionais						1 452 907,87
A médio e a longo prazos						1 452 907,87
Governo Regional da Madeira — 1994		145 705 850	EUR	0,01	0,01	1 452 907,87
De outros residentes						22 891 188,40
A médio e a longo prazos						22 891 188,40
B. Chem. Util Euro — 1999/1-7-2004		1 304 273 215	EUR	0,01	0,01	13 076 643,26
DB Leasing Obrigações de caixa — 1994 — taxa variável		3 400	EUR	49,88	49,70	170 736,92
Investimento Mello EUA Caixa — 1999/03-9-2004		310 531 450	EUR	0,01	0,01	3 299 396,67
Caixa Económica Montepio Geral — 1995/2005		215	EUR	0,01	0,01	2,17
EDP Electricidade — 24.ª emissão — 5-1-2005		116 500	EUR	0,01	0,01	1 169,52
Inparisa Obrigações — 1999/11-7-2004		470 247 913	EUR	0,01	0,01	4 686 682,40
Jerónimo Martins — 1997/30-12-2004		80 000 000	EUR	0,01	0,01	1 152 000,00
Modelo Continente — SGPS — 30-6-2004		5 282	EUR	5,00	4,95	26 124,77
Mundicenter — 1997 — taxa variável		700	EUR	4,99	4,95	3 489,19
Somague — SGPS — preferenciais — 1998 — Obrigações s/Warrant		87 334	EUR	4,99	4,92	430 254,24
Sporting SAD Rendimento Fixo — 2005		9 894	EUR	5,00	4,50	44 689,26

(Em euros)		Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Natureza e espécie dos títulos							
Títulos de rendimento fixo — emitidos por não residentes							42 170 823,16
De outros emissores públicos estrangeiros							10 980 521,00
A médio e a longo prazos							10 980 521,00
EDBR 5% — 2002/4-1-2012	1 000 000 000	EUR	0,01	0,01	0,01	0,01	10 980 521,00
De organismos financeiros internacionais							0,23
A médio e a longo prazos							0,23
DBR 5,25% — 1998/4-1-2008 — EUR	21	EUR	0,01	0,01	0,01	0,01	0,23
De outros emissores não residentes							31 190 301,93
A médio e a longo prazos							31 190 301,93
BCP (SFI) Capital Garantido Telecoms — 2005	8 032	EUR	50,00	48,19	48,19	48,19	387 063,69
BCP Finance Bank 4,85% — 1999/15-9-07 — EMTN	450	EUR	1 000,00	1 035,48	1 035,48	1 035,48	466 877,17
BCP Obrigações Euro Rendimento Stoxx50 — Maio de 2004	4 640	EUR	100,00	98,80	98,80	98,80	458 432,00
BCP SFI CG Arco-Iris — 2001/22-3-06	300	EUR	50,00	50,00	50,00	50,00	15 000,00
BCP SFI Obrigações de caixa Euro Rendimento 6% — Maio de 2004	5 032	EUR	100,00	101,63	101,63	101,63	514 000,01
BCP SFI Rendimento 9% — 2000/31-5-2004	5 338	USD	79,18	64,94	82,02	82,02	349 194,37
BCP SFI Rendimento Eurostxx50 — 2000/31-5-04	5 042	USD	79,18	62,18	78,53	78,53	313 477,57
Alpha Group Jersey, Ltd. — 05/12/2012	200	EUR	1 000,00	1 088,78	—	—	218 450,63
Banif Finance, Ltd. — 2003/21-11-2006	1 885	EUR	1 000,00	998,20	998,20	998,20	1 886 941,54
BCP Finance Bank Alt. World (Eur) — 64.ª emissão — 30-11-09	79	EUR	1 000,00	1 031,00	1 031,00	1 031,00	81 449,00
BCP Finance Bank Obrigações Conv. 4,75% — 2001/20 Junho de 2010	108	EUR	5 000,00	4 925,00	4 925,00	4 925,00	545 563,40
BCP Finance BK CLN S.126 — 2003/18-12-2005	753	EUR	1 000,00	1 000,00	—	—	753 855,17
BCP Finance BK 70SMTN Capital Garantido GMMII — 2002/28-2-06	10 095	EUR	100,00	100,00	100,00	100,00	1 009 449,53
BCP Finance BK.-MTN 6,25% — 25-9-2008	7	EUR	100 000,00	108 643,00	108 643,00	108 643,00	772 046,13
BCP Finance Bank — 82.ª emissão — 2002/28-11-2005	10 550	EUR	100,00	93,93	93,93	93,93	991 008,97
BCP Finance Bank ZCP — 1999/29-10-2007 8 EM TN	730	EUR	1 000,00	859,99	859,99	859,99	627 791,24
BCP Finance BK, Ltd. — variável — 28-10-2013	377	EUR	1 000,00	998,05	998,05	998,05	378 075,11
BCP Finance BK MTN Valor Telecoms — 2004	542	EUR	400,00	397,42	397,42	397,42	215 402,07
BCP SFI Obrigações Capital Garantido Nasdaq — 2005	620	EUR	50,00	49,35	49,35	49,35	30 649,40
BEAR Stearns — 1999/18-3-2004 — FRN	400	EUR	5 000,00	5 037,50	5 037,50	5 037,50	2 015 000,00
BPI Capital Finance — 2003/12-8-2013	17	EUR	1 000,00	1 005,50	1 005,50	1 005,50	17 190,14
Caja Duero — perpétuas — 2003/22-12-2008	151	EUR	1 000,00	985,00	—	—	148 768,48
Dresdner Bank — 1997/21-7-2005	8	EUR	49 879,79	45 764,71	45 764,71	45 764,71	366 117,65
DZ Bank Capital — 203/11-11-2008 — perpétuas	9 885	EUR	1 000,00	1 001,00	1 001,00	1 001,00	9 964 040,46
EB 8,5% — 1996/19-6-2006	100	EUR	498,80	561,05	561,05	561,05	58 354,21
Eurohypo Cap Fund Trust — 2003 — perpétuas	37	EUR	1 000,00	1 011,00	1 011,00	1 011,00	38 892,52
General Motors AC CO — 2003/5-7-2005	106	EUR	1 000,00	1 013,70	1 013,70	1 013,70	108 432,67
Hipoovereins Bank Lux. — 1998/08 — série A	90	EUR	0,01	0,01	0,01	0,01	0,92
IKB Funding Trst — 2002/31-12-08 perpétuas 49	24 074	EUR	100,00	96,00	96,00	96,00	2 311 104,00
MBS Magellan M. — Série 2 — Class A	5	EUR	10 000,00	9 998,06	9 998,06	9 998,06	50 212,92
Popular Capital 6% — 2003/20-10-200 — perpétuas	1 582	EUR	1 000,00	999,65	—	—	1 600 072,78

					(Em euros)				
Natureza e espécie dos títulos					Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	
Quantidade					Moeda				
Resparcs 7,5% — perpétuas — 2003/30-6-2049					143	EUR	1 000,00	1 021,00	152 379,23
Seals Finance, S. A — 2003/7-12-2004					109	EUR	10 000,00	—	1 092 063,37
Tagus Global Bond Securit Plc 2 A2					3	EUR	50 000,00	49 755,00	149 874,69
Tagus Global Bond Securit Plc 2 C					47	EUR	50 000,00	47 931,43	2 264 705,05
BCPF Call Range Note — 2003/18-12-2008					609	USD	791,77	626,90	382 184,40
Ford Motor Credit — 2000/13-3-2007					49	USD	791,77	592,13	29 187,78
Loyds TSB 6,9% — 2002/22-11-2007 — perpétuas 2003					121	USD	791,77	641,47	78 417,73
OLD Mutual CAP Finance 8% — 2003/22-12-08 — perpétuas					331	USD	791,77	631,03	209 285,49
Prudential Plc 6,5% — 2003 — perpétuas					104	USD	791,77	594,45	61 646,97
Resparcs Fun. 8% — 2002/30-6-08 — perpétuas					124	USD	791,77	627,30	77 643,47
Títulos de rendimento variável — emitidos por residentes									64 037 004,92
Ações									42 323 753,89
BCP — nominativas					1 549 343	EUR	1,00	1,77	2 742 337,11
BESCL — nominativas					114 153	EUR	5,00	12,46	1 483 989,00
BPI — nominativas					360 485	EUR	1,00	2,72	1 052 616,20
BRISA — nominativas privadas — 1.ª, 2.ª e 3.ª fases					256 017	EUR	1,00	5,32	1 356 890,10
Cimpor — nominativas					115 003	EUR	1,00	3,65	471 512,30
Cofina — SGPS					24 392	EUR	0,50	2,52	60 980,00
EDP — Electricidade Portugal (ORD SHS)					13 001 132	EUR	1,00	2,04	27 172 365,94
Ibersol — SGPS, S. A.					5 707	EUR	1,00	3,67	22 314,37
Imob. Const. Grão-Pará, S. A.					25	EUR	5,00	0,04	51,00
Impresa					23 971	EUR	1,00	3,23	83 898,50
Jerónimo Martins — SGPS					18 237	EUR	5,00	7,54	190 759,02
Novabase — SGPS, S. A.					5 376	EUR	0,50	5,90	31 718,40
Papelaria Fernandes 2750 M					34 000	EUR	5,00	5,72	134 300,00
Pararede — nominativas					104 207	EUR	0,40	0,26	27 093,82
Portucel Ind. (ORD SHS)					97 978	EUR	1,00	1,39	137 169,20
Portugal Telecom — nominativas					725 920	EUR	1,00	7,69	5 792 841,60
PT Multimédia — SGPS — nominativas					29 841	EUR	0,50	14,64	459 551,40
SAG Gest					17 837	EUR	1,00	1,27	25 506,91
Semapa — SGPS					22 518	EUR	1,00	3,07	81064,80
Sonae — SGPS					1 232 021	EUR	1,00	0,65	813 133,86
Sonae.com					26 903	EUR	1,00	2,15	63 760,11
Teixeira Duarte, S. A.					159 867	EUR	0,50	0,77	119 900,35
Títulos de participação									10 450 651,42
CA SEG MP — Super Rendimento Garantido — 8 anos — 1996					200	EUR	4,99	30,45	6 102,22
CA SEG IMP — Super Rendimento Garantido — 8 anos — 1997					60	EUR	4,99	30,45	1 830,67
CA SEG IMP UBP — Super Rendimento Garantido — 8 anos — 1995					100	EUR	4,99	30,45	3 051,11
Super Investimento Seguro					69 236	EUR	4,99	30,45	2108 231,01
TP, S. Banco Mello — 1987					831 681 073	EUR	0,01	0,01	8 331 436,41
Unidades de participação									11 262 599,61
Fundo de Investimento Mobiliário Fechado Nova Economia — 2005					93 442	EUR	49,88	46,76	4 423 544,28
								47,34	

Natureza e espécie dos títulos					(Em euros)		
		Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Fundo Fechado Saúde e Lazer — 2004	EUR	65 037		49,88	47,46	48,34	3 143 888,58
Fundo Futuro — 2005	EUR	79 041		49,88	45,74	46,75	3 695 166,75
Títulos de rendimento variável — emitidos por não residentes							
Ações							
Bank FU Arbeit — (27-6-2002) — preferenciais	EUR	22 581		25,00	25,64	26,15	590 387,08
BBV Intl Finance 5,76% — 1999/31-3-2004	EUR	12 599		50,00	48,09	47,25	595 302,75
BBV Intl Finance, Ltd. S/B XEU	EUR	18 330		50,00	49,52	49,00	898 170,00
BBVA International 7% PFD — 17 04 — perpétuas	EUR	19 458		100,00	104,81	104,52	2 033 750,16
BCI US FT II — 1998/15.07 — perpétuas	EUR	230		1 000,00	1 002,76	995,00	228 850,00
BCP Finance Company — preferenciais — 2000/28-9-2049	EUR	12 346		100,00	99,72	100,00	1 234 619,28
BCP Finance Compny 6,25% — preferenciais SHS — 1999/30-6-2049	EUR	12 456		50,00	47,25	47,00	585 432,00
ESF Group — 6-1998 — perpétuas preferenciais SHS	EUR	269		511,29	506,95	495,95	133 410,90
ESFG Overseas, Ltd. S-A/98 6,8% — SHS preferenciais	EUR	7 168		511,29	547,35	531,79	3 811 890,28
HVB Funding Trust (BVBK) 7% — PFD	EUR	5 224		25,00	26,35	25,00	130 600,00
Rabobank Capit Fund 7% — 1999/31-12-04 — preferenciais SH	EUR	1 995		25,00	25,70	26,07	52 013,16
RZB Finance Jersey, Ltd. 7,5% — 1999/29-9-2004	EUR	100		25,00	24,10	26,29	2 629,00
Zurich Financial Serv. 7,125% — 1999 — PFD	EUR	15 650		25,00	25,12	25,02	391 563,00
MMO2 PLC	GBP	12		0,01	0,57	0,77	13,15
BCH Eurocapital, Ltd. PRFSHS S-A — 1996/2009 USD	USD	1 500		19,79	24,83	24,75	29 394,98
BCH Eurocapital, Ltd. PRFSHS S-B — 1997/?? USD	USD	4 566		19,79	23,18	22,50	81 342,04
Deutsche Bank CAP F Trust II/1999 7,75%	USD	595		79,18	103,00	102,12	48 107,66
Santander Finance Issuances — 1998 — 7,19% — preferenciais SHS	USD	8 150		19,79	25,05	24,75	159 709,03
Telefónica Data BR-Spon ADR	USD	420		0,01	—	—	—
Bank FU Arbeit — (27-6-2002) — preferenciais	USD	8 000		25,00	25,80	26,15	209 162,42
BBVA International 7% PFD — 17 04 — perpétuas	USD	500		100,00	104,30	104,52	52 260,00
Unidades de participação							
Daxex	EUR	12 000		1,00	33,69	38,90	466 800,00
Títulos subordinados							
Residentes							
A médio e a longo prazos							
Banco Pinto Sotto Mayor — 1997/29-6-2049	EUR	660 380 887		0,01	0,01	0,01	5 427 876,72
BCM Obrigações de caixa subordinadas — 1992 — 1.ª e 2.ª séries	EUR	5 000 000		0,01	0,01	0,01	49 936,45
BCP Obrigações de caixa SUB/95 — 30-3-2005 TV	EUR	639 647 877		0,01	0,01	0,01	6 412 382,33
BES Obrigações de caixa subordinadas — 1996/2006	EUR	65		0,01	0,01	0,01	0,64
BII Caixa subordinadas — 1995/29-6-2005	EUR	29 759 579		0,01	0,01	—	295 372,85
Banco Mello Inv. — 1995/30-6-2005 — subordinadas	EUR	44 675 433		0,01	0,01	0,01	444 552,68
BPI Obrigações de caixa subordinadas — 1994-2004	EUR	335 192 187		0,01	0,01	0,01	3 381 544,47
BPSM Obrigações de caixa subordinadas — 1995 — 1.ª emissão	EUR	7 004 298		0,01	0,01	0,01	70 473,78
BSP Obrigações de caixa subordinadas — 26-5-2004	EUR	24 939 895		0,01	0,01	0,01	249 233,67

(Em euros)						
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
BSP Obrigações de caixa subordinadas — 1994 — 1.ª emissão — TV	74 819 685	EUR	0,01	0,01	0,01	753 8583
BTA Obrigações de caixa subordinadas — 1996	2 000 064	EUR	0,01	0,01	0,01	20 014,78
BTA/95 Obrigações de caixa subordinadas	11 000 000	EUR	0,01	0,01	0,01	110 196,04
UBP Obrigações de caixa subordinadas — 1996/27-6-2006	219 287 511	EUR	0,01	0,01	0,01	2 139 311,87
UBP Obrigações de caixa subordinadas — 1993 — TV	12 724 852	EUR	0,01	0,01	0,01	127 443,65
Não residentes						3 867 847,03
A médio e a longo prazos						3 867 847,03
B. Santander Sub., S. A. — 1994/21-10-2004	104 248 960	EUR	0,01	0,01	0,01	1 042 093,30
Banco Santander Obrigações subordinadas — 1995	49 639 369	EUR	0,01	0,01	0,01	496 788,08
Deutsche Cap. Trust 6,15% — perpétuas — 2-12-2009	19 280	EUR	100,00	100,51	100,51	1 947 142,61
Dresdner Bank — 1997/26-3-2007	1	EUR	49 879,79	50 777,63	50 777,63	51 459,81
Skandnaviska E. 6,75% — 1999 — perpétuas subordinadas	617	EUR	25,00	25,25	25,25	15 664,19
Commerzbank AG — 18-7-2006	51	USD	7 917,66	6 213,45	7 847,59	314 699,04
Titulos próprios						181 067 220,36
De rendimento fixo						54 567 369,27
A médio e a longo prazos						54 567 369,27
BCPA AG Internet — 1999/06-12-2004	36 092	EUR	50,00	47,99	47,99	1 732 055,08
BCPA Capital Garantido Média — 2000/17-10-05	55 499	EUR	50,00	46,75	46,75	2 594 300,76
BCPA CG Eurostox — 2000/31-7-04 — Ind.	31 465	EUR	50,00	48,30	48,31	1 519 916,82
BCPA Capital Garantido Rendimento Eurostox50 2% — 2000/31-7-2004	33 840	EUR	50,00	49,32	49,32	1 680 840,20
BCPA Obrigações de Caixa Capital Garantido Telec. MOV.S — 2000/20-9-2005	75 525	EUR	50,00	46,81	46,81	3 535 325,25
BCPA Telecoms — 2000/01-2-2005	133 153	EUR	50,00	47,78	47,78	6 362 050,34
BCPI Alta Poupança Variável — 2.ª emissão — 2001/03-8-2004	24 287	EUR	50,00	48,32	48,32	1 173 426,41
BCPI Biotecnologia — 2000/04-8-05	60 000	EUR	100,00	90,93	—	5 455 520,00
BCPI Capital Garantido 33 Plus — 25-2-2005	1 907	EUR	50,00	47,69	47,69	90 944,83
BCPI Capital Garantido Alto Rendimento 6,25% — 2001/17-9-2004	10 584	EUR	50,00	50,57	50,57	535 179,96
BCPI Capital Garantido Alto Rendimento Mais — 2001/17-9-2004	7 920	EUR	50,00	47,97	47,97	379 922,40
BCPI Capital Garantido Super Rendimento Boas Férias 7,25% — P&N — 2004	13 476	EUR	50,00	48,48	48,48	653 316,48
BCPI Europa 6% + — 01/14-5-2004	75 069	EUR	50,00	51,55	51,55	3 869 806,95
BCPI Obrigações Capital Garantido Atlântico 7,25% JA — 2.ª emissão — 13-8-2004	19 625	EUR	50,00	48,34	48,34	948 672,50
BCPI Obrigações Capital Garantido Economia Global — 2001/05-3-2005	64 966	EUR	50,00	47,66	47,66	3 095 954,73
BCPI Obrigações de caixa 5,72% — 2000/22-11-2008	7 000	EUR	50,00	53,22	—	372 526,00
BCPI Obrigações de caixa 5,72% — 2000/27-11-2008	1 200	EUR	50,00	53,18	—	63 813,93
BCPI Obrigações de caixa 5,825% — 2000/22-11-2008	15 000	EUR	50,00	53,44	—	801 534,38
BCPI Obrigações de caixa 5,825% — 2000/27-11-2008	3 600	EUR	50,00	53,40	—	192 222,63
BCPI Obrigações de caixa Alta Poupança Variável — 2001/09-7-2004	28 020	EUR	50,00	49,13	49,13	1 376 622,60
BCPI Obrigações de caixa Capital Garantido Mais — 2001/17-10-2005	6 592	EUR	50,00	46,60	46,60	307 187,20
BCPI Obrigações de caixa Investimento Mais — Agosto de 2005	665	EUR	50,00	53,38	53,38	35 494,38

(Em euros)						
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
BCPI Obrigações de caixa Investimento Duplo Variável — Agosto de 2005 — 2.ª emissão	79	EUR	50,00	47,08	47,08	3 719,32
BCPI Obrigações Alta Poupança 7,25% — II — Julho de 2004 — SM	7 849	EUR	50,00	48,40	48,40	379 852,36
BCPI Obrigações Capital Garantido Atlântico 7,25% JA — 2004 — par.	49 819	EUR	50,00	48,48	48,48	2 415 225,12
BCPI Obrigações Capital Garantido Bio-Farmacêuticas — 2001/16-5-05	20 913	EUR	50,00	47,39	47,39	990 962,51
BCPI Obrigações de caixa Capital Garantido Atlântico 7,25% JA — 3.ª emissão — 9-2004	16 829	EUR	50,00	49,48	49,48	832 698,92
BCPI Obrigações de caixa Alta Poupança Variável. — 3.ª emissão — 2001/10-9-2004	25 311	EUR	50,00	49,53	49,53	1 253 653,83
BCPI Obrigações Capital Garantido Rendimento — 24-2002/18-3-2005	2 011	EUR	50,00	48,63	48,63	97 794,93
BCPI Obrigações Economia Mundial — Abril de 2005	3 139	EUR	50,00	48,73	48,73	152 963,47
BCPI/01 Selec. Emp. Mundiais — 2001/2005	53 344	EUR	50,00	49,65	49,65	2 648 262,88
CISF PSI-20 — 1999/12-4-2004	151 521	EUR	50,00	49,50	49,51	7 501 047,10
ENBML — Biotech — 2000/3-3-2005	32	EUR	50 000,00	47 329,84	—	1 514 555,00
De rendimento variável						126 499 851,09
Outros valores						126 499 851,09
BCPI Certificados s/índice PSI 20 — 2003/2006	276 619	EUR	0,00	68,30	68,30	18 893 077,70
BCPI Certificados s/Dax — 10-2002/2005	748 391	EUR	0,00	38,91	38,91	29 119 893,81
Certificados s/índice DJ Eurostoxx 50	1 379 984	EUR	0,00	27,47	27,47	37 908 160,48
Certificados s/índice DJ Industrial Average	477 959	EUR	0,00	84,90	84,90	40 578 719,10
B) Títulos — investimento						243 841 020,41
De rendimento fixo — de emissores públicos						195 226 483,94
De dívida pública portuguesa						560 857,88
A médio e a longo prazos						560 857,88
Obrigações do Tesouro 3,625% — 1999/19-8-2004	53 000 000	EUR	0,01	0,01	0,01	522 338,70
OTRV — 1997/30-7-2004 TV	104 748	EUR	0,01	0,01	0,01	1 045,38
Consolidado — 1941	559 152	EUR	0,01	0,01	—	4 825,20
Consolidado — 1943	54 369	EUR	0,01	0,01	—	386,77
Consolidado 3% — 1942	1 811 135	EUR	0,01	0,01	0,01	11 281,20
Consolidado Centenários 4% — 1940	2 914 975	EUR	0,01	0,01	0,01	20 980,63
De outros residentes						74 226 393,75
A curto prazo						5 780 830,40
Papel comercial ETE, S. A. — 20.ª emissão	40	EUR	49 879,79	49 879,79	—	1 995 191,60
Papel comercial Lano Vídeo — 7.ª emissão	1	EUR	291 649,30	291 649,30	—	291 649,30
Papel comercial M. J. Pestana — 116.ª emissão	20	EUR	50 000,00	50 000,00	—	1 000 000,00
Papel comercial Singre — 27.ª emissão	50	EUR	49 879,79	49 879,79	—	2 493 989,50
A médio e a longo prazos						68 445 563,35
Atlântico Taxa crescente — 1999/4-10-04	338 078	EUR	50,00	49,88	—	16 864 850,76
BCP Obrigações de caixa 4,83% — Agosto de 2007	766 000	EUR	50,00	50,43	—	38 631 383,88

(Em euros)		Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Natureza e espécie dos títulos							
EDP — 1998/23-11-2008 — 25.ª emissão	17	EUR	0,01	0,01	0,01	0,01	0,18
Moloc — 1998/28-4-2003 TV	365 000	EUR	1,87	1,87	—	—	682 550,00
Lisnave — 1992/30-5-2007	9 901 863	EUR	0,01	0,01	0,01	0,01	98 168,29
Lisnave — Estaleiros Navais — 2006	13 434	EUR	0,01	0,01	0,01	0,01	129,89
Metropolitano de Lisboa — Obrigações — 1995	2 000 000	EUR	4,99	4,94	—	—	9 878 935,82
Solidal — 1998/30-10-2005	300 000	EUR	4,99	4,99	—	—	1 497 663,11
Sopete — 1995 — TV	150 000	EUR	4,99	4,99	—	—	748 500,00
Tecnovia — 1991 (redefinição) — 1995/31-1-2004	49 998	EUR	0,88	0,87	—	—	43 381,42
Por outros não residentes							120 439 232,31
A médio e a longo prazos							120 439 232,31
BCP Obrigações de caixa Investimento Real — 1999/10-5-06	92 360	EUR	50,00	49,99	50,00	50,00	4 617 383,48
BCP SFI Caixa Invimento taxa crescente — 1999/14-10-04 — EUR	479 637	EUR	50,00	50,00	50,57	50,57	23 980 270,60
BCP SFI Caixa Poupança Certa 10% — 2002/07-1-2005	129 652	EUR	50,00	49,29	53,59	53,59	6 390 978,38
BCP SFI Caixa Poupança — taxa garantida 12% — 2001/31-7-04	136 029	EUR	50,00	49,47	52,89	52,89	6 729 924,92
BCP SFI Caixa Super Poupança Crescimento — 2004	96 025	EUR	50,00	50,19	50,54	50,54	4 819 082,29
BCP SFI Caixa Poupança Taxa Garantida 12% — 3.ª emissão — 2001/20-9-04	130 305	EUR	50,00	49,40	53,46	53,46	6 436 673,32
BCP SFI Obrigações de caixa Rendimento Crescente — Julho de 2003/2006	10 426	EUR	50,00	48,21	48,73	48,73	502 602,32
BCP SFI Obrigações de caixa Rendimento Crescente — Outubro de 2003/2006	5 675	EUR	50,00	48,61	—	—	275 885,53
BCP SFI Obrigações de caixa Rendimento Seguro 10% — Novembro de 2005	33 729	EUR	50,00	49,61	55,97	55,97	1 673 129,71
BCP SFI Obrigações de caixa Rendimento Crescente — Setembro de 2003/06	12 314	EUR	50,00	48,16	48,48	48,48	593 024,22
BCP SFI Obrigações de caixa Poupança Crescimento — 2006 — 2.ª emissão	6 156	EUR	50,00	48,99	49,71	49,71	301 586,34
BCP SFI Obrigações de caixa Primavera — 1/11-5-2004	197 094	EUR	50,00	49,41	53,27	53,27	9 738 833,35
BCP SFI Obrigações de caixa Poupança — taxa garantida 12% — 2.ª emissão — 2001/6-9-04	77 101	EUR	50,00	49,94	50,00	50,00	3 850 615,83
BCP SFI Obrigações de caixa Primavera — 1/11-5-2004	16 960	EUR	50,00	48,64	51,38	51,38	824 976,95
BCP SFI Obrigações de caixa Aforro 6,5% — Setembro de 2004	14 390	EUR	50,00	49,55	51,65	51,65	713 014,48
BCP SFI Obrigações de caixa Poupança Crescimento — 2006	124 411	EUR	50,00	50,17	50,05	50,05	6 242 116,72
BCP SFI Super Poupança Crescimento 2004 — 2.ª emissão	31 000	EUR	50,00	49,08	54,14	54,14	1 521 499,21
Obrigações de Caixa BCP SFI Poupança Crescimento — 2007	278	EUR	1 000,00	1 000,00	1 031,00	1 031,00	278 000,00
BCP Finance Bank Alt. World (EUR) — 64.ª emissão — 30-11-09	33 000	EUR	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	33 000 000,00
Big Bank Gdansk — 1/12-12-2007	801	EUR	100,00	48,37	97,46	97,46	38 743,73
BCP SFE Obrigações de Caixa Rendimento Crescente — Julho de 2003/2006	82	EUR	50,00	48,63	—	—	3 987,67
BCP SFE Obrigações de caixa Rendimento Crescente — Outubro de 2003/2006	36 255	EUR	50,00	49,69	111,94	111,94	1 801 457,78
BCP SFE Obrigações de caixa Rendimento Seguro 10% — Novembro de 2005	3 442	EUR	50,00	48,19	97,18	97,18	165 875,51
BCP SFE Obrigações de caixa Rendimento Crescente — Setembro de 2003/2006	578	EUR	50,00	48,87	101,55	101,55	28 245,97
BCP SFE Obrigações de caixa Poupança Crescimento — 2006 — 21.ª emissão	20 610	EUR	50,00	49,30	106,60	106,60	1 016 001,76
BCP SFE Obrigações de caixa Poupança — taxa garantida 12% — 2.ª emissão — 2001/6-9-04	10 824	EUR	50,00	49,75	100,00	100,00	538 447,36
BCP SFE Obrigações de caixa Primavera — 2001/11-5-2004	4 749	EUR	50,00	48,70	102,76	102,76	231 254,05
BCP SFE Obrigações de caixa Aforro 6,5% — Setembro de 2004	1 164	EUR	50,00	49,69	103,30	103,30	57 839,15
BCP SFE Obrigações de caixa Poupança Crescimento — 2006	14 307	EUR	50,00	49,01	107,17	107,17	701 202,93
BCP SFE Poupança Certa 10% — 2002/07-1-2005	11 786	EUR	50,00	49,49	105,82	105,82	583 262,79
BCP SFE Poupança — taxa garantida 12% — 2001/31-7-04	8 080	EUR	50,00	49,23	106,92	106,92	397 801,70
BCP SFE Poupança — taxa garantida 12% — 3.ª emissão — 01/20-9-04	15 073	EUR	50,00	50,02	101,12	101,12	753 948,77
BCP SFE Super Poupança Crescimento — 2004	21 741	EUR	50,00	50,16	101,07	101,07	1 090 568,78
BCP SFE Super Poupança Crescimento — 2004 — 2.ª emissão	5 000	EUR	50,00	48,97	108,28	108,28	244 838,33
Obrigações de caixa BCP SFE Poupança Crescimento — 2007	40	EUR	1 000,00	1 008,71	999,95	999,95	40 348,55
BCP Finance BK N°93 Notes — 2005	115	EUR	1 000,00	999,11	1 001,00	1 001,00	114 897,59
DZ Bank Capital — 2003/11-11-2008 — perpétuas							

						(Em euros)
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Resparcs 7,5% — perpétuas — 03/30-6-2049	50	EUR	1 000,00	1 015,96	1 021,00	50 798,17
Tagus Global Bond Securit Plc 2 A1	1	EUR	1 527,58	1 527,58	46,59	1 52748
Loyds TSB 6,9% — 2002/22-11-2007 — perpétuas — 2003	139	USD	791,77	637,64	810,18	88 586,49
Valores de rendimento variável						29 805 749,06
Emitidos por residentes						29 698 443,76
Ações						6 989 702,04
Beira Vouga — 1000 MTS	1	EUR	4,99	1,00	—	1,00
Bordalima — 318 500 cts.	18	EUR	4,99	1,00	1,00	18,00
Camac	33 600	EUR	5,00	—	—	167,60
Companhia Agrícola da Bela Vista — 17 500 cts.	10	EUR	0,50	—	—	0,01
Comundo — Cons. Mund. Exp. Import.	20 000	EUR	0,50	0,39	—	7 781,25
Fenalu — Gestão de Inv. e Part., S. A.	5 000	EUR	4,99	—	—	24,94
Fiaco	5 450	EUR	4,99	—	—	27,18
Fipar — SGPS	676 030	EUR	4,99	8,88	8,88	6 000 000,00
Inforgal Informática Gestão, S. A.	42	EUR	4,99	1,00	—	42,00
Macedo Coelho — 1300 M.	11 870	EUR	4,99	8,54	0,03	101 4053
PEC Nordeste — 1150 M.	14 375	EUR	5,00	4,99	4,64	71 702,20
Porto Cavaleiros — SGPS	10	EUR	4,99	1,00	—	10,00
SNJ	7 500	EUR	4,99	4,99	4,99	37 409,84
Soponata	300	EUR	5,00	0,01	14,93	1,50
Subloc — Locação de Submarinos — nominativas	2 500	EUR	10,00	10,00	—	25 000,00
T. Lopes Costa — 1519 M.	2 650	EUR	4,99	—	—	0,01
Unifer — Ind Metalúrgicas, S. A.	20	EUR	4,99	1,00	—	20,00
Unitenis — Sociedade de Emp. de Ténis — nominativas	2	EUR	149,64	3 990,39	3 990,39	7 980,77
Vialitoral — Concessões Rodovias da Madeira	4 750	EUR	150,00	155,39	150,00	738 110,21
Unidades de participação						22 708 741,72
Fundo de Investimento Mobiliário Fechado M. ACE ES Europa	1 289	EUR	49,88	63,42	40,75	81 751,15
Fundo Gestão Imobiliária	3 297 747	EUR	4,99	6,73	6,75	22 189 041,83
Fundo Mobiliário Morenda	15 827	EUR	5,00	5,00	5,00	79 135,00
Fundo Imobiliário Renda Predial	11 907	EUR	5,00	5,00	5,00	59 535,00
Fundo de Inv. Capital de Risco M. Inovação	12	EUR	25 000,00	24 939,90	24 939,89	299 278,74
Emitidos por não residentes						107 305,30
Ações						107 305,30
Companhia de Diamantes de Angola	500	EUR	2,49	10,36	—	5 177,52
Deutsche Telekom AG ORD SHS	1 600	EUR	1,00	63,83	14,51	102 127,78
Títulos subordinados						3 828 153,66
Emitidos por residentes						816 265,26
A médio e a longo prazos						816 265,26
Banco Totta & Açores — 1997 — perpétuas	6 484 372	EUR	0,01	0,01	0,01	64 106,03
BPSM — Obrigações de caixa subordinadas — 1995 — 1. ^a emissão	1	EUR	0,01	0,01	0,01	0,01

					(Em euros)					
Natureza e espécie dos títulos					Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
BSP — Obrigações de caixa subordinadas — 1994 — 1.ª emissão — TV					4 000 079	EUR	0,01	0,01	0,01	39 972,84
CPP — perpétuas subordinadas — 1997					71 744 540	EUR	0,01	0,01	0,01	712 186,38
Emitidos por não residentes										
A médio e a longo prazos										
Deutsche Cap. Trust — 6,15% — perpétuas — 2-12-2009					30 000	EUR	100,00	100,40	100,51	3 011 888,40
Títulos próprios										
De rendimento fixo										14 980 633,75
A médio e a longo prazos										14 980 633,75
BCPA AG Internet — 1999/06-12-2004					30 000	EUR	50,00	47,88	47,99	1 436 250,00
BCPI Rendimento Seguro — Setembro 2008 — 1.ª e 2.ª emissões					10 800	EUR	50,00	50,00	—	540 000,00
ENBML — Biotech — 2000/3-3-2005 — 2.ª tranche					200	EUR	50 000,00	45 227,78	—	9 045 555,56
Mello INV Biotecnologia — 2000/16-2-05					63	USD	79 176,56	62 689,28	86 041,17	3 958 828,19
D) Imobilizações financeiras										
Participações										
Em outras empresas no País										52 230 787,35
Ações										
Aenor — Auto-estradas do Norte, S. A.					374 854	EUR	0,01	0,01	—	3 748,54
ALFA Fininter, SGPS					220 000	EUR	4,99	—	—	0,01
APOR — Ag. para a Modernização do Porto, S. A.					1 200	EUR	4,99	4,99	—	5 985,57
FIEP — Fundo Intern. Empr. Port., SGPS					1 500 000	EUR	4,99	4,99	4,99	7 481 968,46
Finangeste Nominativas					97 875	EUR	5,00	4,99	—	488 861,84
Lusoscut — Auto-estradas, S. A.					166 500	EUR	1,00	0,03	—	4 995,00
Lusoscut Oper Auto-estradas, S. A.					750	EUR	1,00	1,00	—	750,00
Lusoscut — Auto-estradas das Beiras Litoral e Alta, S. A.					382 500	EUR	0,01	0,01	—	3 825,00
Lusoscut — Auto-estradas do Grande Porto, S. A.					279 750	EUR	0,02	0,02	—	5 595,00
MTS Portugal — Sociedade Gest. Merc. Esp. Div. Pub.					33 654	EUR	1,00	0,99	—	33 196,70
Norpedip — 5 500 000 cts. — PME Capital					1 000	EUR	5,00	4,99	—	4 987,98
Operadora Lusoscut BLA — Operação e Manutenção de Auto-estradas					750	EUR	1,00	1,00	—	750,00
Operanor — Manutenção Auto Estradas					667	EUR	1,00	1,00	—	667,00
Pinto Basto III — SGPS, S. A.					900	EUR	4,99	0,00	—	0,01
PME Investimento — Sulpedip — 5 000 000 cts.					1 000	EUR	5,00	4,99	—	4 987,98
Previsão — Sociedade Gestora de Fundos Pensões — nominativas					20 000	EUR	5,00	8,35	—	167 087,99
SDEM — Sociedade de Desenvolvimento Empresarial Madeira, SGPS					937 500	EUR	1,00	1,00	—	937 500,00
Operadora Lusoscut GP-O Man. Aut.					2 250	EUR	1,00	1,00	—	2 250,00
Ações (aviso n.º 4/2002 — regime transitório)										
Pinto Basto — SGPS, S. A.					18 000	EUR	5,00	16,28	—	292 983,91

(Em euros)		Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Diversas								9 975,96
Cíteve	20			PTE	498,80	498,80		9 975,96
Partes de capital em empresas coligadas								31 237 504,84
Em instituições de crédito no estrangeiro								464 884,63
Ações								464 884,63
BIM — Investimento, S. A. R. L.	500			MZM	875,12	929,77	—	464 884,63
Em outras empresas no País								30 772 620,21
Ações								30 772 620,21
BCP Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A.	28 500 000			EUR	1,00	1,08	—	30 772 620,21
Outras imobilizações financeiras								11 543 165,56
Empréstimos subordinados								2 968 140,92
Aenor — Auto-estradas do Norte, S. A.	1			EUR				1 751 011,51
Aenor — Auto-estradas do Norte, S. A.	1			EUR				111 690,60
Vialitoral — Concessões Rodoviárias da Madeira	1			EUR				1 062 429,04
Vialitoral — Concessões Rodoviárias da Madeira	1			EUR				43 009,77
Contratos de suprimento								19 795,75
Shopping Direct	1			EUR				19 795,75
Prestações acessórias								8 555 228,89
Aenor — Auto-estradas do Norte, S. A.	1			EUR				2 094 239,93
Aenor — Auto-estradas do Norte, S. A.	1			EUR				229 914,90
Aenor — Auto-estradas do Norte, S. A.	1			EUR				152 476,20
Lusocut — Auto-estradas do Grande Porto	1			EUR				655 988,90
Lusocut — Auto-estradas do Grande Porto	1			EUR				294 405,00
Lusocut — Auto-estradas Costa da Prata, S. A.	1			EUR				1 353 540,00
Lusocut — Auto-estradas Costa da Prata, S. A.	1			EUR				443 529,75
Lusocut — Beiras Litoral e Alta, S. A.	1			EUR				1 479 297,17
Lusocut — Beiras Litoral e Alta, S. A.	1			EUR				189 784,13
M NET Comunicações ACE	1			EUR				149,64
Servibanca, ACE	750			EUR				750,00
Servibanca, ACE	65 000			EUR				65 000,00
Shopping Direct	1			EUR				1 596 153,27
Total								698 778 546,68

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecassis*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Balanço em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de euros)

	Notas	2003	2002
Activo:			
Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal	2	537	4 736
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	44 281	66 601
Outros créditos sobre instituições de crédito	4	1 782 587	1 704 039
Créditos sobre clientes	5	320 201	360 405
Obrigações, acções e outros títulos	6	645 589	668 455
Participações financeiras	7	40 688	43 764
Imobilizações incorpóreas	8	2 855	2 160
Imobilizações corpóreas	9	17 743	19 647
Outros activos	10	28 146	22 472
Contas de regularização	11	997 374	439 653
		<u>3 880 001</u>	<u>3 331 932</u>
Passivo:			
Débitos para com instituições de crédito:			
À vista		1 090	3 495
A prazo	12	55 992	166 388
Débitos para com clientes:			
À vista		266	263
A prazo	13	172 510	137 351
Débitos representados por títulos	14	2 407 692	2 303 742
Outros passivos	15	24 553	15 133
Contas de regularização	16	983 959	449 684
Provisão para outros riscos e encargos	17	17 512	13 756
Passivos subordinados	18	27 976	57 904
<i>Total do passivo</i>		<u>3 691 550</u>	<u>3 147 716</u>
Situação líquida:			
Capital	19	75 000	75 000
Reservas e resultados acumulados	20 e 21	113 451	109 216
<i>Total da situação líquida</i>		<u>188 451</u>	<u>184 216</u>
		<u>3 880 001</u>	<u>3 331 932</u>

Contas extrapatrimoniais (nota n.º 33).

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de euros)

	Notas	2003	2002
Juros e proveitos equiparados	22	117 275	134 444
Juros e custos equiparados	23	100 040	121 205
Margem financeira		17 235	13 239
Provisão para riscos de crédito	4, 5 e 17	(1 589)	1 643
Margem financeira após provisão para riscos de crédito		<u>18 824</u>	<u>11 596</u>
Outros proveitos:			
Rendimentos de títulos		413	2 489
Comissões	25	44 445	31 406
Lucros em operações financeiras	26	177 992	146 990
Outros proveitos de exploração	27	27 369	24 672
Ganhos relativos à alienação de participações financeiras		—	3 268
		<u>250 219</u>	<u>208 825</u>
Outros custos:			
Comissões	25	2 396	2 080
Prejuízos em operações financeiras	26	171 832	124 914

(Em milhares de euros)

	Notas	2003	2002
Custos com pessoal	28	19 069	19 033
Outros gastos administrativos		16 327	13 159
Amortizações do exercício	8 e 9	1 820	1 988
Outras provisões	29	3 015	3 206
Outros custos de exploração	30	11 531	2 549
		<u>225 990</u>	<u>166 929</u>
Lucro antes de impostos		43 053	53 492
Provisão para impostos sobre lucros	31	<u>5 899</u>	<u>11 905</u>
Lucro da actividade corrente		<u>37 154</u>	<u>41 587</u>
Custo extraordinário		<u>—</u>	<u>5 000</u>
Lucro do exercício		37 154	36 587

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	2003			2002
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	537	—	537	4 736
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	49 073	—	49 073	71 311
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	1 789 792	5	1 789 787	1 711 769
4 — Créditos sobre clientes	329 633	9 432	320 201	360 405
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	414 517	188	414 329	518 985
a) De emissores públicos	68 996	11	68 985	56 480
b) De outros emissores	345 521	177	345 344	462 505
(Dos quais: obrigações próprias)	(69 548)	—	(69 548)	(31 869)
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	236 590	818	235 772	153 982
7 — Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	—
8 — Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação ...	7 504	—	7 504	6 702
9 — Outras participações financeiras	18 843	1 822	17 021	14 157
10 — Imobilizações incorpóreas	4 430	1 575	2 855	2 160
11 — Imobilizações corpóreas	32 777	15 031	17 746	19 653
(Dos quais: imóveis de serviço próprio)	(20 662)	(4 614)	(16 048)	(16 858)
12 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial	—	—	—	—
13 — Diferenças de consolidação	—	—	—	—
14 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
15 — Acções próprias	—	—	—	—
16 — Outros activos	33 242	2 356	30 886	27 154
17 — Contas de regularização	998 837	—	998 837	444 069
18 — Prejuízo consolidado do exercício	—	—	—	—
19 — Interesses minoritários	—	—	—	—
<i>Total do activo</i>	<u>3 915 775</u>	<u>31 227</u>	<u>3 884 548</u>	<u>3 335 083</u>

PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS

	2003	2002
1 — Débitos para com instituições de crédito	57 082	169 883
a) À vista	1 090	3 495
b) A prazo	55 992	166 388
2 — Débitos para com clientes	172 776	137 614
a) Depósitos de poupança	—	—

(Em milhares de euros)

	2003	2002
b) Débitos à vista	266	263
c) Débitos a prazo	172 510	137 351
3 — Débitos representados por títulos	2 407 692	2 303 742
a) Obrigações em circulação	2 407 692	2 303 742
b) Outros	—	—
4 — Outros passivos	27 457	15 210
5 — Contas de regularização	985 539	450 298
6 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial	—	—
7 — Diferenças de consolidação	—	—
8 — Provisão para riscos e encargos	7 944	8 421
a) Provisões para pensões e encargos similares	4 796	4 288
b) Outras provisões	3 148	4 133
9 — Fundo para riscos bancários gerais	9 583	10 352
10 — Passivos subordinados	27 976	57 904
11 — Capital subscrito	75 000	75 000
12 — Prémios de emissão	—	—
13 — Reservas	73 630	71 174
14 — Reservas de reavaliação	—	—
15 — Resultados transitados	—	—
16 — Interesses minoritários	—	—
17 — Lucro consolidado do exercício	39 869	35 485
<i>Total do passivo e capitais próprios</i>	<i>3 884 548</i>	<i>3 335 083</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	2003	2002
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	62 485	96 952
Dos quais:		
1.1 — Aceites e endossos	—	—
1.2 — Garantias e avales	52 066	96 702
1.3 — Cauções e activos dados em garantia	10 419	250
1.4 — Outros	—	—
2 — Compromissos	65 770	83 145
Dos quais:		
2.1 — Resultantes de operações de venda com opção de recompra	—	—
	128 255	180 097

O Conselho de Administração: Jorge Manuel Jardim Gonçalves, presidente — Christopher de Beck, vice-presidente — Leandro Abílio Brandão Delgado, vogal — Acácio Jaime Liberado Mota Piloto, vogal — Nuno Maria Pestana de Almeida Alves, vogal — Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary, vogal — Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro 2003 e 2002

DÉBITO

(Em milhares de euros)

	2003	2002
1 — Juros e custos equiparados	100 040	125 989
2 — Comissões	2 397	2 343
3 — Prejuízos em operações financeiras	172 032	125 142
4 — Gastos gerais administrativos	35 928	37 206
4.1 — Custos com o pessoal	19 474	20 455
4.2 — Outros custos administrativos	16 454	16 751
5 — Amortizações do exercício	1 823	2 121
6 — Outros custos de exploração	10 572	1 087
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	5 756	8 923
8 — Provisões para imobilizações financeiras	1 148	1 114
9 — Perdas extraordinárias	1 008	13 273
10 — Impostos sobre lucros	5 901	11 921

(Em milhares de euros)

	2003	2002
11 — Outros impostos	61	516
12 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	—	4
13 — Interesses minoritários	—	(65)
14 — Lucro consolidado do exercício	39 869	35 485
<i>Total</i>	376 535	365 059

CRÉDITO

	2003	2002
1 — Juros e proveitos equiparados	117 550	143 181
2 — Rendimentos de títulos	436	2 045
3 — Comissões	44 573	32 440
4 — Lucros em operações financeiras	178 069	147 193
5 — Reposições e anulações de provisões	6 406	3 904
6 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	865	384
7 — Outros proveitos de exploração	24 039	15 248
8 — Ganhos extraordinários	4 597	20 664
9 — Interesses minoritários	—	—
10 — Prejuízo consolidado do exercício	—	—
<i>Total</i>	376 535	365 059

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados consolidados por funções em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de euros)

	2003	2002
Margem financeira	17 510	17 192
Provisões para riscos de crédito	1 589	(1 852)
Margem financeira líquida	19 099	15 340
Comissões líquidas	42 176	30 097
Outros resultados de exploração líquidos	16 995	26 336
Margem de serviços	78 270	71 773
Rendimento de títulos	436	2 045
Resultados consolidados pelo método de equivalência patrimonial	865	380
Resultados de operações financeiras	6 037	22 051
Provisões para depreciação de títulos	1 485	(1 604)
Resultado operacional antes dos custos de transformação	87 093	94 645
Custos com pessoal	19 474	20 455
Outros custos administrativos	16 454	16 751
Amortizações	1 823	2 121
Custos de transformação	37 751	39 327
Resultado operacional	49 342	55 318
Outras provisões	(3 572)	(2 677)
Resultados na alienação de participações financeiras	—	4 700
Outros resultados extraordinários	—	(10 000)
Resultados antes de impostos	45 770	47 341
Impostos	5 901	11 921
Resultados depois de impostos	39 869	35 420
Interesses minoritários	—	65
Resultado líquido	39 869	35 485
Resultado por acção	0,532	0,472

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração de fluxos de caixa consolidados em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de euros)

	2003	2002
Fluxos de caixa de actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	166 132	166 942
Recebimentos por prestação de serviços	16 995	15 845
Pagamento de juros e comissões	(107 863)	(132 861)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	6 037	22 051
Pagamento (de caixa) a empregados e a fornecedores	(35 897)	(34 533)
	<u>45 404</u>	<u>37 444</u>
Diminuição/(aumento) de activos operacionais:		
Fundos adiantados a instituições de crédito	(78 018)	(530 934)
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	4 199	7 656
Fundos adiantados a clientes	40 808	2 120
Títulos negociáveis a curto prazo	—	—
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais:		
Débitos para com as instituições de crédito — à vista	(2 405)	—
Débitos para com as instituições de crédito — a prazo	(110 396)	40 591
Débitos para com clientes — à vista	3	(17 593)
Débitos para com clientes — a prazo	35 159	(2 419)
	<u>(110 650)</u>	<u>(500 579)</u>
Impostos sobre o rendimento (pagos)/recebidos	<u>(11 004)</u>	<u>(8 819)</u>
	<u>(76 250)</u>	<u>(471 954)</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento:		
Venda de participações financeiras	2 088	19 068
Aquisição de participações financeiras	(5 676)	(5 859)
Dividendos recebidos	1 301	13 753
Venda de títulos de investimento	156 387	66 013
Compra de títulos de investimento	(132 036)	(100 610)
Compra de imobilizações	(1 399)	(1 853)
Venda de imobilizações	788	95
Aumento/(diminuição) em outras contas do activo	<u>(558 658)</u>	<u>(33 025)</u>
	<u>(537 205)</u>	<u>(42 418)</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento:		
Emissão de empréstimos obrigacionistas	74 022	296 289
Dividendos pagos e bónus a empregados	(32 929)	(24 775)
Aumento/(diminuição) noutras contas de passivo	550 187	24 721
Reserva de fusão	—	(1 189)
	<u>591 280</u>	<u>295 046</u>
Diferença cambial e outras reservas	<u>(63)</u>	<u>(94)</u>
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	<u>(22 238)</u>	<u>(219 420)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>71 311</u>	<u>290 731</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>49 073</u>	<u>71 311</u>

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Mapa de alterações na situação líquida consolidada em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reservas de reavaliação legais e estatutárias	Reservas livres e resultados acumulados
Saldos a 31 de Dezembro de 2001	172 221	75 000	12 461	84 760
Constituição de reserva legal	—	—	2 751	(2 751)
Bónus aos empregados	(1 375)	—	—	(1 375)
Dividendos distribuídos	(23 380)	—	—	(23 380)
Resultado do exercício	35 485	—	—	35 485
Diferença cambial resultante da consolidação	(94)	—	—	(94)
Reserva de fusão, base individual, e <i>goodwill</i> em base consolidada por fusão da CIP Brokers	(1 319)	—	—	(1 319)

(Em milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reservas de reavaliação legais e estatutárias	Reservas livres e resultados acumulados
Capital reserve da BCP Ireland Investments	130	—	—	130
Provisões para participações financeiras ao abrigo do aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal	(9)	—	—	(9)
Saldos a 31 de Dezembro de 2002	181 659	75 000	15 212	91 447
Constituição de reserva legal	—	—	3 659	(3 659)
Bónus aos empregados	—	—	—	—
Dividendos distribuídos	(32 929)	—	—	(32 929)
Resultado do exercício	39 869	—	—	39 869
Diferença cambial resultante da consolidação	(63)	—	—	(63)
Provisões para participações financeiras ao abrigo do aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal	(37)	—	—	(37)
Saldos a 31 de Dezembro de 2003	188 499	75 000	18 871	94 628

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de euros)

	Notas	2003	2002
Activo:			
Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal	2	537	4 736
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	49 073	71 311
Outros créditos sobre instituições de crédito	4	1 789 787	1 711 769
Créditos sobre clientes	5	320 201	360 405
Obrigações, acções e outros títulos	6	650 101	672 967
Participações financeiras	7	24 525	20 859
Imobilizações incorpóreas	8	2 855	2 160
Imobilizações corpóreas	9	17 746	19 653
Outros activos	10	30 886	27 154
Contas de regularização	11	998 837	444 069
		3 884 548	3 335 083
Passivo:			
Débitos para com instituições de crédito:			
À vista		1 090	3 495
A prazo	12	55 992	166 388
Débitos para com clientes:			
À vista		266	263
A prazo	13	172 510	137 351
Débitos representados por títulos	14	2 407 692	2 303 742
Outros passivos	15	27 457	15 210
Contas de regularização	16	985 539	450 298
Provisão para outros riscos e encargos	17	17 527	18 773
Passivos subordinados	18	27 976	57 904
Total do passivo		3 696 049	3 153 424
Situação líquida:			
Capital	19	75 000	75 000
Reservas e resultados acumulados	20 e 21	113 499	106 659
Total da situação líquida		188 499	181 659
		3 884 548	3 335 083

Contas extrapatrimoniais (nota n.º 33).

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de euros)

	Notas	2003	2002
Juros e proveitos equiparados	22	117 550	143 181
Juros e custos equiparados	23	100 040	125 989
Margem financeira		17 510	17 192
Provisão para riscos de crédito	4, 5 e 17	(1 589)	1 852
Margem financeira após provisão para riscos de crédito		19 099	15 340
Outros proveitos:			
Resultado de partes de capital em empresas associadas	24	865	384
Rendimentos de títulos		436	2 045
Comissões	25	44 573	32 440
Lucros em operações financeiras	26	178 069	147 193
Outros proveitos de exploração	27	28 636	31 212
Ganhos relativos à alienação de participações financeiras		—	4 700
		252 579	217 974
Outros custos:			
Comissões	25	2 397	2 343
Resultado de partes de capital em empresas associadas	24	—	4
Prejuízos em operações financeiras	26	172 032	125 142
Custos com pessoal	28	19 474	20 455
Outros gastos administrativos		16 454	16 751
Amortizações do exercício	8 e 9	1 823	2 121
Outras provisões	29	2 087	4 281
Outros custos de exploração	30	11 641	4 876
		225 908	175 973
Lucro antes de impostos		45 770	57 341
Provisão para impostos sobre lucros	31	5 901	11 921
Lucro depois de impostos		39 869	45 420
Interesses minoritários		—	65
Lucro da actividade corrente		39 869	45 485
Custo extraordinário		—	10 000
Lucro do exercício		39 869	35 485

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003

Indicações obrigatórias constantes do Plano de Contas para o Sistema Bancário e Normas do Banco de Portugal, no âmbito dos anexos às instruções n.º 4/96 (BNBP n.º 1, 17 de Junho de 1996) — VII e n.º 71/96 (BNBP n.º 1, 17 de Junho de 1996) — II:

1 — Não existem alterações de critérios que afectem a comparabilidade de valores. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem o universo das empresas subsidiárias e associadas.

2 — Não existem situações relevantes que, constando de uma rubrica do balanço, poderiam no todo ou em parte, ser incluídas noutras rubricas.

3 — As políticas e critérios valorimétricos estão apresentados nas políticas contabilísticas, nota n.º 1 às demonstrações financeiras.

4 — Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas.

5 — Não existem diferenças significativas entre o valor dos activos apresentados no balanço e os valores de mercado.

6 — As participações financeiras superiores ou iguais a 20% dos respectivos capitais próprios detidas directamente pelo Banco, à data

de 31 de Dezembro de 2003, estão apresentadas na nota n.º 7 às demonstrações financeiras.

7 — O valor das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, com vencimento no decurso do ano de 2003, encontram-se referidos na nota n.º 6 às demonstrações financeiras.

8 — À data de 31 de Dezembro de 2003, o Banco não detinha quaisquer créditos, sobre empresas com ligação de participação, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo.

9 — À data de 31 de Dezembro de 2003, o Banco não detinha quaisquer créditos, sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo.

10 — O inventário da carteira de títulos e participações financeiras do Grupo e Banco, à data de 31 de Dezembro de 2004, é apresentado conjuntamente com os mapas contabilísticos.

11 — O desenvolvimento das imobilizações incorpóreas e corpóreas, encontra-se detalhado nas notas n.ºs 8 e 9, respectivamente, às demonstrações financeiras.

12 — Os títulos com carácter subordinado são apresentados na nota n.º 6 às demonstrações financeiras.

13 — À data de 31 de Dezembro de 2003, não existem quaisquer activos cedidos com acordo de recompra firme.

14 — A decomposição destes créditos por prazos residuais encontra-se nas notas n.ºs 4 e 5 às demonstrações financeiras.

15 — O Grupo não efectuou reavaliações de imobilizações corpóreas e de imobilizações financeiras.

16 — O valor das despesas de estabelecimento está incluído na nota n.º 8 às demonstrações financeiras.

17 — Não existem, no Banco e no Grupo, situações determinadas por correcções de valor excepcional introduzidas no activo não imobilizado, motivadas por medidas de carácter fiscal.

18 — A decomposição dos débitos em função do prazo residual encontra-se representada nas notas n.ºs 12, 13 e 14 às demonstrações financeiras.

19 — A decomposição dos débitos representados por títulos consta na nota n.º 14 às demonstrações financeiras.

20 — À data de 31 de Dezembro de 2003, não existiam quaisquer débitos, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Banco, sobre empresas com as quais existiu uma ligação de participação.

21 — À data de 31 de Dezembro de 2003, não existiam quaisquer débitos representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Banco, sobre empresas com as quais existiu uma ligação de coligação.

22 — Os passivos subordinados, no Grupo e Banco, são apresentados na nota n.º 18 às demonstrações financeiras.

23 — Os montantes dos compromissos, incluindo os assumidos mediante a prestação de garantias, estão descritos na nota n.º 33 às demonstrações financeiras.

24 — Os movimentos das contas de provisões do Grupo e do Banco estão desenvolvidos nas notas n.ºs 4, 5, 6, 7, 10 e 17 às demonstrações financeiras.

25 — O critério utilizado para distinguir entre títulos de negociação, títulos de investimento e títulos da carteira a vencimento constantes das rubricas 6 do activo, estão expressos na nota n.º 1 alínea g) às demonstrações financeiras.

26 — Durante o exercício de 2003, o Banco não alienou ou transferiu quaisquer títulos a vencimento.

27 — A decomposição da rubrica de acréscimos e diferimentos de proveitos e custos consta nas notas n.ºs 11 e 16 às demonstrações financeiras.

28 — A valorização da carteira de títulos, para o Grupo e para o Banco, encontra-se apresentada no mapa de inventário de títulos incluído neste anexo.

29 — No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 não ocorreram quaisquer subscrições de acções.

30 — À data de 31 de Dezembro de 2003 não existiam quaisquer partes de capital beneficiárias e obrigações convertíveis ou títulos ou direitos similares.

31 — O desenvolvimento das rubricas de outros activos e outros passivos, está expresso nas notas n.ºs 10 e 15 às demonstrações financeiras.

32 — Não existem fundos administrados pelo Banco por conta de outrem.

33 — As operações a prazo não vencidas, para o Grupo e Banco, estão apresentadas na nota n.º 33 às demonstrações financeiras.

34 — O efectivo médio de trabalhadores ao serviço no Banco durante o exercício de 2003, distribuído por grandes categorias profissionais, encontra-se analisado na nota n.º 28 às demonstrações financeiras.

35 — O valor total de remunerações atribuídas pelo Grupo aos órgãos de administração e fiscalização no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, está referido na nota n.º 28 às demonstrações financeiras.

36 — Os proveitos referentes à prestação de serviços de gestão e de representação a terceiros não excede 5% do total de proveitos.

37 — A decomposição dos elementos do activo e passivo expressos em moeda estrangeira é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo	Banco
Activos	38 764 456	16 054 536
Passivos	38 764 456	16 054 536

38 — De acordo com a natureza da actividade desenvolvida pelo Banco, os elementos de balanço e da demonstração dos resultados, são enquadráveis num único segmento de negócio, banca de investimento, sendo totalmente desenvolvida no mercado nacional.

39 — A decomposição dos custos e proveitos residuais e extraordinários do exercício é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Outros custos de exploração:				
Quotizações e donativos	557	64	551	53
Diversos	10 015	1 023	10 015	15
	<u>10 572</u>	<u>1 087</u>	<u>10 566</u>	<u>68</u>
Perdas extraordinárias:				
Provisão para riscos bancários gerais	—	10 000	—	5 000
Menos-valias em imobilizações	228	1	228	1 458
Perdas de exercícios anteriores	499	887	397	559
Outras perdas extraordinárias	281	2 385	279	249
	<u>1 008</u>	<u>13 273</u>	<u>904</u>	<u>7 266</u>
Outros proveitos de exploração:				
Prestação de serviços	6 756	10 080	6 722	9 824
Reembolso de despesas	48	15	44	10

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Recuperação de créditos incobráveis	1 216	298	1 216	17
Outros proveitos de exploração	25 255	4 855	16 017	1 608
	<u>24 039</u>	<u>15 248</u>	<u>23 999</u>	<u>11 459</u>
Ganhos extraordinários:				
Distribuição resultados	—	11 328	—	11 328
Mais-valias em imobilizações	1 335	5 321	272	4 725
Outros ganhos de exercícios anteriores	3 014	419	3 010	275
Outros ganhos extraordinários	248	3 596	88	153
	<u>4 597</u>	<u>20 664</u>	<u>3 370</u>	<u>16 481</u>

40 — Os encargos com passivos subordinados estão apresentados na nota n.º 18 às demonstrações financeiras.

41 — A diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios está apresentada na nota n.º 31 às demonstrações financeiras.

42 — Não existe tratamento fiscal diferenciado entre os resultados correntes e os resultados extraordinários.

43 — As contas do Grupo são objecto de consolidação pelo método integral, no Banco Comercial Português, S. A., com sede na Praça D. João I, 28 — Porto.

44 — O Banco não tem empresas filiais instaladas noutros Estados membros da União Europeia dispensadas da fiscalização e da publicação da demonstração de resultados.

45 — À data de 31 de Dezembro de 2003, o Banco detinha operações de locação financeira na óptica de locatário no montante de 1 054 109 euros (2002: 1 054 109 euros).

46 — Não existem montantes resultantes das compensações entre saldos devedores e credores em contas de terceiros e em contas internas de regularização efectuadas ao abrigo de contratos de compensação a que se refere a parte final do ponto 1.3 do Capítulo II — Normas e Princípios Contabilísticos.

47 — Não existem montantes incluídos nos resultados da sociedade provenientes de transacções realizadas com entidades em relação às quais existem relações de domínio.

48 — Não foram efectuadas operações de titularização durante o exercício de 2003.

49 — As informações, de natureza quantitativa e qualitativa, sobre a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência estão apresentadas na nota n.º 32.

50 — As informações detalhadas, de natureza qualitativa e quantitativa, sobre participações financeiras são apresentadas na nota n.º 7.

51 — Não existem outras informações de natureza significativa, para além das apresentadas nestas demonstrações financeiras e notas explicativas, que impliquem uma apreciação diferente da situação financeira do Banco.

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

1 — Políticas contabilísticas:

a) *Bases de apresentação.* — A CISF — Companhia de Investimentos e Serviços Financeiros, S. A. foi constituída em Lisboa a 8 de Maio de 1984. No decorrer do ano de 1993, a Companhia foi autorizada a iniciar a sua actividade como banco de investimento, tendo iniciado as suas operações em 25 de Maio de 1993, passando a sua denominação social para CISF — Banco de Investimento, S. A.

A 28 de Outubro de 1999, o Banco alterou a sua denominação social para BCPA — Banco de Investimento, S. A. No decorrer do ano 2000, e no âmbito da reestruturação do Grupo BCP procedeu-se à alteração da denominação do BCPA — Banco de Investimento, S. A. para BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A. (Banco).

O Banco tem por objecto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços permitidos aos bancos de investimento de acordo com a legislação em vigor, tendo-se especializado designadamente em operações nos mercados de títulos, serviços especializados de consultoria, operações de crédito e operações de corretagem.

Indirectamente, através das suas subsidiárias, o Banco mantém operações de capital de risco, gestão e investimento imobiliário, aluguer de longa duração e financiamento para aquisição a crédito de bens ou serviços.

Em 27 de Dezembro de 2002, no âmbito da concentração accionista das sociedades de aluguer de longa duração, conforme referido na nota n.º 7, o Banco alienou as participações que detinha na CISF Veículos Sociedade de Aluguer, L.da, Luso-Atlântica — Aluguer de Viaturas, S. A. e Tecnilease — Comércio e Aluguer de Equipamentos, S. A.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Princípios Contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal, incluindo a aplicação da 4.ª directiva comunitária n.º 86/635/CEE relativa à prestação de contas dos bancos e de outras instituições financeiras e da 7.ª directiva n.º 83/349/CEE relativa à consolidação de contas.

b) Bases de consolidação:

Datas de referência:

As contas do Banco são objecto de consolidação pelo método integral no Banco Comercial Português, S. A.

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A. e das suas empresas subsidiárias, tal como definido na nota n.º 7, bem como o resultado proporcional às participações financeiras em empresas associadas, relativamente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002.

Participações financeiras em subsidiárias:

As participações financeiras em empresas subsidiárias do sector financeiro, que representam 50% ou a maioria do capital ou direitos

de voto e em que o Grupo exerce o controlo, são consolidadas pelo método da consolidação integral.

As participações financeiras em empresas subsidiárias excluídas da consolidação integral no âmbito do Decreto-Lei n.º 36/92, tendo em atenção a diferente natureza da sua actividade face à actividade do Grupo e a sua imaterialidade, são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os saldos e transacções significativas existentes entre empresas do Grupo são eliminados.

Participações financeiras em empresas associadas:

As participações financeiras em empresas associadas, cujo valor da participação representa entre 20% e 50% do capital social e nas quais o Grupo exerce influência significativa, são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo que o valor contabilístico da participação corresponde ao valor proporcional da participação em capital, reservas e resultados da empresa associada.

Nas empresas em que o Grupo exerce controlo conjunto com outros accionistas é aplicado o método proporcional.

Nos casos em que o valor da participação financeira numa sociedade representa menos de 20% do capital social e na qual o Grupo exerce influência significativa através da participação nos órgãos de decisão, na gestão dos negócios conjuntos e na definição de estratégia, é também aplicado o método da equivalência patrimonial.

Diferenças de consolidação e de reavaliação — *goodwill*:

O *goodwill*, resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

Até 31 de Dezembro de 1998, foi adoptada a política de capitalização do *goodwill* como imobilizado incorpóreo, sendo amortizado pela sua vida útil estimada, não excedendo 20 anos. No âmbito da alteração da política contabilística efectuada em 1999, para as aquisições efectuadas a partir de 1 de Janeiro de 1999, o *goodwill* passou a ser anulado por contrapartida de reservas no ano em que ocorre a aquisição da participação.

No âmbito da alteração da política contabilística em 1999, em 1 de Janeiro de 2000, o valor de *goodwill* não amortizado a essa data referente a aquisições efectuadas até 31 de Dezembro de 1998, foi anulado por contrapartida de reservas.

Participações financeiras subsidiárias residentes no estrangeiro:

Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro são registados pelo seu contravalor em euros à taxa de câmbio média ponderada do exercício. As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial à data a que se reportam as contas consolidadas e o valor de conversão à data de aquisição, relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e de equivalência patrimonial, devem ser relevadas por contrapartida de reservas consolidadas. As diferenças cambiais resultantes das operações de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são anuladas no processo de consolidação. Sempre que essa eliminação seja possível, a diferença apurada deverá ser relevada por contrapartida de reservas consolidadas.

Outros investimentos:

Os investimentos em companhias com participação inferior a 20% do capital social e em que o Grupo não exerce influência significativa mas que considera como investimentos estratégicos, são contabilizados ao custo de aquisição, sendo o proveito desses investimentos reconhecido quando recebido.

A partir de 30 de Junho de 2002, entrou em vigor o aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal que estabelece as regras de provisionamento destes investimentos, apresentadas como segue:

A constituição de provisões é exigível sempre que as menos-valias potenciais sejam superiores a 15% do valor do investimento. A provisão mínima a constituir deverá corresponder a 40% do valor que exceder os 15% do investimento, sendo o montante não provisionado deste excesso deduzido aos fundos próprios;

De acordo com o referido aviso, a constituição das provisões acima referidas correspondentes a 40% do valor de menos-valias que exceda os 15% do investimento, para as participações adquiridas até

31 de Dezembro de 2001, e tendo em conta a actividade das companhias participadas é diferida pelos seguintes períodos:

Investimento	Período	Porcentagem
Empresas financeiras e seguradoras ...	2002 a 2011	10 por ano
Empresas não financeiras	2002 a 2004	25 por ano
	2005	15
	2006	10

As provisões constituídas nos exercícios de 2002 e 2003 relativas às participações adquiridas até 31 de Dezembro de 2001, poderão ser registadas contra reservas.

c) *Reconhecimento de custos e proveitos*. — Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias que não estejam cobertos por garantias reais são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Numa base individual, os resultados obtidos com a alienação de activos a entidades em que exista uma relação de domínio são reconhecidos desde que os mesmos resultem de transacções cujos termos negociais correspondam aos que seriam acordados em condições normais de mercado. Estes resultados são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

d) *Provisão específica para crédito concedido*. — A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido.

A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Banco tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos avisos n.º 3/95, de 30 de Junho e n.º 7/00, de 27 de Outubro e n.º 8/2003, de 30 de Janeiro.

e) *Provisão para riscos gerais de crédito*. — Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro e n.º 8/2003, de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal.

f) *Provisão para risco país*. — A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no n.º 2.4 da referida instrução.

g) *Obrigações, acções e outros títulos*:

Estes títulos são classificados de acordo com os seguintes critérios:

Títulos de negociação:

Consideram-se títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de serem transaccionados num prazo que não deverá exceder os seis meses.

Os títulos de rendimento fixo são reavaliados diariamente à cotação de mercado, incluindo os juros corridos. Os juros e as diferenças de reavaliação são registados como proveitos ou custos do exercício. Na ausência de cotação, o valor dos títulos corresponde ao valor de aquisição acrescido dos juros corridos até essa data, calculados à taxa de juro nominal.

Os títulos cujo rendimento é variável são valorizados ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado.

Títulos de investimento:

Consideram-se títulos de investimento aqueles cuja aquisição não tem como objectivo a sua transacção num prazo inferior a seis meses.

Os títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. A periodificação dos juros é feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

De acordo com o disposto nos parágrafos 10.º e 20.º do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

Os títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição, sendo constituídas provisões para menos-valias potenciais quando o valor de mercado é inferior ao seu valor contabilístico, em cumprimento com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho.

De acordo com o estabelecido com o Plano de Contas do Sistema Bancário, as referidas provisões são apresentadas no balanço como deduções às carteiras de títulos.

Carteira a vencimento:

Consideram-se títulos de carteira a vencimento aqueles que o Banco pretende manter até ao seu reembolso, sendo constituída exclusivamente por títulos de rendimento fixo, com taxa de juro invariável e conhecida no momento da emissão, incluindo os títulos de cupão zero, com data de reembolso determinada e que tenham sido emitidos por entidades enumeradas no ponto 1.1 do n.º 15 do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho do Banco de Portugal.

Os títulos com *call option* apenas poderão integrar a carteira a vencimento desde que o *call price* não seja inferior ao valor de reembolso na data do vencimento.

Os títulos da carteira a vencimento são registados ao custo de aquisição sendo os juros periodificados com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

De acordo com o disposto nos parágrafos 10.º e 20.º do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

A transferência de títulos de negociação para a carteira a vencimento é realizada com base no valor de mercado. A transferência de títulos de investimento para a carteira a vencimento é realizada pelo valor que se encontrarem registados, líquidos das respectivas provisões constituídas. Nas transferências de títulos das carteiras de negociação e investimento as diferenças, entre o valor de reembolso e o valor pelo qual os títulos foram registados na carteira a vencimento, são periodificadas pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

h) Transacções em moeda estrangeira e operações de derivativos:

Os activos, passivos e compromissos expressos em moeda estrangeira são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Posição à vista:

A posição à vista é constituída pelo saldo líquido de activos e passivos da mesma moeda, dos resultados em moeda estrangeira, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes.

A posição à vista é reavaliada diariamente ao câmbio médio informativo do Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Posição a prazo:

A posição a prazo é constituída pelo saldo líquido dos contratos de operações a prazo que aguardam liquidação, com exclusão dos que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo de mercado ou, na sua ausência, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual da operação.

As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas, são registadas como proveitos ou custos do exercício.

Notas e moedas estrangeiras:

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nos câmbios médios indicativos divulgados pelo Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Operações de *swap* de moeda:

Os segmentos à vista e a prazo destas operações não são reavaliados. O prémio ou desconto de cada operação é amortizado até à data de vencimento por contrapartida de proveitos ou custos.

Os *swap* de moeda são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Operações de *swap* de taxa de juro:

Os juros a receber ou a pagar são periodificados por contrapartida de proveitos ou custos até ao vencimento das operações.

As operações de *swap* de taxa de juro, de negociação, são reavaliadas com base na actualização dos fluxos futuros considerando as taxas praticadas no mercado.

Os *swap* de taxa de juro são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Contratos a prazo de taxa de juro (FRA — *forward rate agreement*):

Os contratos de negociação são reavaliados ao valor de mercado, (*marked to market*), sendo as respectivas reavaliações reconhecidas em contas de resultados. Tais reavaliações são calculadas no período compreendido entre a data de contratação e a data de liquidação das operações.

Os contratos utilizados para cobertura de riscos (*hedging*) não são reavaliados ao valor de mercado, sendo os respectivos resultados periodificados durante o prazo da operação, por contrapartida de proveitos ou custos.

Os FRAs são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Futuros e opções:

As posições de negociação em contratos de futuros e opções, transaccionados em mercados organizados, são valorizadas com base nas cotações de mercado, sendo as diferenças positivas ou negativas reconhecidas em resultados do exercício.

Os prémios recebidos por opções vendidas são registados como proveitos diferidos até à data de execução dos contratos.

Os prémios pagos por opções compradas são registados em custos diferidos, sendo posteriormente adicionados ao custo de aquisição ou subtraídos ao valor de venda dos activos subjacentes, se a opção for exercida ou reflectidos em custos, se a opção não for exercida.

Os contratos de opção vendidos em mercado de balcão são reavaliados, sendo as respectivas perdas potenciais registadas em resultados. As opções compradas são contabilizadas ao custo de aquisição até à execução ou venda do contrato.

As posições de cobertura de riscos (*hedging*) não são reavaliadas e os seus resultados são relevados de acordo com a política contabilística dos elementos patrimoniais cobertos.

Os contratos de futuros e de opções são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Caps e floors:

As importâncias recebidas e pagas são periodificadas respectivamente por contrapartida de proveitos, tratando-se de operações sobre taxas activas, e por contrapartida de custos, tratando-se de operações sobre taxas passivas.

i) Imobilizações incorpóreas:

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento:

Os encargos com o desenvolvimento de projectos são capitalizados e amortizados em três anos sempre que forem satisfeitos os seguintes requisitos:

O produto/processo esteja claramente definido e os custos que lhe são atribuíveis possam ser identificados separadamente;

Tenha sido demonstrada a exequibilidade técnica do produto ou processo;

O conselho de administração tenha indicado a intenção de desenvolver, comercializar ou utilizar o produto ou processo;

Exista uma clara indicação de um mercado futuro para o produto ou processo, ou que possa ser demonstrada a sua utilidade;

Existam recursos adequados para completar o projecto e comercializar o produto ou processo.

Despesas de estabelecimento e trespasses:

De acordo com as normas do Banco de Portugal, as despesas de estabelecimento e os trespasses são amortizadas durante um período de três anos.

j) *Imobilizações corpóreas.* — O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao respectivo custo de aquisição ou pelos valores resultantes das reavaliações efectuadas legalmente em Portugal, líquidas das reintegrações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, e previstas no decreto regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis.....	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

k) *Locação financeira:*

Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

l) *Pensões de reforma e sobrevivência.* — O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV).

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1998, o Grupo BCP agregou os diversos Fundos de Pensões, num único fundo denominado de Fundo de Pensões do Grupo BCP, nos termos do qual desde que verificado determinado condicionalismo em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores de todo o Grupo BCP de forma idêntica, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (plano complementar).

A responsabilidade com pensões de reforma relativa aos colaboradores do Banco Mello e do Banco Pinto & Sotto Mayor, adquiridos pelo Grupo BCP em 2000, encontra-se coberta pelo Fundo de Pensões do Banco Mello e pelo Fundo de Pensões do Banco Pinto & Sotto Mayor, respectivamente. Em 2002, estes fundos foram integrados no Fundo de Pensões do Grupo BCP.

Os benefícios previstos nos planos de pensões são abrangidos pelo Plano ACTV — Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV), pelo Plano ACTQ — Acordo Colectivo dos Quadros do Sector Bancário e pelo Plano CCT — Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT).

A responsabilidade do Grupo BCP com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada anualmente, à data de fecho de contas, para cada plano separadamente.

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal, os quais se encontram descritos na nota n.º 32.

Os pagamentos aos fundos são efectuados por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do plano complementar quando atribuído, e com o objectivo de cumprir os níveis mínimos de financiamento exigidos pelo Banco de Portugal, e que se situam, desde 31 de Dezembro de 2002, com a entrada em vigor do aviso n.º 12/2001, em 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Até ao exercício 2000, inclusive, a insuficiência do fundo em relação às responsabilidades com serviços passados, determinada com base na avaliação actuarial efectuada, era financiada pelas empresas do Grupo e considerada como um custo do exercício. O excesso resultante desta análise foi em primeiro lugar utilizado para a cobertura de responsabilidades com serviços passados não financiados, incluindo as decorrentes do plano complementar, sendo o valor remanescente considerado como um proveito do exercício.

Conforme estabelecido no aviso n.º 12/2001, o Grupo BCP determinou a insuficiência do valor do fundo de pensões em 31 de Dezembro de 2001, relativamente aos valores mínimos de financiamento das responsabilidades resultantes da aplicação do aviso n.º 6/95, a qual resulta dos ganhos e perdas actuariais decorrentes das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente observados e reconheceu tal montante como um passivo e um activo, a ser imputado a custos do exercício, a partir de 2002, com base no método do corredor. De acordo com o referido aviso, o valor dos ganhos e perdas actuariais é actualizado anualmente sendo imputado a custos do exercício de acordo com o método do corredor.

De acordo com o método do corredor e conforme os avisos n.º 12/2001 e n.º 7/2002, o valor acima do corredor é registado em despesas antecipadas e será reconhecido em resultados do exercício durante um período de 10 anos, tendo como base o saldo final do ano anterior.

m) *Fiscalidade.* — As empresas do Grupo BCP Investimento com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC — Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites, para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos num futuro próximo.

n) *Distribuição de resultados pelos colaboradores.* — De acordo com os estatutos do Banco, os accionistas, em assembleia geral, poderão fixar uma percentagem dos lucros a ser distribuída pelos colaboradores, competindo ao conselho de administração fixar os respectivos critérios.

Em substância, estes montantes a pagar aos colaboradores são considerados distribuição de resultados na mesma base dos dividendos a pagar aos accionistas, por serem uma transferência do direito aos dividendos dos accionistas para os colaboradores.

Esta distribuição de resultados é debitada em conta de situação líquida do exercício em que o pagamento é efectuado.

Na opinião do conselho de administração do Banco, a contabilização da distribuição de resultados pelos colaboradores é apropriada, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2 — Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Banco de Portugal	537	4 736	537	4 736

O saldo junto do Banco de Portugal inclui o valor em numerário que visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, cuja reserva é calculada com base no montante de depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro,

obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

3 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Em instituições de crédito no país	48 962	71 148	44 170	66 438
Em instituições de crédito no estrangeiro	111	163	111	163
	<u>49 073</u>	<u>71 311</u>	<u>44 281</u>	<u>66 601</u>

4 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Banco de Portugal	101	287	101	287
Mercado Monetário Interbancário	49 970	—	49 970	—
Aplicações sobre outras instituições de crédito	<u>1 739 721</u>	<u>1 711 487</u>	<u>1 732 521</u>	<u>1 703 757</u>
	1 789 792	1 711 774	1 782 592	1 704 044
Provisão específica para risco país	<u>(5)</u>	<u>(5)</u>	<u>(5)</u>	<u>(5)</u>
	<u>1 789 787</u>	<u>1 711 769</u>	<u>1 782 587</u>	<u>1 704 039</u>

A rubrica de Banco de Portugal, refere-se aos títulos de depósito emitidos pelo Banco de Portugal, tendo sido subscritos, pelo Grupo e pelo Banco, na sequência da alteração do regime de constituição de reservas de caixa, estabelecida pelo aviso n.º 7/94, de 19 de Outubro, do Banco de Portugal.

A análise desta rubrica à data de 31 de Dezembro de 2003 e 2002 pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Até três meses	1 789 691	1 711 487	1 782 491	1 703 757
De três meses a um ano	<u>101</u>	<u>287</u>	<u>101</u>	<u>287</u>
	<u>1 789 792</u>	<u>1 711 774</u>	<u>1 782 592</u>	<u>1 704 044</u>

Os movimentos da provisão específica para risco país são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Saldo em 1 de Janeiro	5	8	5	8
Provisão do exercício	—	(4)	—	(4)
Transferência	<u>—</u>	<u>1</u>	<u>—</u>	<u>1</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>5</u>

5 — créditos sobre clientes:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Crédito ao sector público	1 165	30 652	1 165	30 652
Crédito com garantia	291 006	309 673	291 006	309 673
Crédito sem garantia	1 705	3 908	1 705	3 908
Crédito sobre o estrangeiro	24 674	15 626	24 674	15 626
Leasing	<u>464</u>	<u>937</u>	<u>464</u>	<u>937</u>
	<u>319 014</u>	<u>360 796</u>	<u>319 014</u>	<u>360 796</u>
Crédito vencido:				
A menos de 90 dias	1 598	251	1 598	251
A mais de 90 dias	<u>9 021</u>	<u>9 643</u>	<u>9 021</u>	<u>9 643</u>
	329 633	370 690	329 633	370 690
Provisão específica para riscos de crédito	<u>(9 432)</u>	<u>(10 285)</u>	<u>(9 432)</u>	<u>(10 285)</u>
	<u>320 201</u>	<u>360 405</u>	<u>320 201</u>	<u>360 405</u>

A análise desta rubrica à data de 31 de Dezembro de 2003 e 2002 pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Até três meses	24 938	26 708	24 938	26 708
De três meses a um ano	4 806	15 318	4 806	15 318
De um ano a cinco anos	61 243	86 885	61 243	86 885
Mais de cinco anos	228 027	231 885	228 027	231 885
Duração indeterminada	10 619	9 894	10 619	9 894
	329 633	370 690	329 633	370 690

A análise do crédito sobre clientes por sector de actividade é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Agricultura e silvicultura	283	314	283	314
Alimentação, bebidas e tabaco	4 397	7 290	4 397	7 290
Têxteis	2 070	2 233	2 070	2 233
Químicas	—	617	—	617
Máquinas e equipamentos	—	223	—	223
Construção	57 919	32 379	57 919	32 379
Comércio	11 071	5 209	11 071	5 209
Transportes e comunicações	52 430	57 854	52 430	57 854
Papel, artes gráficas e editoras	—	149	—	149
Electricidade, gás e água	23 454	26 710	23 454	26 710
Outras actividades	178 009	237 712	178 009	237 712
	329 633	370 690	329 633	370 690
Provisão específica para crédito concedido	(9 432)	(10 285)	(9 432)	(10 285)
	320 201	360 405	320 201	360 405

A carteira de crédito sobre clientes inclui o montante de 60 343 367 euros (2002: 21 630 709 euros) que foi objecto de reestruturação formal com os clientes, ou em termos de reforço de garantias, e/ou prorrogação de vencimento e ou alteração de taxa de juro.

A carteira de crédito sobre clientes inclui, ainda, o montante de 617 677 euros (2002: 1 877 815 euros) referente à parte vincenda de créditos com juros ou capital já vencidos, os quais foram considerados para efeitos da avaliação da provisão específica.

Os movimentos da provisão específica para riscos de crédito são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Saldo em 1 de Janeiro	10 285	15 838	10 285	15 838
Provisão do exercício	(604)	593	(604)	593
Transferência	—	(863)	—	(863)
Utilização de provisões	(249)	(5 283)	(249)	(5 283)
Saldo em 31 de Dezembro	9 432	10 285	9 432	10 285

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, conforme política contabilística referida na nota n.º 1, alínea c), os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

A anulação contabilística de crédito é feita pela utilização da respectiva provisão, quando esta, de acordo com as normas do Banco de Portugal, corresponda a 100% do valor do crédito, mesmo que esse crédito não seja considerado totalmente irrecoverável numa óptica económica. Os valores dos créditos recuperados são contabilizados como proveitos do exercício em que ocorram.

6 — Obrigações, acções e outros títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
De emissores públicos	68 996	56 495	68 996	56 495
De outros emissores	275 925	432 313	275 925	432 313

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Acções e outros títulos de rendimento variável	110 090	57 337	105 578	52 825
Títulos próprios	196 048	129 266	196 048	129 266
	651 059	675 411	646 547	670 899
Provisão para títulos	(958)	(2 444)	(958)	(2 444)
	650 101	672 967	645 589	668 455
Títulos vencidos	48	48	48	48
Provisão para títulos vencidos	(48)	(48)	(48)	(48)
	650 101	672 967	645 589	668 455

O valor dos títulos de rendimento fixo, para o Grupo e Banco, com vencimento no decurso do ano de 2004 são os seguintes:

	Grupo	Banco
Emissores públicos	32 110	32 110
Outros emissores	151 323	151 323
	183 433	183 433

A carteira de títulos tem a seguinte composição:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Títulos de negociação:				
Obrigações	145 867	172 926	145 867	172 926
Títulos próprios	181 067	114 912	181 067	114 912
Acções	53 592	5 052	53 592	5 052
Títulos participação	10 451	—	10 451	—
Unidades de participação	11 729	1 239	11 729	1 239
	402 706	294 129	402 706	294 129
Provisão para títulos negociação	(563)	—	(563)	—
	402 143	294 129	402 143	294 129
Títulos de investimento:				
Outras obrigações	192 760	304 555	192 760	304 555
Acções	7 097	13 875	7 097	13 875
Papel comercial	5 781	10 475	5 781	10 475
Títulos próprios	14 981	14 354	14 981	14 354
Unidades de participação	27 221	28 311	22 709	23 799
Títulos de participação	—	8 860	—	8 860
Obrigações do Tesouro	561	900	561	900
	248 401	381 330	243 889	376 818
Provisão para títulos de investimento	(443)	(2 492)	(443)	(2 492)
	247 958	378 838	243 446	374 326
	650 101	672 967	645 589	668 455

A rubrica de títulos de investimento — outras obrigações, inclui para o Grupo e para o Banco, títulos de carácter subordinado no montante de 14 980 634 euros (2002: 9 578 537 euros).

Os títulos de investimento são provisionados, conforme política contabilística referida na nota n.º 1, alínea g).

Em relação aos títulos de investimento e de negociação os valores comparativos entre o valor contabilístico e o valor de mercado, à data de 31 de Dezembro de 2003, são os seguintes:

(Em milhares de euros)

	Valor contabilístico	Valor de mercado	Valor contabilístico	Valor de mercado
Obrigações de emissores públicos:				
Entidades nacionais	58 002	58 001	58 002	58 001
Obrigações de outros emissores:				
Entidades nacionais	84 991	84 992	84 991	84 992
Entidades estrangeiras	196 007	199 322	196 007	199 322

(Em milhares de euros)

	Valor contabilístico	Valor de mercado	Valor contabilístico	Valor de mercado
Papel comercial	5 781	5 781	5 781	5 781
Ações	60 244	60 255	60 244	60 255
Unidades de participação	38 921	37 548	34 409	34 488
Títulos de participação	10 107	10 107	10 107	10 107
Títulos próprios	196 048	197 526	196 048	197 526
	650 101	653 532	645 589	650 472

De acordo com o disposto no artigo 20.º, alínea a) do aviso n.º 3, de 1995, do Banco de Portugal e conforme referido na política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea g), as menos-valias nestes títulos, se existentes, encontram-se totalmente provisionadas.

Os movimentos nas provisões para títulos de negociação e títulos de investimento são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Provisão para títulos de negociação:				
Saldo em 1 de Janeiro	—	58	—	58
Provisão do exercício	531	108	531	108
Transferência	32	(166)	32	(166)
Saldo em 31 de Dezembro	563	—	563	—
Provisão para títulos de investimento:				
Saldo em 1 de Janeiro	2 492	2 781	2 492	2 781
Provisão do exercício	(2 016)	1 496	(2 016)	1 496
Transferência	(32)	136	(32)	136
Utilização de provisão	(1)	(1 921)	(1)	(1 921)
Saldo em 31 de Dezembro	443	2 492	443	2 492
	1 006	2 492	1 006	2 492

7 — Participações financeiras:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Subsidiárias:				
BCP Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A.	—	—	30 773	30 773
CISF Imobiliária — Comp. de Inv. e Gestão de Imóveis, S. A.	—	—	—	2 993
VSC — Aluguer de Veículos sem Condutor, L.ª	7 122	6 286	—	—
BIM — Investimento, S. A. R. L.	382	416	465	465
	7 504	6 702	31 238	34 231
Outras participações	18 843	16 057	9 450	9 542
	26 347	22 759	40 688	43 773
Provisão para participações financeiras	(1 822)	(1 900)	—	(9)
	24 525	20 859	40 688	43 764

A 4 de Dezembro de 2003, procedeu-se à dissolução da CISF Imobiliária — Companhia de Investimentos e Gestão de Imóveis, S. A., tendo o BCP Investimento, na qualidade de accionista único, realizado uma menos-valia, no montante de 228 369 euros.

O valor das outras participações mais significativas é analisado como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
FIEP — Fundo Internacional de Emp. Portuguesas, SGPS, S. A.	7 482	7 482	7 482	7 482
Fogeca — Gestão e Controle	2 000	—	—	—
Marina do Parque das Nações	2 840	—	—	—
Multiwave Networks, Inc.	1 986	1 986	—	—
Sousa Lima — SGPS, S. A.	—	1 447	—	—

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Chipidea Microelectrónica, S. A.	1 237	1 237	—	—
SDEM — Sociedade de Desenvolvimento de Empreendimentos da Madeira	938	938	938	938
Pinto Basto — SGPS, S. A.	293	293	293	293
Outras participações	2 067	2 674	737	829
	18 843	16 057	9 450	9 542

Os movimentos da provisão para participações financeiras são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Saldo em 1 de Janeiro	1 900	777	9	—
Provisão do exercício	(116)	1 114	—	—
Provisão por contrapartida de reservas	37	9	(9)	9
Transferências	1	—	—	—
Saldo em 31 de Dezembro	1 822	1 900	—	9

As provisões para participações financeiras excluídas do perímetro de consolidação são analisadas como segue:

(Em milhares de euros)

Participação	Valor contabilístico	Provisões	Valor de mercado
FIEP — Fundo Internacional de Empresas Portuguesas, SGPS, S. A.	7 482	—	7 482
Multiwave Networks, Inc.	1 986	(724)	1 262
Chipidea Microelectrónica, S. A.	1 237	(282)	955
SDEM — SGPS, S. A.	938	—	938
Cavalleri & Vasconcelos Carnes, S. A.	500	—	500
Finangeste — nominativas	489	—	489
Pinto Basto — SGPS, S. A.	293	—	293
Fiandeira Castanheirense — Indústria Têxtil, S. A.	240	(240)	—
Copinaque — Equipamentos para Desenvolvimento de Empresas, S. A.	225	(225)	—
David Ferreira da Silva & Filhos, S. A.	223	(223)	—
Previsão — Sociedade de Gestão Fundos Pensões, S. A.	167	—	167
Scottwool — Malhas e Confecções, S. A.	90	(90)	—
MTS Portugal	33	—	33
Aratus	26	(26)	—
Lusoscut — Auto-estradas, S. A.	15	—	15
NET — Novas Empresas e Tecnologias, S. A.	14	—	14
Blue Digit — Serviços de Telecomunicações, S. A.	12	(12)	—
Citeve	10	—	10
APOR — Agência para a Modernização do Porto, S. A.	6	—	6
PME Capital	5	—	5
PME Investimentos	5	—	5
Aenor — Auto-estradas do Norte, S. A.	4	—	4
Operadora Lusoscut	1	—	1
Operanor	2	—	2
Fogeca	2 000	—	2 000
Marina do Parque das Nações	2 840	—	2 840
	18 843	(1 822)	17 021

Em 31 de Dezembro de 2003, a percentagem de participação nas empresas subsidiárias e participadas incluídas na consolidação era a seguinte:

Subsidiárias	Actividade económica	Participação do Grupo (percentagem)	Participação do Banco (percentagem)	Método de consolidação
BCP Capital	Capital de risco	100	100	Integral
VSC	Gestão de frotas	50	—	Equivalência patrimonial
BIM Investimento	Banca	25	25	Equivalência patrimonial

As sociedades acima designadas preparam demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de cada ano.

As participações financeiras superiores ou iguais a 20% dos respectivos capitais próprios detidas directamente pelo Banco, à data de 31 de Dezembro de 2003, eram as seguintes:

(Em milhares de euros)					
Empresas	Sede	Capitais próprios	Valor proporcional nos capitais próprios (1)	Custo da participação (2)	Diferença (1) – (2)
BCP Capital	Lisboa	30 004	30 004	30 773	(769)
BIM Investimento	Moçambique	1 525	381	465	(84)
			30 385	31 238	(853)

8 — Imobilizações incorpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)				
	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Custo:				
Despesas de estabelecimento	4	4	4	4
Software	2 138	2 037	2 138	2 037
Outras imobilizações incorpóreas	2 288	1 144	2 288	1 144
	4 430	3 185	4 430	3 185
Amortizações acumuladas	(1 575)	(1 025)	(1 575)	(1 025)
	2 855	2 160	2 855	2 160

As amortizações do imobilizado incorpóreo do Grupo e Banco, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foram de 695 000 euros (2002: 668 953 euros e 592 190 euros), respectivamente.

Os movimentos da rubrica de imobilizado incorpóreo durante o ano de 2003, para o Grupo e para o Banco, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)					
	Saldo em 1 de Janeiro de 2003	Aquisições/dotações	Abates	Transfe-rências	Saldo em 31 de Dezembro de 2003
Custo:					
Despesas de estabelecimento	4	—	—	—	4
Software	2 037	255	(154)	—	2 138
Outras imobilizações incorpóreas	1 144	1 144	—	—	2 288
	3 185	1 399	(154)	—	4 430
Amortizações acumuladas:					
Despesas de estabelecimento	1	1	—	—	2
Software	800	650	(145)	—	1 305
Outras imobilizações incorpóreas	224	44	—	—	268
	1 025	695	(145)	—	1 575

9 — Imobilizações corpóreas

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)				
	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Custo:				
Imóveis	20 662	21 130	20 662	21 130
Mobiliário	2 524	2 524	2 521	2 521
Máquinas	906	906	899	899
Equipamento informático	3 524	4 198	3 503	4 177
Instalações interiores	3 954	3 954	3 954	3 954
Viaturas	176	351	176	351
Equipamento de segurança	338	338	338	338

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Obras em curso	476	476	476	476
Outras imobilizações	217	217	217	217
	<u>32 777</u>	<u>34 094</u>	<u>32 746</u>	<u>34 063</u>
Amortizações acumuladas	(15 031)	(14 441)	(15 003)	(14 416)
	<u>17 746</u>	<u>19 653</u>	<u>17 743</u>	<u>19 647</u>

Os imóveis estão registados ao custo de aquisição, incluindo SISA e outros encargos.

As amortizações do imobilizado corpóreo do Grupo e do Banco, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foram de 1 128 449 euros e 1 125 563 euros (2002: 1 452 466 euros e 1 395 666 euros), respectivamente.

Os movimentos da rubrica de imobilizado corpóreo durante o ano de 2003, para o Grupo, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro de 2003	Aquisições/dotações	Abates	Transfe-rências	Saldo em 31 de Dezembro de 2003
Custo:					
Imóveis	21 130	—	(468)	—	20 662
Equipamento:					
Mobiliário	2 524	—	—	—	2 524
Máquinas	906	—	—	—	906
Equipamento informático	4 198	—	(674)	—	3 524
Instalações interiores	3 954	—	—	—	3 954
Viaturas	351	—	(175)	—	176
Equipamento de segurança	338	—	—	—	338
Obras em curso	476	—	—	—	476
Outras imobilizações corpóreas	217	—	—	—	217
	<u>34 094</u>	<u>—</u>	<u>(1 317)</u>	<u>—</u>	<u>32 777</u>
Amortizações acumuladas:					
Imóveis	4 272	497	(155)	—	4 614
Equipamento:					
Mobiliário	2 247	100	—	—	2 347
Máquinas	878	14	—	—	892
Equipamento informático	3 321	267	(211)	—	3 377
Instalações interiores	3 051	198	—	—	3 249
Viaturas	290	39	(172)	—	157
Equipamento de segurança	314	8	—	—	322
Outras imobilizações corpóreas	68	5	—	—	73
	<u>14 441</u>	<u>1 128</u>	<u>(538)</u>	<u>—</u>	<u>15 031</u>

Os movimentos da rubrica de imobilizado corpóreo durante o ano de 2003, para o Banco, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro de 2003	Aquisições/dotações	Abates	Transfe-rências	Saldo em 31 de Dezembro de 2003
Custo:					
Imóveis	21 130	—	(468)	—	20 662
Equipamento:					
Mobiliário	2 521	—	—	—	2 521
Máquinas	899	—	—	—	899
Equipamento informático	4 177	—	(674)	—	3 503
Instalações interiores	3 954	—	—	—	3 954
Viaturas	351	—	(175)	—	176
Equipamento de segurança	338	—	—	—	338
Obras em curso	476	—	—	—	476
Outras imobilizações corpóreas	217	—	—	—	217
	<u>34 063</u>	<u>—</u>	<u>(1 317)</u>	<u>—</u>	<u>32 746</u>

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro de 2003	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31 de Dezembro de 2003
Amortizações acumuladas:					
Imóveis	4 272	497	(155)	—	4 614
Equipamento:					
Mobiliário	2 244	100	—	—	2 344
Máquinas	873	13	—	—	886
Equipamento informático	3 304	265	(211)	—	3 358
Instalações interiores	3 051	198	—	—	3 249
Viaturas	290	39	(172)	—	157
Equipamento de segurança	314	8	—	—	322
Outras imobilizações corpóreas	68	5	—	—	73
	14 416	1 125	(538)	—	15 003

10 — Outros activos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Impostos a recuperar	13 371	8 401	13 235	8 365
Suprimentos	15 533	11 128	11 543	6 885
Devedores	3 390	7 663	3 368	6 972
Aplicações por recuperação de créditos	948	1 700	948	1 700
	33 242	28 892	29 094	23 922
Provisão para outros activos	(2 356)	(1 738)	(948)	(1 450)
	30 886	27 154	28 146	22 472

Na rubrica de devedores encontra-se registado, para o Grupo e para o Banco, o montante de 420 775 euros (2002: 1 324 262 euros) referente a devedores por operações sobre futuros (margem inicial).

A rubrica de suprimentos, no Grupo, inclui os montantes de 11 543 166 euros e 3 989 091 euros (2002: 6 885 228 euros e 4 243 055 euros) referentes a suprimentos e prestações suplementares concedidas pelo Banco e pela BCP Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A., respectivamente.

A provisão para outros activos referente ao Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2003, inclui uma provisão para aplicações por recuperação de crédito no valor de 947 719 euros (2002: 1 449 522 euros) constituída no Banco e a uma provisão para devedores, outras

imobilizações financeiras e juros vencidos de suprimentos no montante de 288 243 euros (2002: 288 243 euros) constituída na BCP Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A.

A referida provisão inclui ainda o montante de 1 120 000 euros para fazer face a um adiantamento efectuado pela BCP Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A., para aquisição de acções preferenciais a emitir pela Aratus. Até à data de 31 de Dezembro de 2003, as referidas acções ainda não tinham sido emitidas, pelo que a sociedade decidiu constituir uma provisão para outros activos no valor total do investimento efectuado (nota n.º 11).

Os movimentos da provisão para outros activos são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Saldo em 1 de Janeiro	1 738	5 902	1 450	3 704
Transferência	—	(1 923)	—	(1 924)
Provisão do exercício	1 120	(159)	—	(120)
Utilização de provisões	(502)	(2 082)	(502)	(210)
Saldo em 31 de Dezembro	2 356	1 738	948	1 450

11 — Contas de regularização do activo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Warrants autónomos:				
Mercado balcão	574 965	294 550	574 965	294 550
Mercados organizados	332 761	53 649	332 761	53 649
Despesas antecipadas	6 926	7 888	6 722	7 873
Operações a aguardar liquidação financeira	31 642	26 374	31 642	26 374

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Proveitos a receber — <i>swap</i> de taxa de juro	17 008	25 527	17 008	25 527
Juros a receber	12 584	16 593	12 446	16 460
Flutuação de valores	3 712	3 213	3 712	3 213
Opções — mercado de balcão	2 414	2 841	2 414	2 841
Outras contas de regularização	16 825	13 434	15 704	9 166
	998 837	444 069	997 374	439 653

A rubrica de operações a aguardar liquidação financeira respeita às operações de venda de títulos cuja liquidação financeira ocorre num prazo máximo de três dias úteis.

A rubrica de proveitos a receber — *swap* de taxa de juro, para o Grupo e para o Banco, no montante de 17 007 769 euros (2002: 25 527 315 euros) deve ser analisada em comparação com os custos a pagar que lhe estão relacionados, e que se encontram na rubrica de contas de regularização do passivo (nota n.º 16).

Em 31 de Dezembro de 2003, e de acordo com os avisos n.º 12/01 e n.º 7/02 a rubrica de despesas antecipadas inclui os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor, nos montantes de 2 238 133 euros e 2 079 796 euros (2002: 1 005 000 euros e 990 000 euros), para o Grupo e para o Banco, respectivamente. Esta rubrica inclui ainda reformas antecipadas no montante de 567 240 euros (2002: 277 000 euros), para o Grupo e para o Banco, conforme referido na nota n.º 32.

O valor registado em despesas antecipadas será reconhecido em resultados do exercício durante um período de 10 anos, tendo como base o saldo final do ano anterior, conforme referido na política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea I).

A rubrica de flutuação de valores inclui o valor do corredor nos montantes de 3 557 071 euros e de 3 511 711 euros (2002: 3 186 000

euros e 3 171 000 euros), para o Grupo e para o Banco, respectivamente, calculado conforme com o estabelecido nos avisos n.º 12/01 e n.º 7/02 do Banco de Portugal, conforme referido na nota n.º 32.

A rubrica de *warrants* autónomos regista os prémios dos *warrants* transaccionados em mercado balcão e mercados organizados. Esta rubrica deve ser analisada em comparação com a rubrica de *warrants* autónomos (nota n.º 16).

A rubrica de outras contas de regularização inclui o montante de 7 213 953 euros e 6 094 438 euros, para o Grupo e para o Banco, respectivamente, referente a adiantamentos para aquisição de participações financeiras, nomeadamente na Aratus e na Fogeca — Gestão e Controle, SGPS, S. A.

O adiantamento efectuado pela BCP Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A., no montante de 1 120 000 euros, para aquisição de acções preferenciais da Aratus encontra-se provisionado a 100% (nota n.º 10).

12 — Débitos para com instituições de crédito a prazo:

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Até três meses	42 919	100 610	42 919	100 610
De três meses até seis meses	13 073	3 625	13 073	3 625
De seis meses até um ano	—	49 080	—	49 080
De um ano a cinco anos	—	13 073	—	13 073
	55 992	166 388	55 992	166 388

13 — Débitos para com clientes a prazo:

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Depósitos e outros débitos:				
Até três meses	25 522	35 097	25 522	35 097
De três meses até seis meses	—	222	—	222
De seis meses até um ano	—	—	—	—
De um ano a cinco anos	146 988	102 032	146 988	102 032
	172 510	137 351	172 510	137 351

Nos termos da portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro de 1994, foi constituído o Fundo de Garantia Depósito, cujo objectivo é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no aviso n.º 11/94, do Banco de Portugal.

14 — Débitos representados por títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Obrigações de caixa:				
Capital Garantido PSI20	55 000	55 000	55 000	55 000
Investimento Real — Maio de 1999-2006	39 000	39 000	39 000	39 000

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Taxa fixa 3,25% — 1.ª emissão	—	46 300	—	46 300
Taxa Crescente — Outubro de 1999-2000	36 000	36 000	36 000	36 000
Capital Garantido Internet — 2004	39 500	39 500	39 500	39 500
Telecoms — 2000-2005	50 200	50 200	50 200	50 200
Taxa crescente — 2003	—	98 016	—	98 016
Telecomunicações Móveis — 2000-2005	37 200	37 200	37 200	37 200
Taxa crescente — Março de 2000-2003	—	24 095	—	24 095
Capital Garantido Media — 2005	25 150	25 150	25 150	25 150
Renda mensal 4% — Maio de 2005	5 700	5 700	5 700	5 700
Poupança Rendimento — Maio de 2005	18 299	17 993	18 299	17 993
Rendimento Crescente — 2003	—	20 000	—	20 000
Rendimento Crescente — 2003 — 2.ª emissão	—	1 000	—	1 000
Valor EurosStoxx 50 — Julho de 2004	2 500	2 500	2 500	2 500
Valor Rendimento 7% — Julho de 2004	2 500	2 500	2 500	2 500
CG Investimento EurosStoxx 50 — Julho de 2004	10 000	10 000	10 000	10 000
CG Rendimento EurosStoxx 50 — Julho de 2004	7 500	7 500	7 500	7 500
BCPI Biotecnologia — 2005	6 000	6 000	6 000	6 000
Rendimento Seguro — Setembro de 2008	29 000	29 000	29 000	29 000
Capital Garantido Selecção Europa Qualidade — 2003	—	10 250	—	10 250
Rendimento Seguro — Setembro de 2008	1 250	1 250	1 250	1 250
5,825% — 22 de Novembro de 2008	60 000	60 000	60 000	60 000
5,825% — 27 de Novembro de 2008	50 000	50 000	50 000	50 000
5,72% — 22 de Novembro de 2008	28 000	28 000	28 000	28 000
5,72% — 27 de Novembro de 2008	16 000	16 000	16 000	16 000
5,65% — 27 de Novembro de 2008	4 000	4 000	4 000	4 000
Capital Garantido Selecção de Empresas Mundiais — 2005	26 528	26 528	26 528	26 528
BCP Investimento Valor Mais	—	7 500	—	7 500
Taxa Máxima 5% — Janeiro de 2004	—	30 000	—	30 000
4% — Janeiro de 2004	—	15 000	—	15 000
BCP Investimento Crescente — 2001-2004	—	25 000	—	25 000
Especial Milénio — Fevereiro de 2001-2004	50 000	50 000	50 000	50 000
Especial Milénio — Fevereiro de 2001-2004 — 2.ª emissão	15 000	15 000	15 000	15 000
CG Economia Global — 2005	31 700	31 700	31 700	31 700
5,32% — 9 de Março de 2009	50 000	50 000	50 000	50 000
5,36% — 9 de Março de 2009	37 000	37 000	37 000	37 000
5,34% — 9 de Março de 2009	15 000	15 000	15 000	15 000
5,35% — 9 de Março de 2009	12 700	12 700	12 700	12 700
6,522% — 9 de Março de 2009	7 500	7 500	7 500	7 500
Rendimento Seguro — Março de 2009	7 500	7 500	7 500	7 500
BCP Investimento Especial Mais	—	15 000	—	15 000
BCP Investimento — Março de 2001/2004	6 285	6 285	6 285	6 285
BCP Investimento Soberano — Maio de 2003	—	12 500	—	12 500
Europa 6% Mais	20 850	20 850	20 850	20 850
Capital Garantido Bio Farmacêuticas — 2005	10 350	10 350	10 350	10 350
Especial Rendimento 6,25% — Maio de 2004	2 500	2 500	2 500	2 500
Especial EurosStoxx 50 — Maio de 2004	2 500	2 500	2 500	2 500
BCP Investimento Excellentis — Maio de 2003	—	30 000	—	30 000
BCP Investimento Rendimento Fixo Extra — Junho de 2004	40 000	40 000	40 000	40 000
Capital Garantido Atlântico 7,25% Já — 2004	32 475	32 475	32 475	32 475
Capital Garantido Super Rendimento Boas Férias 7,25% + — 2004	10 025	10 025	10 025	10 025
Alta Poupança 7,25% — II — 2004	7 500	7 500	7 500	7 500
Alta Poupança 7,25% — Julho de 2003	—	51 600	—	51 600
Alta Poupança Variável — Julho de 2004	51 600	51 600	51 600	51 600
BCP Investimento 5,5% Mais — Julho de 2004	15 000	15 000	15 000	15 000
BCP Investimento Rendimento Extra — 2.ª emissão — Agosto de 2004	20 000	20 000	20 000	20 000
Alta Poupança 7,25% — 2.ª emissão — Agosto de 2003	—	12 125	—	12 125
Alta Poupança Variável — 2.ª emissão — Agosto de 2004	12 125	12 125	12 125	12 125
Capital Garantido Atlântico 7,25% Já — 2.ª emissão — Agosto de 2004	15 000	15 000	15 000	15 000
Alta Poupança Variável — 3.ª emissão — Setembro de 2004	16 250	16 250	16 250	16 250
Alta Poupança 7,25% — 3.ª emissão — Setembro de 2003	—	16 250	—	16 250
Capital Garantido Atlântico 7,25% Já — 3.ª emissão — Setembro de 2004	8 900	8 900	8 900	8 900
Capital Garantido Alto Rendimento Mais — Setembro de 2004	7 500	7 500	7 500	7 500
Capital Garantido Alto Rendimento 6,25% — Setembro de 2004	7 500	7 500	7 500	7 500
BCP Investimento Corredor 5,5% — 2003	—	15 000	—	15 000
BCP Investimento Corredor 6,25% — 2003	—	5 000	—	5 000
7% — Outubro de 2003	—	4 250	—	4 250
Capital Garantido Mais — Outubro de 2005	4 250	4 250	4 250	4 250
Rendimento Global 4,75% — Novembro de 2003	—	9 150	—	9 150
Capital Garantido Rendimento Global — Novembro de 2004	9 150	9 150	9 150	9 150
BCP Investimento Corredor Crescente 5% — Novembro de 2005	—	10 000	—	10 000
Valor 5% — Dezembro de 2003	—	4 250	—	4 250
Capital Garantido Valor Mais Valor — 2005	4 250	4 250	4 250	4 250
Mello Biotecnologia USD — 2005	3 959	4 768	3 959	4 768
Mello Biotecnologia 2005 — 1.ª tranche	8 200	8 200	8 200	8 200

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Mello Biotecnologia — 2005 — 2.ª tranche	10 000	10 000	10 000	10 000
Investimento taxa crescente — 2007	61 759	61 759	61 759	61 759
Obrigações CG 33 PLUS	77 500	77 500	77 500	77 500
Rendimento Garantido — 2005	67 762	67 762	67 762	67 762
Obrigações Rendimento 24	68 000	68 000	68 000	68 000
Obrigações Economia Mundial — Abril de 2005	51 250	51 250	51 250	51 250
Taxa crescente — 2004	50 000	50 000	50 000	50 000
Investimento Duplo 6,25% — Julho de 2004	23 800	23 800	23 800	23 800
Investimento Duplo Variável — Julho de 2005	23 800	23 800	23 800	23 800
Investimento Mais — Agosto de 2005	16 450	16 450	16 450	16 450
Investimento Duplo Variável — Agosto de 2005	15 450	15 450	15 450	15 450
Investimento Duplo 6,25% — Agosto 2004	15 450	15 450	15 450	15 450
Rendimento Certo — Agosto de 2004	37 500	37 500	37 500	37 500
Rendimento Certo — Setembro de 2004	36 000	36 000	36 000	36 000
Investimento Duplo Variável — Setembro de 2005	15 666	15 666	15 666	15 666
Investimento Duplo 5,75% — Setembro de 2004	15 666	15 666	15 666	15 666
Investimento Duplo Variável — Outubro de 2005	15 730	15 730	15 730	15 730
Investimento Duplo 5,75% — Outubro de 2004	15 730	15 730	15 730	15 730
Rendimento Certo — Novembro de 2004	28 042	28 042	28 042	28 042
Investimento Duplo 5,25% — Novembro de 2004	17 567	17 567	17 567	17 567
Investimento Duplo Variável — Novembro de 2005	17 567	17 567	17 567	17 567
Rendimento Certo — Dezembro de 2004	30 868	30 868	30 868	30 868
Investimento Duplo 5,25% — Dezembro de 2004	18 750	18 750	18 750	18 750
Investimento Duplo Variável — Dezembro de 2004	18 750	18 750	18 750	18 750
Obrigações de caixa — BCP Investimento — Rendimento Certo — Fevereiro de 2003-2006	45 000	—	45 000	—
Investimento Duplo 2003 Variável — Fevereiro de 2006	20 500	—	20 500	—
Investimento Duplo 2003 — 4% — Fevereiro 2006	20 500	—	20 500	—
Obrigações de caixa — BCP Investimento — Rendimento Certo — Março de 2003-2006	45 000	—	45 000	—
Investimento Duplo 2003 4% — Março de 2006	19 682	—	19 682	—
Investimento Duplo 2003 4% — Março de 2006	19 682	—	19 682	—
BCPI obrig. de caixa — Rend. Certo Mais — Maio de 2003-2006	24 913	—	24 913	—
BCPI obrig. de caixa Inv. Duplo 2003 — 4% — Maio de 2006	15 998	—	15 998	—
BCPI obrig. de caixa Inv. Duplo 2003 Variável — Maio de 2006	15 998	—	15 998	—
BCPI obrig. de caixa Rend. Certo Mais — Junho de 2003-2006	19 804	—	19 804	—
BCPI obrig. de caixa Inv. Combinado — Junho de 2003-2006	22 343	—	22 343	—
BCPI obrig. de caixa Mv. Duplo Variável — Junho de 2003-2006	10 661	—	10 661	—
BCPI obrig. de caixa Inv. Duplo — 4% — Junho de 2003-2006	10 661	—	10 661	—
BCPI obrig. de caixa Rendimento Crescente — Julho de 2003-2006	40 132	—	40 132	—
BCPI obrig. de caixa Valorização Máxima — Setembro de 2003-2006	18 713	—	18 713	—
BCPI obrig. de caixa Rend. Crescente — Setembro de 2003-2006	44 886	—	44 886	—
BCPI obrig. de caixa Valorização Máxima — 2003-2006	24 249	—	24 249	—
BCPI obrig. de caixa Rendimento Crescente — Outubro de 2003-2006	73 017	—	73 017	—
BCPI obrig. de caixa 6 em Linha — Novembro de 2003-2006	50 000	—	50 000	—
BCPI obrig. de caixa Rendimento — Novembro de 2008	25 000	—	25 000	—
	2 407 692	2 303 742	2 407 692	2 303 742

As obrigações de caixa emitidas pelo Banco, são analisadas como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro (percentagem)	Valor nominal (euros)
Capital Garantido PSI20	12-4-99	12-4-2004	Variável	50
Investimento Real	10-5-99	10-5-2006	Variável	50
Taxa Crescente	4-10-99	4-10-2004	4,25	50
Capital Garantido Internet — 2004	6-12-99	6-10-2004	Variável	50
Telecoms — 2000-2005	1-2-2000	1-2-2005	Variável	50
Mello Biotecnologia USD — 2005	16-2-2000	16-2-2005	Variável	100
Mello Biotecnologia — 2005 — 1.ª tranche	3-3-2000	3-3-2005	Variável	50
Mello Biotecnologia — 2005 — 2.ª tranche	3-3-2000	3-3-2005	Variável	50
Telecomunicações Móveis — 2000-2005	20-3-2000	20-9-2005	Variável	50
Capital Garantido Media — 2005	17-4-2000	17-10-2005	Variável	50
Renda Mensal 4% — Maio de 2005	2-5-2000	2-5-2005	4	50
Poupança Rendimento — Maio de 2005	8-5-2000	8-5-2005	4,25 (a)	50
Valor EuroStoxx 50 — Julho de 2004	21-7-2000	21-7-2004	Variável	50
Obrigações Valor Rendimento 7% — Julho de 2004	21-7-2000	21-7-2004	7	50
CG Investimento EuroStoxx 50 — Julho de 2004	31-7-2000	2-8-2004	Variável	50
CG Rendimento EuroStoxx 50 — Julho de 2004	31-7-2000	31-7-2004	Variável	50
BCPI Biotecnologia — 2005	4-8-2000	4-8-2005	Variável	100

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro (percentagem)	Valor nominal (euros)
Rendimento Seguro — Setembro de 2008	25-9-2000	25-9-2008	Variável	50
Rendimento Seguro — Setembro de 2008 — 2.ª emissão	9-10-2000	25-9-2008	Variável	50
5,825% — 22 de Novembro de 2008	22-11-2000	22-11-2008	5,825	50
5,825% — 27 de Novembro de 2008	27-11-2000	27-11-2008	5,825	50
5,72% — 22 de Novembro de 2008	27-11-2000	22-11-2008	5,72	50
5,72% — 27 de Novembro de 2008	27-11-2000	27-11-2008	5,72	50
5,65% — 27 de Novembro de 2008	6-12-2000	27-11-2008	5,65	50
GC Selecção de Empresas Mundiais — 2005	31-1-2001	31-1-2005	Variável	50
Especial Milénio — Fevereiro de 2001-2004	19-2-2001	19-2-2004	Variável	50
Especial Milénio — Fevereiro de 2001-2004	26-2-2001	26-2-2004	Variável	50
CG Economia Global — 2005	5-3-2001	7-3-2005	Variável	50
5,32% — 9 de Março de 2009	8-3-2001	9-3-2009	5,32	50
5,36% — 9 de Março de 2009	8-3-2001	9-3-2009	5,36	50
5,34% — 9 de Março de 2009	8-3-2001	9-3-2009	5,34	50
5,35% — 9 de Março de 2009	8-3-2001	9-3-2009	5,35	50
6,522% — 9 de Março de 2009	28-3-2001	30-3-2009	6,522	50
Rendimento Seguro — Março de 2009	28-3-2001	30-3-2009	1,95	50
BCP Investimento Especial Mais	29-3-2001	29-3-2004	Variável	50
BCP Investimento — Março de 2001-2004	29-3-2001	29-3-2004	Variável	50
Eurospa 6% Mais	14-5-2001	14-5-2004	Variável	50
CG Bio Farmacêuticas — 2005	14-5-2001	16-5-2005	Variável	50
Especial Rendimento 6,25% — Maio de 2004	21-5-2001	21-5-2004	6,25	50
Especial EuroStoxx 50 — Maio de 2004	21-5-2001	21-5-2004	Variável	50
BCP Investimento Rendimento Fixo Extra — Junho de 2004	11-6-2001	11-6-2004	Variável	50
CG Atlântico 7,25% Já — 2004	2-7-2001	2-7-2004	Variável	50
CG Super Rendimento Boas Férias 7,25% + — 2004	2-7-2001	2-7-2004	Variável	50
Alta Poupança 7,25% — II — 2004	2-7-2001	2-7-2004	Variável	50
Alta Poupança Variável — Julho de 2004	9-7-2001	9-7-2004	Variável	50
BCP Investimento 5,5% Mais — Julho de 2004	9-7-2001	9-7-2004	5,5	50
BCP Investimento Rendimento Extra — 2.ª emissão — Agosto de 2004	6-8-2001	6-8-2004	Variável	50
Alta Poupança Variável — 2.ª emissão — Agosto de 2004	13-8-2001	13-8-2004	Variável	50
CG Atlântico 7,25% Já — 2.ª emissão — Agosto de 2004	13-8-2001	13-8-2004	Variável	50
Alta Poupança Variável — 3.ª emissão — Setembro de 2004	10-9-2001	10-9-2004	Variável	50
CG Atlântico 7,25% Já — 3.ª emissão — Setembro de 2004	10-9-2001	10-9-2004	Variável	50
CG Alto Rendimento Mais — Setembro de 2004	17-9-2001	17-9-2004	Variável	50
CG Alto Rendimento 6,25% — Setembro de 2004	17-9-2001	17-9-2004	6,25	50
CG Mais — Outubro de 2005	15-10-2001	17-10-2005	Variável	50
CG Rendimento Global — Novembro de 2004	19-11-2001	19-11-2004	Variável	50
BCP Investimento Corredor Crescente 5% — Investimento taxa crescente — 2007	4-2-2002	4-2-2007	3,37 (a)	50
Obrigações CG 33 Plus	25-2-2002	25-2-2005	Variável	50
Rendimento Garantido — 2005	4-3-2002	4-3-2005	4	50
Obrigações Rendimento 24	18-3-2002	18-3-2005	Variável	50
Obrigações Economia Mundial — Abril de 2005	22-4-2002	22-4-2005	Variável	50
Taxa crescente — 2004	3-6-2002	3-6-2004	3,3 (a)	50
Investimento Duplo 6,25% — Julho de 2004	8-7-2002	8-7-2004	6,25	50
Investimento Duplo Variável — Julho de 2005	8-7-2002	8-7-2005	Variável	50
Investimento Mais — Agosto de 2005	1-8-2002	1-8-2005	Variável	50
Investimento Duplo Variável — Agosto de 2005	1-8-2002	1-8-2005	Variável	50
Investimento Duplo 6,25% — Agosto de 2004	1-8-2002	1-8-2004	6,25	50
Rendimento Certo — Agosto de 2004	5-8-2002	5-8-2004	3,15 (a)	50
Rendimento Certo — Setembro de 2004	2-9-2002	2-9-2004	3,08 (a)	50
Investimento Duplo Variável — Setembro de 2005	3-9-2002	3-9-2005	Variável	50
Investimento Duplo 5,75% — Setembro de 2004	3-9-2002	3-9-2004	5,75	50
Investimento Duplo Variável — Outubro de 2005	2-10-2002	2-10-2005	Variável	50
Investimento Duplo 5,75% — Outubro de 2004	2-10-2002	2-10-2004	5,75	50
Rendimento Certo — Novembro de 2004	4-11-2002	4-11-2004	2,25 (a)	50
Investimento Duplo 5,25% — Novembro de 2004	4-11-2002	4-11-2004	5,25	50
Investimento Duplo Variável — Novembro de 2005	4-11-2002	4-11-2005	Variável	50
Rendimento Certo — Dezembro de 2004	2-12-2002	2-12-2004	2,25 (a)	50
Investimento Duplo 5,25% — Dezembro de 2004	3-12-2002	3-12-2004	5,25	50
Investimento Duplo Variável — Dezembro de 2004	3-12-2002	3-12-2005	Variável	50
Obrigações de caixa BCPI — Rendimento Certo — Fevereiro de 2003-2006	10-2-2003	10-2-2006	2,25 (a)	50
Investimento Duplo 2003 Variável — Fevereiro de 2006	14-2-2003	14-2-2006	Variável	50
Investimento Duplo 2003 — 4% — Fevereiro de 2006	14-2-2003	14-2-2006	4	50
Obrigações de caixa BCPI — Rendimento Certo — Março de 2003-2006	24-3-2003	24-3-2006	2,125(a)	50
Investimento Duplo 2003 Variável — Março de 2006	25-3-2003	25-3-2006	4	50
Investimento Duplo 2003 — 4% — Março de 2004	25-3-2003	25-3-2006	2,10(a)	50
BCPI obrigações de caixa Rendimento Certo Mais — Maio de 2003-2006	5-5-2003	5-5-2006	4	50
BCPI obrigações de caixa Investimento Duplo 2003 4% — Maio de 2006	6-5-2003	6-5-2006	4	50
BCPI obrigações de caixa Investimento Duplo 2003 Variável — Maio de 2006	6-5-2003	6-5-2006	5,25 (a)	50
BCPI obrigações de caixa Rendimento Certo — Junho de 2003-2006	16-6-2003	16-6-2006	2 (a)	50
BCPI obrigações de caixa Movimento Combinado — Junho de 2003-2006	17-6-2003	17-6-2006	Variável	50
BCPI obrigações de caixa Investimento Duplo 2003 Variável — Junho de 2003-2006	17-6-2003	17-6-2006	2,25 (a)	50
BCPI obrigações de caixa Investimento Duplo 2003 4% — Junho de 2003-2006	17-6-2003	17-6-2006	4	50

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro (porcentagem)	Valor nominal (euros)
BCPI obrigações de caixa Rendimento Certo — Junho de 2003/2006	16-6-2003	16-6-2006	1,75 (a)	50
BCPI obrigações de caixa Valorização Máxima — Setembro de 2003-2006	2-9-2003	2-9-2006	Variável	50
BCPI obrigações de caixa Rendimento Crescente — 2003-2006	4-9-2003	4-9-2006	2 (a)	50
BCPI obrigações de caixa Valorização Máxima — 2003-2006	14-10-2003	14-10-2006	5,25	50
BCPI obrigações de caixa Rendimento Crescente — Outubro de 2003-2006	15-10-2003	15-10-2006	Variável	50
BCPI obrigações de caixa em Linha — Novembro de 2003-2006	25-11-2003	25-11-2006	5,25	50
BCPI obrigações de caixa Rendimento — 8 de Novembro de 2003-2006	26-11-2003	26-11-2006	Variável	50

(a) Estas obrigações vencem juros a taxas fixas anuais pré-definidas, conforme ficha técnica. As taxas apresentadas correspondem à taxa em vigor à data de 31 de Dezembro de 2003.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Empréstimos obrigacionistas:				
De seis meses até um ano	792 533	369 786	792 533	369 786
Mais de um ano	1 615 159	1 933 956	1 615 159	1 933 956
	2 407 692	2 303 742	2 407 692	2 303 742

Durante o exercício de 2003, o Banco procedeu ao reembolso antecipado de obrigações de caixa no montante total de 92 500 000 euros.

15 — Outros passivos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Credores	23 579	8 449	20 701	8 409
Sector público administrativo	2 066	2 199	2 074	2 193
Contas diversas	1 812	4 562	1 778	4 531
	27 457	15 210	24 553	15 133

A rubrica de credores inclui o montante de 20 501 415 euros (2002: 7 751 342 euros) referente a saldos credores de clientes por operações sobre valores mobiliários.

A rubrica de contas diversas inclui o montante de 1 735 764 euros e 1 703 127 euros (2002: 4 500 000 euros e 4 468 000 euros), para o Grupo e para o Banco, respectivamente relativo à diferença de cobertura das responsabilidades com pensões de reforma, com referência a 31 de Dezembro de 2003, conforme referido na nota n.º 32.

16 — Contas de regularização do passivo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Warrants autónomos:				
Mercado balcão	575 139	294 550	575 139	294 550
Mercados organizados	337 020	53 650	337 020	53 650
Operações a aguardar liquidação financeira	25 174	43 547	25 174	43 547
Juros a pagar	22 720	28 146	22 720	28 146
Custos a pagar — <i>swap</i> de taxa de juro	11 053	12 842	11 053	12 842
Receitas antecipadas	7 177	10 875	6 390	10 875
Férias e subsídio de férias a pagar	2 075	2 044	2 034	2 012
Opções — mercado de balcão	1 767	2 039	1 767	2 039
Outras contas de regularização	3 414	2 605	2 662	2 023
	985 539	450 298	983 959	449 684

A rubrica de custos a pagar — *swap* de taxa de juro, para o Grupo e para o Banco, no montante de 11 052 684 euros (2002: 12 841 886 euros), respectivamente, deve ser analisada em comparação com os proveitos a receber que lhe estão relacionados, e que se encontram na rubrica de contas de regularização do activo (nota n.º 11).

A rubrica de *warrants* autónomos regista os prémios dos *warrants* transaccionados em mercado balcão e mercados organizados. Esta rubrica deve ser analisada em comparação com a rubrica de *warrants autónomos* (nota n.º 11).

A rubrica de opções — mercado de balcão regista o valor dos prémios de opções compradas.

A rubrica de operações a aguardar liquidação financeira respeita às operações de compra de títulos, cuja liquidação financeira ocorre num prazo máximo de três dias úteis.

17 — Provisão para outros riscos e encargos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Provisões para riscos gerais de crédito	3 148	4 133	3 134	4 119
Provisões para complementos de pensões de reforma	4 796	4 288	4 795	4 288
Provisões para riscos bancários gerais	9 583	10 352	9 583	5 349
	17 527	18 773	17 512	13 756

A provisão para riscos gerais de crédito é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Saldo em 1 de Janeiro	4 133	3 697	4 119	3 343
Provisão do exercício	(985)	1 263	(985)	1 054
Transferências	—	(827)	—	(278)
Saldo em 31 de Dezembro	3 148	4 133	3 134	4 119

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, conforme referido na nota n.º 1, alínea e).

A provisão para complementos de pensões de reforma é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Saldo em 1 de Janeiro	4 288	—	4 288	—
Provisão do exercício	—	1 585	—	1 585
Transferências	868	2 703	867	2 703
Utilizações	(360)	—	(360)	—
Saldo em 31 de Dezembro	4 796	4 288	4 795	4 288

Esta provisão destina-se a cobrir responsabilidades com complementos de pensões de reforma que não se encontravam cobertas pelo Fundo de Pensões do Grupo BCP.

A provisão para riscos bancários gerais é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Saldo em 1 de Janeiro	10 352	212	5 349	212
Provisão do exercício	2 568	10 137	4 500	5 137
Transferências	—	5 281	—	5 278
Utilizações	(3 337)	(5 278)	(266)	(5 278)
Saldo em 31 de Dezembro	9 583	10 352	9 583	5 349

A provisão para riscos bancários gerais foi constituída por contrapartida de custos extraordinários do exercício de 2002 para fazer face aos riscos inerentes à actividade do Grupo na conjuntura económica nacional e os contingentes desenvolvimentos do contexto geopolítico internacional. Esta decisão teve em consideração a incerteza que subsiste nos mercados de capitais e de que resultam perspectivas conservadoras, bem como a evolução da actividade económica nacional projectada, que justifica medidas de prudência em matérias de provisões.

As transferências resultam de alterações na estrutura do Grupo, no exercício de 2002.

18 — Passivos subordinados:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Cisf 1993 — 1.ª emissão subordinada	—	19 796	—	19 796
Cisf 1993 — 2.ª emissão subordinada	—	10 132	—	10 132

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Obrigações de caixa subordinadas — BCP Investimento — 2001-2011	18 000	18 000	18 000	18 000
Obrigações de caixa subordinadas — Banco Mello 95 — 1.ª emissão	9 976	9 976	9 976	9 976
	27 976	57 904	27 976	57 904

Os passivos subordinados emitidos pelo Banco, são analisadas como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro (percentagem)	Valor nominal (euros)
Obrigações de caixa subordinadas — BCP Investimento — 2001-2011	28-3-2001	28-3-2011	Euribor 6 m + 0,95	50
Obrigações de caixa subordinadas — Banco Mello 95 — 1.ª emissão	30-6-1995	30-6-2005	Lisbor 6 m + 0,4	50

Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados do Grupo e do Banco são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	2003	2002
Encargos imputados	1 715	2 249
Encargos pagos	1 765	3 222

19 — Capital:

Em Dezembro de 2001, o BCP Investimento — Banco Comercial Português, S. A., procedeu ao aumento do capital social de 50 000 000 de euros para 75 000 000 de euros mediante a emissão de 25 000 000 de novas acções ordinárias, com o valor nominal de um euro cada.

O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.

20 — reserva legal:

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal em pelo menos 10% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. Neste contexto e na sequência da deliberação da assembleia geral, durante 2003 foi efectuado um reforço no saldo desta conta no valor de 3 658 659 euros.

Em função do lucro líquido do Banco em 2003, deverá ser afecto aquela reserva legal em 2004, o valor aproximado de 3 715 428 euros.

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5% e 10% dos lucros líquidos anuais, dependendo da sua actividade económica.

21 — Reservas e resultados acumulados:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Reserva legal, estatutária e de reavaliação	18 871	15 212	18 871	15 212
Outras reservas e resultados transitados	54 759	55 962	57 426	57 417
Resultado do exercício	39 869	35 485	37 154	36 587
	113 499	106 659	113 451	109 216

Durante o exercício de 2002, o Grupo distribuiu gratificações aos seus colaboradores no montante de 1 375 304 euros.

22 — Juros e proveitos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Juros de depósitos e outras aplicações	49 168	58 953	49 007	55 112
Juros de <i>swaps</i>	33 261	36 469	33 261	36 469
Juros de crédito	13 493	18 338	13 493	18 338
Juros de títulos de investimento	13 022	13 639	13 022	13 639
Juros de títulos de negociação	7 891	10 146	7 891	10 146
Outros juros	715	5 636	601	740
	117 550	143 181	117 275	134 444

23 — Juros e custos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Juros de títulos emitidos	70 090	87 796	70 090	87 796
Juros de <i>swaps</i>	21 738	22 648	21 738	22 648

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Juros de depósitos e outros recursos	6 520	11 872	6 520	7 266
Juros de vendas a descoberto	775	1 317	775	1 317
Outros juros	917	2 356	917	2 178
	<u>100 040</u>	<u>125 989</u>	<u>100 040</u>	<u>121 205</u>

24 — Resultado de partes de capital em empresas associadas:

Esta rubrica é referente ao valor proporcional dos resultados das companhias associadas e é composto como segue:

(Em milhares de euros)

	2003	2002
Proveitos:		
Luso Atlântica — Aluguer de Viaturas, S. A.	—	116
BIM Investimento, S. A. R. L.	28	—
CISF Veículos — Sociedade de Aluguer, L. ^{da}	—	103
VSC — Aluguer de Veículos sem Condutor, L. ^{da}	837	141
Tecnilease — Comércio e Aluguer de Equipamentos, S. A.	—	20
OPE	—	4
	<u>865</u>	<u>384</u>
Custos:		
BIM Investimento, S. A. R. L.	—	(4)
Lucro líquido	<u>865</u>	<u>380</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, os proveitos relativos à Luso Atlântica — Aluguer de Viaturas, S. A., CISF Veículos — Sociedade de Aluguer, L.^{da} e Tecnilease — Comércio e Aluguer de Equipamentos, S. A., respeitavam apenas ao 1.º semestre de 2002 conforme referido na nota n.º 1, alínea a).

25 — Resultados de comissões:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Proveitos de comissões:				
Garantias prestadas	436	522	436	522
Compromissos perante terceiros	649	1 615	649	1 615
Por serviços bancários prestados	195	344	67	4
Por operações realizadas com títulos	10 198	7 876	10 198	7 631
Outras comissões	33 095	22 083	33 095	21 634
	<u>44 573</u>	<u>32 440</u>	<u>44 445</u>	<u>31 406</u>
Custos de comissões:				
Garantias recebidas	101	196	100	156
Por serviços bancários de terceiros	114	171	114	136
Por operações realizadas com títulos	1 380	860	1 380	825
Outras comissões	802	1 116	802	963
	<u>2 397</u>	<u>2 343</u>	<u>2 396</u>	<u>2 080</u>
Lucro líquido de comissões	<u>42 176</u>	<u>30 097</u>	<u>42 049</u>	<u>29 326</u>

A rubrica de proveitos de comissões — compromissos perante terceiros, para o Grupo e para o Banco, refere-se a comissões de montagem, colocação e tomada firme de empréstimos sindicados.

Na rubrica de proveitos de comissões — por operações realizadas com títulos está incluído, para o Grupo e para o Banco, o montante de 6 383 991 euros (2002: 7 151 380 euros) relativo a comissões de corretagem.

A rubrica de proveitos de comissões — outras comissões inclui o montante de 2 226 000 euros referente a comissões por colocação de acções no âmbito do aumento de capital do Banco Comercial Português, S. A.

Na rubrica de custos de comissões — outras comissões para o Grupo e para o Banco está incluído o montante de 799 473 euros (2002: 665 961 euros) relativo a comissões de gestão integrada e de utilização das redes do Grupo BCP.

26 — Resultados de operações financeiras:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Lucros em operações financeiras:				
Operações com títulos	125 481	56 341	125 481	56 040
Contratos de futuros mercados organizados	17 864	37 774	17 864	37 774
Operações com vendas a descoberto	3 348	40 476	3 348	40 476
Contratos de opções mercado de balcão	2 436	3 873	2 436	3 873
Operações de <i>swap</i>	827	6 573	827	6 573
Contratos opções mercados organizados	27 407	—	27 407	—
Operações cambiais	653	615	576	536
Outros lucros	53	1 541	53	1 718
	<u>178 069</u>	<u>147 193</u>	<u>177 992</u>	<u>146 990</u>
Prejuízos em operações financeiras:				
Operações com títulos	97 468	71 261	97 469	70 981
Contratos de futuros mercados organizados	18 791	38 996	18 791	38 996
Operações com vendas a descoberto	18 369	9 044	18 369	9 044
Contratos de opções mercado de balcão	4 106	3 868	4 106	3 868
Operações de <i>swap</i>	172	16	172	16
Contratos opções mercados organizados	28 140	1 272	28 140	1 272
Operações cambiais	995	670	794	442
Outros prejuízos	3 991	15	3 991	295
	<u>172 032</u>	<u>125 142</u>	<u>171 832</u>	<u>124 914</u>
Lucro líquido de operações financeiras	6 037	22 051	6 160	22 076

27 — Outros proveitos de exploração:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Prestação de serviços	6 756	10 080	6 722	9 824
Rendimento de imóveis	2 644	1 597	2 644	1 597
Recuperação de créditos	1 216	298	1 216	17
Reembolso de despesas	48	15	44	10
Mais-valias em imobilizações	1 335	621	272	112
Distribuição de resultados	—	11 328	—	11 328
Outros	16 637	7 273	16 471	1 784
	<u>28 636</u>	<u>31 212</u>	<u>27 369</u>	<u>24 672</u>

A rubrica de outros, para o Grupo e para o Banco, inclui o montante de 12 000 000 de euros referente a comissões por serviços bancários prestados no âmbito da reestruturação das condições da emissão Floating Rate Notes Euro 265 000 000, da Eureko B. V. (nota n.º 30).

À data de 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de distribuição de resultados, para o Grupo e para o Banco, inclui o montante de 11 327 696 euros relativo à distribuição antecipada de resultados efectuada pela Servibanca — Empresa de Prestação de Serviços, ACE, às empresas participantes ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º do Código de IRC.

28 — Custos com pessoal:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Remunerações	14 516	14 847	14 186	13 686
Encargos sociais obrigatórios	4 641	4 955	4 566	4 694
Encargos sociais facultativos	298	616	298	616
Outros custos	19	37	19	37
	<u>19 474</u>	<u>20 455</u>	<u>19 069</u>	<u>19 033</u>

O valor total de remunerações atribuídas aos órgãos de administração e fiscalização do Grupo BCP Investimento, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, foram de 1 173 153 euros e 1 228 717 euros, respectivamente.

O número médio de colaboradores ao serviço, no exercício de 2003 e 2002, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Direcção	92	91	89	88
Enquadramento	11	16	11	16
Específicas/técnicas	110	82	109	82
Outras funções	83	104	83	104
	296	293	292	290

29 — Outras provisões:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Provisões para títulos	(1 485)	1 604	(1 485)	1 604
Provisões para outras aplicações	1 120	(159)	—	(120)
Provisões para participações financeiras	(116)	1 114	—	—
Provisões para riscos bancários gerais	2 568	10 137	4 500	5 137
Provisões para complementos de pensões de reforma	—	1 585	—	1 585
	2 087	14 281	3 015	8 206

30 — Outros custos de exploração:

A rubrica de outros custos de exploração, em 31 de Dezembro de 2003, para o Grupo e para o Banco inclui o montante de 10 000 000 de euros referente a serviços prestados pelo BCP Bank & Trust Company Limited na reestruturação das condições da emissão de *floating rate notes euro* 265 000 000, da Eureko B. V. (nota n.º 27).

31 — Impostos sobre lucros:

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo	Banco
Carga fiscal imputada (dotações):		
Exercício de 2001	5 125	5 110
Exercício de 2002	11 921	11 905
Exercício de 2003	5 901	5 899
Carga fiscal paga e referente ao:		
Exercício de 2001	10 031	9 808
Exercício de 2002	13 835	13 815
Exercício de 2003	12 785	12 680
Diferença:		
Exercício de 2003	(6 884)	(6 781)

A carga fiscal paga inclui pagamentos por conta, retenções na fonte e entregas adicionais.

A provisão para impostos sobre lucros para o BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A. e suas subsidiárias, foi calculada de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

Cada empresa do Grupo prepara individualmente a declaração de impostos sobre os lucros.

32 — Pensões de reforma:

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV). As responsabilidades do Grupo são cobertas através do Fundo de Pensões BCP, gerido pela Pensões Gere — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.

Em 31 de Dezembro de 2003, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	2003
Reformados e pensionistas	14
Pessoal no activo	288
	302

De acordo com a política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea f), as responsabilidades do Grupo por pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, calculadas com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	2003	2002
Responsabilidades por benefícios projectados:		
Reformados e pensionistas	15 923	15 518
Pessoal no activo	19 647	16 338
	35 570	31 856
Valor do Fundo	(29 201)	(23 068)
Responsabilidades não financiadas	6 369	8 788
Provisões constituídas e valores a pagar	(4 796)	(4 288)
Valores a pagar ao fundo de pensões	(1 736)	(4 500)
Diferença	(163)	—

Em 31 de Dezembro de 2003, os imóveis registados nas demonstrações financeiras do Fundo e utilizados por empresas do Grupo BCP ascendiam a 397 607 000 euros (2002: 269 434 000 euros). Na mesma data, os títulos emitidos por empresas do Grupo BCP existentes na carteira do Fundo ascendem a 244 214 000 euros (2002: 336 613 000 euros).

Durante o exercício de 2003, o Fundo efectuou pagamentos no montante de 782 000 euros (2002: 507 000 euros), para o Grupo e para o Banco, tendo recebido contribuições em dinheiro no montante de 6 058 000 euros (2002: 24 000 euros) e 5 862 000 euros, efectuadas pelo Grupo e pelo Banco, respectivamente.

Considerando os ganhos e perdas actuariais registados no cálculo das responsabilidades e no valor do fundo, o valor do corredor calculado de acordo com os avisos n.º 12/01 e n.º 7/02, ascende a 3 557 071 euros e 3 511 711 euros (2002: 3 186 000 euros e 3 171 000 euros), para o Grupo e para o Banco, respectivamente e encontra-se registado na conta de flutuação de valores (v. nota n.º 11).

Os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor no montante de 2 238 133 euros e 2 079 796 euros (2002: 1 005 000 euros e 990 000 euros), para o Grupo e para o Banco, respectivamente encontram-se registados na rubrica de despesas antecipadas (v. nota n.º 11). O valor registado em despesas antecipadas será reconhecido em resultados do exercício durante um período de 10 anos, tendo como base o saldo no final do ano anterior, conforme referido na política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea f). De acordo com as regras do Banco de Portugal, as reformas antecipadas são também amortizadas por um período de 10 anos.

Em 2003, o Grupo contabilizou, como custo com pensões de reforma o montante de 2 159 000 euros (2002: 2 481 000 euros), excluindo o reforço de provisões líquidas para pensões de reforma, e cuja análise é apresentada como segue:

(Em milhares de euros)		
	2003	2002
Custo dos serviços correntes	1 603	2 152
Custo dos juros	1 887	1 224
Rendimento esperado dos activos	(1 462)	(1 376)
Amortização de ganhos e perdas actuariais ..	103	31
Amortização de reformas antecipadas	28	—
Aquisição de prémios de seguro	—	450
Custo do período	2 159	2 481

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspectivas de taxa de inflação e da taxa de juro de longo prazo para a zona euro, o Grupo alterou os pressupostos actuariais utilizados no

cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de Dezembro de 2003. A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	(Em percentagem)	
	Fundo BCP	
	2003	2002
Taxa de crescimento salarial	2,75	3
Taxa de crescimento das pensões	1,75	2
Taxa de rendimento do Fundo	5,5	6
Taxa de desconto	5,5	6
Tábuas de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Taxa de invalidez	—	—
Taxa de <i>turnover</i>	—	—

O efeito das alterações dos pressupostos teve um acréscimo de responsabilidades de 1 812 000 euros para o Grupo, que será amortizado por um período de 10 anos de acordo com a política descrita na nota n.º 11).

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os parâmetros do Banco de Portugal exigidos pelos avisos n.º 12/01 e n.º 7/02.

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

33 — Contas extrapatrimoniais:

Os valores extrapatrimoniais são analisados como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2003	2002	2003	2002
Garantias e avais prestados	52 066	96 702	52 066	96 702
Garantias e avais recebidos	211 850	164 837	211 850	164 837
Compromissos assumidos perante terceiros	65 770	83 145	65 770	83 145
Compromissos assumidos por terceiros	232 325	184 812	232 325	184 812
Contratos de <i>swaps</i> de taxa de juro	7 107 137	7 256 570	7 107 137	7 256 570
Operações a prazo sobre instrumentos financeiros	10 393	42 771	10 393	42 771
Opções:				
Compradas de cotações	632 327	412 763	632 327	412 338
Vendidas de cotações	621 087	412 861	621 087	412 436
Opções — mercados organizados:				
Compradas de cotações	332 922	53 649	332 922	53 649
Vendidas de cotações	337 020	53 650	337 020	53 650
Contratos garantia de taxa de juro	316 914	149 000	316 914	149 000
Valores recebidos em depósitos	2 437 714	1 264 353	2 437 714	1 264 353
Gestão de garantias	273 123	273 123	273 123	273 123
Serviços prestados por terceiros	2 079 640	1 162 501	2 079 640	1 162 501
Garantias reais	292 682	351 804	292 682	351 804
Créditos abatidos ao activo	23 233	27 772	23 233	27 772
Obrigações hipotecárias	84 796	84 796	84 796	84 796
Obrigações de caixa	3 121 674	713 982	3 121 674	713 982
Outras contas extrapatrimoniais	—	860	—	860

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Certificação legal das contas individuais

1 — *Introdução*. — Examinei as demonstrações financeiras do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003 (que evidencia um total de 3 880 001 milhares de euros e um total de capital próprio de 188 451 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 37 154 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apre-

sentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau

de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendo que o exame efectuado, conjuntamente com o exame e a opinião formulada pelos auditores, proporcionam uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

6 — *Opinião.* — Em minha opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, bem como o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos pelo Banco de Portugal para o sector bancário.

Porto, 19 de Janeiro de 2004. — O Revisor Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade.*

Certificação legal das contas consolidadas

1 — *Introdução.* — Examinei as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Grupo BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003 (que evidencia um total de balanço de 3 884 548 milhares de euros e um total de capital próprio de 188 499 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 39 869 milhares de euros), as demonstrações dos resultados consolidados, por naturezas e por funções, e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — Entendo que o exame efectuado, conjuntamente com o exame e a opinião formulada pelos auditores, proporcionam uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

6 — *Opinião.* — Em minha opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, em 31 de Dezembro de 2003, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos pelo Banco de Portugal para o sector bancário.

Porto, 19 de Janeiro de 2004. — O Revisor Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade.*

Relatório e parecer do conselho fiscal

1 — O conselho fiscal vem submeter a VV. Ex.^{as}, o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, do Banco e do Grupo, apresentados pelo conselho de administração do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., referentes ao exercício de 2003, dando, assim, cumprimento às disposições legais — alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º e artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais — e estatutárias.

2 — O Conselho, ao longo do ano, realizou os contactos necessários com diversas direcções do Banco, obtendo informações sobre os mais relevantes aspectos da actividade desenvolvida, bem como acompanhando a evolução de diversos assuntos em análise.

No desempenho das suas funções, teve este conselho a oportunidade de constatar o profissionalismo, a dedicação e o forte empenhamento do conselho de administração e de todos os colaboradores do Banco e do Grupo.

3 — Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas. Foi analisado o processo de preparação das contas consolidadas. Sempre se obtiveram, quer do conselho de administração, quer dos serviços do Banco, todos os esclarecimentos solicitados.

4 — Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

5 — Tudo considerado, incluindo o teor das certificações legais das contas e do relatório dos auditores externos, que nos foram presentes e com os quais concordamos, somos de parecer que a assembleia geral anual:

a) Aprove o relatório do conselho de administração e as contas, quer as referentes ao Banco, quer as referentes ao Grupo, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

b) Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada no relatório do conselho de administração.

c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., nos termos do artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2004. — O Conselho Fiscal: *Ricardo Manuel Simões Bayão Horta*, presidente — *Mário Augusto de Paiva Neto*, vogal — *Mário Branco Trindade*, revisor oficial de contas — *José Eduardo Faria Neiva dos Santos*, revisor oficial de contas suplente.

Relatório dos auditores

Examinámos as demonstrações financeiras do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A. e do Grupo, em 31 de Dezembro de 2003 e 2002. O nosso exame foi realizado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria.

Responsabilidade do conselho de administração e dos auditores:

A elaboração das demonstrações financeiras é da responsabilidade do conselho de administração. A nossa responsabilidade é a de expressarmos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria.

Bases de opinião:

As Normas Internacionais de Auditoria requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos razoável segurança sobre se as demonstrações financeiras contêm ou não distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da evidência de suporte dos valores e informações cons-

tantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas e juízos significativos utilizados pelo conselho de administração na preparação e apresentação das mesmas. Uma auditoria inclui também a apreciação, sobre se os princípios contabilísticos adoptados são adequados, tendo em conta as circunstâncias, bem como da forma de apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base razoável para a emissão da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras referidas.

Opinião:

Em nossa opinião, as citadas demonstrações financeiras representam de modo apropriado, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., e do Grupo, em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, bem como o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, conforme nota n.º 1.

Lisboa, 19 de Janeiro de 2004. — O Auditor, *KPMG*.

Relatório dos auditores externos

1 — *Introdução*. — Para os efeitos do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de auditoria sobre a informação financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 do Grupo e do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., que inclui o relatório de gestão, o balanço consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2003, as demonstrações dos resultados consolidados e individuais, por naturezas e por funções, e as demonstrações dos fluxos de caixa consolidados e individuais do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos ao balanço e às demonstrações dos resultados que evidenciam:

(Em milhares de euros)

	Grupo	Banco
Total do activo	3 884 548	3 880 001
Capital próprio	188 499	188 451
Resultado líquido	39 869	37 154

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração:

a) A preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e do Banco, o resultado consolidado e individual das suas operações e os fluxos de caixa consolidados e individuais;

b) A informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) A adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) A manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;

e) A informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto de empresas incluídas na consolidação e do Banco, a sua posição financeira ou os resultados;

f) A informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito*. — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança

aceitável sobre se as demonstrações financeiras, consolidadas e individuais, estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto a referida auditoria incluiu:

A verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente auditadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras;

A apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 — A nossa auditoria abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira, consolidada e individual, constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, consolidadas e individuais, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Grupo e do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, o resultado consolidado e individual das suas operações e os fluxos consolidados e individuais de caixa referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 19 de Janeiro de 2004. — O Auditor, João Augusto & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por João Albino Cordeiro Augusto, revisor oficial de contas.

Acta n.º 30 da assembleia geral

Aos 11 dias do mês de Março de 2004, pelas 11 horas e 15 minutos, reuniu na Rua Augusta, 84, em Lisboa, por não haver condições adequadas na sede social, a assembleia geral do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., pessoa colectiva n.º 501451250, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 59 521, com o capital social de 75 000 000 de euros e sede na Avenida José Malhoa, lote 1686, em Lisboa.

Presidiu aos trabalhos o presidente da mesa da assembleia geral, Dr. Miguel António Monteiro Galvão Teles, que foi secretariado pela secretária da sociedade, Dr.ª Amélia Machado de Carvalho Branco Rodrigues.

O presidente declarou que, conforme a lista de presenças que lhe foi presente e que rubricou, se encontrava representado o accionista BCP Participações Financeiras — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª, detentor da totalidade do capital social.

Encontravam-se ainda presentes membros dos órgãos de administração e fiscalização, tendo os ausentes justificado a falta.

Pelo representante do accionista único foi declarado que pretendia constituir-se em assembleia geral universal para deliberar sobre a ordem de trabalhos. Em consequência, o presidente da mesa declarou a assembleia constituída, nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2003;

2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

4.º Proceder à ratificação da cooptação de membro do conselho de administração;

5.º Deliberar nos termos e para os efeitos do artigo 396.º do Código das Sociedades Comerciais relativamente à cooptação efectuada.

Submetido à apreciação o ponto 1.º da ordem de trabalhos e após ter verificado que todos os presentes conheciam o relatório de gestão e as contas do exercício de 2003, quer individuais, quer consolidadas, o presidente colocou à votação os documentos em análise, tendo os mesmos sido aprovados pelo representante do accionista único.

Submetido à apreciação o ponto 2.º da ordem de trabalhos e como ninguém desejasse usar da palavra, foi aprovada pelo representante do accionista único a proposta do conselho de administração sobre a aplicação de resultados, do seguinte teor:

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados do exercício (37 154 283,01 euros):

a) 3 715 428,31 euros, para reforço da reserva legal;

b) 1 857 714,15 euros, para distribuição pelos empregados, nos termos do n.º 3 do artigo 32.º dos estatutos, correspondentes a cerca de 5% do resultado do exercício;

c) 31 581 140,55 euros, ou seja, o remanescente para distribuição aos accionistas, nos termos do n.º 2 do artigo 32.º dos estatutos.

No âmbito do ponto 3.º da ordem de trabalhos, foi presente e aprovada pelo representante do accionista a seguinte proposta:

Considerando:

a) A forma completa e esclarecedora como a actividade da sociedade está descrita no relatório distribuído, bem como o modo exaustivo como as contas esclarecem o respectivo conteúdo;

b) A actuação do conselho fiscal, cujo valioso contributo transparece do respectivo parecer, proponho que esta assembleia se congratule com a forma como foram exercidas a administração e fiscalização da sociedade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, expressando um voto de confiança e de louvor à actividade desenvolvida por aqueles órgãos sociais e por cada um dos respectivos membros.

Submetido à apreciação o ponto 4.º da ordem de trabalhos foi aprovada pelo representante do accionista único a proposta do conselho de administração do seguinte teor:

Tendo presente a renúncia do Dr. Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães ao cargo de membro do conselho de administração e a cooptação do Dr. Christopher de Beck para ocupar o lugar deixado vago, deliberada por este conselho ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais, em 12 de Março de 2003, propõe-se, nos termos do n.º 2 do referido preceito legal, que a assembleia geral ratifique a referida cooptação.

No âmbito do ponto 5.º da ordem de trabalhos, foi presente ao presidente da mesa uma proposta subscrita pelo accionista BCP Participações Financeiras — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da, do seguinte teor:

Propõe-se à assembleia que, relativamente ao administrador Dr. Christopher de Beck, se ratifique a caução referente ao exercício das respectivas funções, prestada através de contrato de seguro a favor da sociedade, no montante de 25 000 euros, encargos suportados pela sociedade no excedente a 5000 euros.

Submetida à votação, foi a proposta aprovada pelo representante do accionista único.

Esgotada a ordem de trabalhos, o presidente, após ter agradecido a todos os presentes a colaboração prestada no decurso da assembleia, deu por encerrada a sessão, dela tendo sido elaborada a presente acta que, após ter sido aprovada, vai ser assinada pelo presidente da mesa e pela secretária da sociedade.

A Mesa da Assembleia Geral: *Miguel António Monteiro Galvão Teles*, presidente — *Amélia Machado de Carvalho Branco Rodrigues*, secretária. 2005436348

LISBOA — 4.ª SECÇÃO

PRIVADO FUNDOS — SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, S. A.

Sede social: Avenida Eng. Duarte Pacheco, torre 2, 15.º, Fracção EN, Empreendimento das Amoreiras — 1070-102 Lisboa

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção). Matrícula n.º 1774; identificação de pessoa colectiva n.º 502310928; data da apresentação: 17 de Outubro de 2005.

Oswaldo Adérito Almeida Brazão Carvalho, segundo-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção):

Certifica que, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas, relativo ao exercício do ano de 2004.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção), 23 de Novembro de 2005. — O Segundo-Ajudante, *Oswaldo Adérito Almeida Brazão Carvalho*.

Relatório e contas de 2004

Relatório do conselho de administração

Introdução

No início do exercício de 2002, a Privado Fundos procedeu à liquidação dos três Fundos de Fundos por si geridos, únicos Fundos com que iniciou o ano.

Posteriormente, foi submetido ao Banco de Portugal um pedido de alteração do objecto social da Privado Fundos, para deixar de ser gestão de fundos de investimento mobiliário, passando a ser gestão de fundos de investimento imobiliário.

No mês de Agosto de 2002, foi obtida a aprovação para o pedido submetido.

Face às alterações entretanto ocorridas na legislação portuguesa, a concretização deste pedido tornou-se ineficiente, na medida em que a nova legislação permite agora a gestão simultânea dos dois tipos de fundos (mobiliários e imobiliários), mediante a alteração do objecto social da sociedade.

Por conseguinte, está a ser submetido novo projecto de alteração do objecto social ao Banco de Portugal, compreendendo já esta alteração bem como um plano de actividades para o próximo triénio.

Evolução da actividade

Não existiu qualquer actividade por parte da Privado Fundos ao longo do exercício de 2004.

Proposta de aplicação de resultados

O conselho de administração propõe que o resultado negativo de 27 537,42 euros, seja aplicado na rubrica de resultados transitados.

Agradecimentos

Ao concluir, o conselho de administração não pode deixar de agradecer a todos os que o apoiaram ao longo do exercício em análise. Uma especial referência às autoridades de supervisão, nomeadamente à Comissão de Mercados de Valores Mobiliários e ao Banco de Portugal, pela disponibilidade e atenção com que acompanharam os assuntos desta sociedade. Aos auditores pelo rigor e independência dos trabalhos efectuados.

Lisboa, 20 de Janeiro de 2005. — O Conselho de Administração: *João Oliveira Rendeiro* — *Paulo Guichard* — *Salvador Fezas Vital* — *Rui Domingues* — *Ricardo Seixas*.